

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIVERSITAS – NÚCLEO DE
ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS**

THOMAS DREUX MIRANDA FERNANDES

**Diplomacia Militar -
Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty
e o regime militar – 1974-1979.**

SÃO PAULO

2016

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIVERSITAS – NÚCLEO DE
ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS**

THOMAS DREUX MIRANDA FERNANDES

**Diplomacia Militar -
Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty
e o regime militar– 1974-1979.**

Dissertação apresentada ao programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Humanidades

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Vasconcelos

SÃO PAULO

2016

Nome: FERNANDES, Thomas Dreux Miranda

Título: Diplomacia Militar - Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty e o regime militar– 1974-1979.

Dissertação apresentada ao programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Humanidades

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Ao meu avô, Didi.

In memoriam

Agradecimentos

É inevitável não retornar alguns anos dentro da minha formação, e agradecer ao fato de que ainda no colegial fui apresentado de maneira apaixonante, pelo meu então professor de Geografia, Sérgio Moraes, às ciências humanas e suas possibilidades de reflexão e transformação do mundo. Já na graduação, a FFLCH – USP e também a Universidade Presbiteriana Mackenzie foram duas instituições que proporcionaram não apenas dois ambientes academicamente plurais e diversos, mas também uma vivência universitária conjunta e multidisciplinar durante anos.

Durante minha graduação dois professores marcaram minha trajetória: István Jancsó, por sua paciência, sutileza e disponibilidade, suas aulas de Brasil Colonial me cativavam pela destreza e paixão com que falava do assunto, além disso, sua sala sempre foi um refúgio nos momentos mais duros pelos quais a Universidade de São Paulo passou nos últimos anos. Maurício Cardoso com sua energia, erudição e didatismo me ensinou que a Universidade pode e deve ser muito mais do que apenas a sala de aula. Meu mais sincero obrigado a estes dois professores. Em 2013, já formado e em busca de auxílio para a redação do projeto de pesquisa, a paciente recepção e cuidadosa orientação que encontrei com as professoras Maria Helena Capelato e Gabriela Pellegrino Soares foram fundamentais para que eu chegasse onde estou hoje.

Aos meus companheiros de casa e de vida: Diego Arruda, Marcelo Ricci, Jean Gustavo e Felipe Arruda, meu muito obrigado pela convivência mais que harmoniosa, pelas conversas francas, pelos debates, pelas risadas e pelo apoio sempre que preciso. Agradeço aos meus amigos de infância e adolescência que contribuíram, às vezes sem saber, com minha formação e com este trabalho: Thomaz Hernandez, Francisco Zuccato, Fernanda Mainzer, Roberta Moraes, Sofia Lira, Lyu Tsukada, Sarah Lima e Eduardo Zanelato. Aos companheiros de graduação: Ligia Kulaif, Filipe Figueiredo, Agripino Costa, Fernando Zermman, Vinícius Rizzato, Ana Carolina Cândido, Priscila Coelho, Ana Beatriz Costa, Elisa Prando, Marcelo Ronconi e Marcus Vinicius Alves e também a mestranda: Luciana Saab. E é impossível não mencionar a Associação Atlética Acadêmica Oswald de Andrade (AAAOA), em especial às equipes de Futsal, Futebol, Natação e Lado B, as experiências vividas junto com vocês contribuíram ainda mais para minha formação plural e sem dúvida ajudaram a tornar minha passagem pela USP inesquecível, agradecimento especial a Denis Torres e todos aqueles que fizeram parte do Futsal FFLCH entre 2009 e 2011 aquele time foi único.

Ao professor José Antônio Vasconcelos, meu orientador, por sua paciência e preciso direcionamento nos momentos mais delicados desse processo, me trazendo calma e tranquilidade sempre que necessário, minha gratidão.

Ao Diversitas e ao Departamento de História, pelo seu incansável avanço e dedicação às ciências humanas, por seus docentes que estimularam e expandiram meus horizontes não só de pesquisa, mas de vida. Aos funcionários do Diversitas, em particular a Teresa Telles, por toda

assistência e atenção. Ao CPDOC/FGV pelo trato com as fontes de pesquisa e pela prontidão em atender as demandas sempre que necessário. Não posso deixar de lembrar e agradecer a todos aqueles do Departamento de História da Universidad Complutense de Madrid e do Grupo de Estudios de Historia de las Relaciones Exteriores.

Um agradecimento especial ao meu avô, Djalma Paranhos de Miranda (Didi), a quem dedico a memória desse trabalho, por seu amor incondicional, seu companheirismo e principalmente por me mostrar e ensinar algumas das melhores coisas da vida. Suas palavras, brincadeiras e debates hoje tão saudosos, me trouxeram até aqui e suas lembranças me deram força nos momentos mais difíceis desse trajeto. Carrego você comigo para sempre.

Aos meus pais, Fernanda e Valdemar, e ao meu irmão Rafael, pelo incansável apoio, carinho e atenção. Sem vocês, sem o sempre presente refúgio e acolhida nada disso seria possível. Esse trabalho também é de vocês.

Por fim, porém não menos importante, meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fundamental financiamento.

“E direi com confiança
que seria bom na vida
poder frear a corrida
enquanto a gente avança”.

Julio Cortázar

Resumo

O tema proposto para estudo é investigar, delimitar e compreender os graus de autonomia e interferência existentes dentro do Itamaraty durante o regime militar brasileiro. O objeto central da análise é, para tanto, a vida, carreira e atuação do ex-membro do corpo diplomático brasileiro, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores durante o governo de Ernesto Geisel, entre 1974-1979. As fontes utilizadas são basicamente o arquivo pessoal do diplomata disponibilizado e digitalizado pelo CPDOC/FGV além de documentação oficial da Comissão Nacional da Verdade disponível online, também são consultados periódicos. A base teórica parte de David do Nascimento Batista que aponta como *Habitus Diplomático* sendo capaz de indicar a reformulação de práticas pela qual o Itamaraty passou durante o regime militar, entretanto, sem encerrar a discussão sobre autonomia e identidade nacional dentro do Ministério das Relações Exteriores, a pesquisa procura ajudar a preencher uma lacuna na historiografia brasileira no que diz respeito a atuação diplomática brasileira durante o regime militar.

PALAVRAS CHAVE: Regime militar, diplomacia, identidade, autonomia.

Abstract

The subject proposed for study in this research is to investigate, delimitate and understand the different levels of autonomy and interference that existed inside the Itamaraty during the Brazilian dictatorship. The main object of analysis is the life, career and performance of an ex-member of the Brazilian diplomacy, Antônio Azeredo da Silveira, Foreign Relations Minister during the administration of Ernesto Geisel, in the years of 1974-1979. The sources used in this investigation are basically the Personal Archive of the diplomat, available and digitalized at CPDOC/FGV. Besides that, are also used official documents of the Comissão Nacional da Verdade available online, were consulted as well some periodics and secondary sources. The theoretical basis have as fundamental mark what David do Nascimento Batista points out as *Habitus Diplomático* being capable of indicate a reformulation of practices which Itamaraty had been through during the dictatorship, nevertheless, do not put an end in the discussion about autonomy and national identity. This research intends to help to fulfill an important blank in the Brazilian historiography about the performance of the Brazilian diplomacy during the dictatorship.

KEYWORDS: Dictatorship, diplomacy, identity, autonomy.

Lista de abreviatura e siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABONG – Associação Brasileira das Organizações não governamentais

AJD – Associação de Juízes para a Democracia

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANCUR - Alto Comissariado nas Nações Unidas para os Refugiados

ANL – Ação Nacional Libertadora

Alac – Associação Latinoamericana de Comércio

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CBA - Comitês de Anistia no Brasil

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CECLA - Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana

Cice - Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas

Cenimar – Centro de Informações da Marinha

Cisa – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CIE – Centro de Informações Exército (a partir de 1993, Centro de Inteligência do Exército)

CIME - Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias

CIA – Central Intelligence Agency

CIC - Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata

CIEX – Centro de Informações do Exterior

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPDOC / FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

Doi-Codi – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

D.I.N.A - Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)

ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMS - Foreign Military Sales

GT – Grupo de Trabalho

GTA – Grupo de Trabalho do Araguaia

GTT – Grupo de Trabalho do Tocantins

IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros

ITT – International Telephone and Telegraph

IIGM – Segunda Guerra Mundial

MC – Medida Cautelar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OBAN – Operação Bandeirantes

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PP – Partido Popular

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC / SP – Pontifícia Universidade Católica / São Paulo

RFA – República Federativa da Alemanha

RPC – República Popular da China

SNI – Sistema Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. Introdução..... | 13 |
| 2. A Política Externa do Brasil durante o Regime Militar – Autonomia diplomática, Azeredo da Silveira e Identidade Nacional..... | 16 |
| 2.1. Azeredo da Silveira e a identidade nacional brasileira no cenário internacional..... | 20 |
| 3. A gestão de Antônio Francisco Azeredo da Silveira: vida e a atuação diplomática..... | 48 |
| 3.1. Carreira de um diplomata em meio a militares..... | 48 |
| 3.2. Interferências do governo militar no Itamaraty e na Política Externa Brasileira..... | 59 |
| 4. Azeredo da Silveira, o arquivo, a identidade e a autonomia..... | 119 |
| 5. Conclusões..... | 136 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 141 |

1. Introdução

A pesquisa apresentada aqui tem como objetivo compreender a partir da investigação e análise da atuação de Antônio Azeredo da Silveira, diplomata e Ex-Ministro das Relações Exteriores, qual o grau de autonomia e interferência existente dentro do Itamaraty durante o regime militar brasileiro, mais especificamente ao longo do governo do General Ernesto Geisel, entre 1974-1979. Para tal foram utilizadas alguns tipos de documentação diferentes, o acervo é do próprio arquivo pessoal de Azeredo da Silveira disponibilizado e digitalizado no Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea, CPDOC/FGV. Além disso, fontes secundárias serviram de suporte para a investigação, assim como documentos oficiais da Comissão Nacional da Verdade. O que se pretende apresentar aqui é uma narrativa sobre a atuação diplomática brasileira durante parte do regime militar.

A dissertação aqui apresentada se divide em três capítulos principais. De partida no primeiro capítulo, “A Política Externa do Brasil durante o Regime Militar – Autonomia diplomática, Azeredo da Silveira e Identidade Nacional”, há uma breve apresentação das possibilidades de fontes e documentos a serem analisados, assim como, a importância e originalidade do tema tratado dentro da historiografia brasileira, além de um pequeno histórico dos estudos já realizados sobre a questão. Passa-se rapidamente pelos objetivos da dissertação, no primeiro trecho deste capítulo inicial são definidas as expressões “autonomia” e “identidade nacional” para que se tenha mais clara qual a relevância da investigação proposta e do caminho a ser percorrido.

Na segunda parte do capítulo apresentam-se alguns dos principais conceitos das Relações Internacionais que permearão toda a dissertação, por exemplo, “soft power”, expostos com o objetivo de aproximar o leitor de tais noções e conceitos. Além disso o capítulo descreve como se deu a construção da identidade internacional brasileira durante o regime militar, entre 1964 e 1985. Assim, o que se pretende é perceber quais são os impactos que a mudança de regime tem para a Política Externa Brasileira, traçando as principais linhas e parâmetros da identidade da política externa brasileira, assim como, quais foram as principais rupturas e transformações. É apresentado qual o papel do Itamaraty na construção da identidade internacional brasileira e quais as suas principais formas de atuação, assim como as razões para determinadas ações.

O segundo capítulo, este intitulado “A gestão de Antônio Francisco Azeredo da Silveira: vida e a atuação diplomática” é dividido em duas partes, a primeira chamada de “Carreira de um diplomata em meio a militares” o objetivo é fazer uma apresentação da vida e da carreira de Azeredo da Silveira destacando os principais momentos de sua trajetória, especialmente de sua carreira enquanto diplomata. Ao longo do capítulo são apresentados trechos do livro “Azeredo da Silveira – Um depoimento”, entrevista realizada pelo CPDOC/FGV, e também trechos de

documentos de seu Arquivo Pessoal que não só ilustram passagens de sua carreira diplomática como validam as informações ali descritas. A intenção desta primeira etapa do capítulo é introduzir o leitor à vida de Azeredo da Silveira e o contexto em que ele atuou, para que a reflexão sobre a interferência dos militares em seu trabalho não se coloque de maneira desconexa com o período em que o diplomata viveu.

A segunda parte do capítulo intitulada de “Interferências do governo militar no Itamaraty e na Política Externa Brasileira” busca tratar especificamente da documentação disponibilizada em seu Arquivo Pessoal e no modo como ela revela ou não a existência de interferência dos militares no Itamaraty durante o período em que Azeredo da Silveira esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. Ao longo do capítulo é apresentada em detalhes a composição do Arquivo a relevância de cada uma de suas seções e trechos de documentos lidos que demonstram a existência de certa interferência, mas também a falta de outras informações mais conclusivas em relação a esta questão. Assim, já nesse capítulo surge a reflexão que será tratada no capítulo seguinte, além de identificar e encontrar interferências claras e diretas na atuação diplomática brasileira nos documentos existentes, nesse capítulo são expostos os documentos ou trechos de documentos que demonstram como que a atuação diplomática brasileira sofreu influências do regime militar durante o período aqui analisado. Vale dizer que devido a dificuldades encontradas na busca e principalmente a extensão do arquivo foi feita uma leitura refinada do mesmo a partir da palavra-chave “Direitos Humanos”, uma vez que esse tema é sensível a comunidade internacional e também à política interna brasileira, dessa forma foi possível encontrar manifestações mais claras da interferência militar.

O terceiro e último capítulo da dissertação intitulado “Azeredo da Silveira, o arquivo, a identidade e a autonomia” tem por objetivo tratar justamente do como a interferência militar encontrada e identificada nos documentos permite a construção de um novo conceito a respeito da atuação diplomática brasileira no período. Ao longo do capítulo está colocado o debate sobre a autonomia e o que de fato ocorreu dentro do Ministério das Relações Exteriores durante o período estudado e qual o grau de autonomia apresentado pelo Itamaraty durante o regime militar. Considerando que a tarefa do historiador é entender seu objeto, contextualizando-o em sua época sendo possível pensar e refletir de maneira mais prática sobre como a construção da atuação diplomática dentro da história do regime militar brasileiro pode ser vista como uma narrativa

Ao final da dissertação é apresentada uma conclusão com a síntese dos resultados finais obtidos após a pesquisa e a reflexão proposta. Aqui estão colocadas também as mais diversas inquietações que surgiram durante o processo da pesquisa, assim como as soluções e caminhos encontrados no meio da reflexão.

2. A Política Externa do Brasil durante o Regime Militar – Autonomia diplomática, Azeredo da Silveira e a identidade nacional

O estudo das Relações Internacionais, da diplomacia e consequentemente da atuação do Itamaraty durante o regime militar brasileiro é algo que tem cada vez mais chamado a atenção da historiografia nacional¹. Muito do crescente interesse no tema é resultado da facilitação do acesso às fontes e documentação do período, pois, com o passar do tempo algumas amarras políticas e institucionais vão sendo ultrapassadas e diversos documentos e arquivos passam a ter seu acesso possível, tornando o trabalho do historiador não só realizável, como necessário. Um exemplo, é o próprio Arquivo do CPDOC/FGV que está disponível para a consulta online desde o começo dos anos 2000. Outro exemplo são os cabos diplomáticos do WikiLeaks divulgados no final de 2010, assim como, determinados documentos do Arquivo do Itamaraty que a partir da Lei de Acesso à Informação N°12.527/2011, tem regulamentado o direito constitucional de acesso às informações públicas. Ainda há muito a ser revelado e muitos documentos a serem divulgados e liberados, o livro recém-publicado por Lucas Figueiredo expõe de maneira riquíssima o quão difícil ainda é ter acesso aos documentos-chave do regime militar, especialmente àqueles ligados aos casos de tortura, desaparecimento e assassinato².

Assim somos estimulados a pensar e refletir: qual era o grau de autonomia e interferência sofrido pelo Itamaraty e seus principais diplomatas ao longo do regime militar, mais especificamente do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)? Essa é a pergunta que se coloca como fio condutor da presente pesquisa. Através de uma investigação da carreira diplomática e vida do então Ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo da Silveira, se busca construir um painel

¹ Nos últimos anos alguns artigos e livros destacaram-se na produção intelectual brasileira sobre o assunto: BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1912-1964*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. p.248. FILHO, Pio Penna. *O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações no Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*. Rev. Bras. Polit. Int. vol 52 (2), 2009. ; BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010. ; CASON, Jeffrey W. and POWER, Timothy. *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*. International Political Science Review, vol. 30, n°2, 2009. p.117-140. ; LOPES, Dawisson Belém. *A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa*. Revista brasileira de política internacional, vol. 54, n°1, 2011. p 67-86. ; VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.; SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5*. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.), *'Tempo Negro, temperatura sufocante': Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008.; FERNANDES, Julio Mangini. *A repressão aos exilados brasileiros no exterior: a ação do CIEX na Argentina (1974-1976)*. Cuiabá: UFMT, 2006. Monografia de final de curso (Graduação em História); BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. 4.ed. rev.ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1ªed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.; FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015. LIMA, Rodolfo Camargo de. *Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um Perfil*. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP. São Paulo, 2015. PINHEIRO, Letícia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government; the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013. SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986.

² FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015.

parcial de quais seriam as principais formas de interferência política e profissional sofridas por um dos membros Itamaraty durante o Regime Militar brasileiro.

De que maneira os objetivos políticos e econômicos internos do regime refletiam na política externa brasileira e conseqüentemente na forma de atuação de um dos principais expoentes do Itamaraty no período³? Outro objetivo diretamente correlato a este já citado, é a verificação ou não da ideia largamente difundida no senso comum, de que o Itamaraty enquanto instituição sempre teve garantida sua independência e autonomia. Nesse sentido, cabe destacar a série de reportagens publicadas em 2007 pelo jornal *Correio Braziliense*, onde fica clara a ideia de Itamaraty difundida ao longo das décadas:

*“A escassez de evidências da participação da diplomacia brasileira na repressão fez crer a todos que o MRE foi a reserva moral da democracia, em pleno regime militar. Construiu-se, com o silêncio a imagem de diplomatas sem partidos ou tendências ideológicas, incólumes aos vaivéns da política e dedicados exclusivamente à defesa do interesse do Estado. Mas não é bem assim. A cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar, e o Ciex contribuiu de maneira decisiva para a localização e detenção de muitos asilados”.*⁴

No que tange a autonomia alguns autores já abordaram o tema falando especificamente do Itamaraty. Jeffrey Cason e Timothy Power⁵ ao tratarem da interferência presidencial na atuação diplomática brasileira destacam que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil sempre contou com algumas características básicas: admiração interna e externa pelo nível de profissionalização dos diplomatas, o Itamaraty sempre manteve um alto grau de autonomia burocratizada e insulamento, e mesmo com pequenas variações ao longo dos anos o Itamaraty sempre teve controle na definição e aplicação da política externa brasileira. Tal caráter autônomo é reforçado por Dawisson Belém Lopes⁶, ao declarar que as recentes e recorrentes interferências presidenciais no Ministério das Relações Exteriores rompem com uma tradição apartidária de mais de meio século do Itamaraty.

Para que o conceito fique ainda mais claro apresento alguns trechos de artigos e reportagens que baseiam a argumentação apresentada. A descrição da carreira diplomática no *Guia da Carreira* oferecido a estudantes que buscam entrar no ensino superior descreve o Ministério das Relações Exteriores da seguinte maneira: “*O Itamaraty representa o país de forma séria e sincera, visando*

³ MILANI, Carlos & PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira: os desafios da sua caracterização como política pública*. Contexto Internacional, vol 35, n°1, janeiro/junho, pp.11-41.

⁴ Em julho de 2007, Cláudio Dantas Sequeira publicou uma série de reportagens no jornal *Correio Braziliense*, relatando e denunciando a atuação do Itamaraty entre 1966 e 1985 articulando um sistema de informações bastante eficaz, conhecido por Centro de Informações do Exterior (Ciex) e ligado ao Sistema Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html>. Último acesso: 13/09/2014.

⁵ CASON, Jeffrey W. and POWER, Timothy. *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*. *International Political Science Review*, vol. 30, n°2, 2009. p.117-140.

⁶ LOPES, Dawisson Belém. *A política externa brasileira e a “circunstância democrática”*: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. *Revista brasileira de política internacional*, vol. 54, n°1, 2011. p 67-86.

estabelecer um cenário político estável e confiável no âmbito internacional”⁷. Já em reportagem de 2013 do jornal Valor Econômico, onde o tema tratado é a troca do Ministro das Relações Exteriores, é dado destaque a um aspecto particular do Itamaraty: “*Na Esplanada dos Ministérios, a Casa do Barão do Rio Branco, tão conhecida pela eloquência, está em silêncio*”⁸. Em reportagem da BBC mais uma vez é apresentado um aspecto particular e valorizado da pasta:

*“O Itamaraty é o único ministério do governo brasileiro que um novo presidente não consegue encher com seus aliados. A imunidade do órgão a apadrinhamentos e indicações políticas, fez com que os diplomatas ganhassem boa reputação no país”*⁹.

Por fim, vale destacar algumas considerações de David do Nascimento Barbosa, autor do livro *Habitus Diplomático: Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)* sobre o Ministério das Relações Exteriores que ajudam a comprovar a noção de que diversos intelectuais e boa parcela da imprensa propagam a respeito do Itamaraty, ajudando a construir o senso comum.

*“Mesmo no período da ditadura militar, quando grande parte das instituições públicas sofreu desgaste, o órgão auxiliar da Presidência da República manteve a imagem de reserva moral do Estado. O Itamaraty é tido como a reserva moral do estado brasileiro. Isso me chamava a atenção. Essa coisa incólume, seria a exceção. Estado, Congresso, Polícia Federal, Polícia Civil, Exército e a Justiça se envolveram. Mas o Itamaraty, para todos os efeitos, não. Conseguiu ficar no limbo. Uma coisa interessante é que o Itamaraty não aparecia.”*¹⁰

Assim, partindo da análise da vida de Antônio Azeredo da Silveira, verificar-se-á a existência de alguma uniformidade no alinhamento do Itamaraty com o regime ou se era algo específico ao diplomata em questão que por sua vez tinha uma relação própria com os militares.

Nesse sentido vale definir de maneira mais clara o que se quer dizer com o conceito de “autonomia diplomática”. Entretanto, antes de partirmos para uma tentativa de definição conceitual, é importante frisar que a noção de autonomia diplomática aqui utilizada se dá no sentido de se buscar uma definição para o processo burocrático de tomada de decisão interna e não para processo de construção da autonomia do Brasil no Sistema Internacional. Isso, por sua vez, será discutido mais adiante. Desse modo é importante destacar que algumas definições apresentadas a seguir vão

⁷ Disponível em: <http://www.guiadacarreira.com.br/artigos/atualidades/itamaraty-relacoes-internacionais/> Acesso em: 01/06/2014.

⁸ Disponível em: <http://diplomatzando.blogspot.com.es/2013/10/o-itamaraty-e-o-poder-monica-gugliano.html> Acesso em: 01/06/2014.

⁹ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140505_itamaraty_selecao_diplomatas_pai_jf.shtml Acesso em: 01/06/2014.

¹⁰ BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010.

abordar o tema pensando a existência de um Estado nacional e ou território, sendo assim é preciso fazer o exercício intelectual de se pensar a transposição desses conceitos para uma instituição. Dito isto, Eduardo Haro Tecglen¹¹, jornalista e comentarista, publica em um dicionário político que o conceito de autonomia não trata de soberania ou independência, mas sim da possibilidade de um determinado grupo poder tomar suas próprias decisões, definir suas leis e regras, aspectos culturais e administrativos, podendo ser algo parcial. Entretanto, sua definição baseia-se muito na territorialidade tomando como exemplo um estado, região, território, província ou povo, atrelando-se a questões separatistas ou de soberania nacional.

Noberto Bobbio e Nicola Matteucci¹² definem o que é autonomia a partir do conceito de autogoverno, destacando o fato de que o termo é cada vez mais usado de maneira parcial e imprecisa, assim buscam defini-lo a partir do modelo inglês e como um sistema que conta com elementos de descentralização administrativa (interior à administração), autoadministração (cargos confiados a pessoas eleitas por seus pares) e democracia. Destacam ainda de que se trata de uma figura organizadora das relações entre sujeitos jurídicos e que hoje pode ser utilizado para determinar, por exemplo, autonomia local (região geográfica, povo ou etnia).

Roger Scruton, em seu livro *A dictionary of political thought*¹³, traz uma definição do conceito de autonomia que se divide em cinco (indivíduo, estado, regional, grupos e instituições), sendo a última categoria a que mais nos interessa, justamente por colocar que uma instituição pode ser considerada autônoma quando:

*“An institution may be called autonomous for any of the three reasons: (a) when it has the capacity to make its own statutes and bylaws; in this sense universities are usually autonomous. (b) when it is outside the direct control of some higher political body (such as a party or government agency) (c) when it has its own peculiar or internal aims and purposes: i.e. when there is something that it does which could be done by no other institution. [...]”*¹⁴

A obra *Enciclopedia del Pensamiento Político*¹⁵ faz uma definição de autonomia a partir do grego, “que rege as próprias leis”, podendo ser então um termo que se aplica a estados, instituições ou grupos que contam com certo grau de independência autogoverno e iniciativa. Além disso, pode ser usado como uma forma de classificar a um indivíduo, sendo este autônomo ou condicionado a

¹¹ TECGLEN, Eduardo Haro. *Dicionário político*. Barcelona, Editorial Planeta. 1997. p.85.

¹² BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de política A-J*. Madrid, Siglo XXI Editores, S.A. 1982. p. 132.

¹³ SCRUTON, Roger. *A dictionary of political thought*. London, The MacMillan Press LTD. 1982, 33.

¹⁴ Id. *Ibidem*. p.50.

¹⁵ MILLER, David (org.). *Enciclopedia del pensamiento político*. Madrid, Alianza Editorial, 1987. p.39.

pressões externas. Assim sendo, e tomando esta decisão como algo arbitrário dentro do processo reflexivo de pesquisa, a forma de conceituação de autonomia que será levada em consideração na presente pesquisa é justamente uma mescla das noções apresentadas por Roger Scruton e David Miller, nas quais a autonomia é colocada como um conceito que se aplica também a instituições, no caso o Itamaraty enquanto instituição, e também a membros do corpo diplomático. Dando a estes a possibilidade de determinarem ou não suas ações e consequências. Ou seja, a partir dessa conceituação, o Itamaraty é tido como uma instituição capaz de criar seus estatutos e regras, está sujeito a hierarquia existente dentro da república, mas não responde diretamente a uma política de governo e sim a uma política de estado, e por fim, possui seus próprios objetivos internos. Da mesma forma seus membros respondem diretamente a hierarquia interna da instituição, mas possuem liberdade nas definições e decisões a serem tomadas.

2.1. Azeredo da Silveira e a identidade nacional brasileira no cenário internacional

Antes de aprofundarmos a análise da vida e carreira de Antônio Azeredo da Silveira é importante detalhar alguns conceitos e aspectos básicos da Política Externa Brasileira durante o regime militar autoritário iniciado em 1964. Assim, dentro das Relações Internacionais, a abordagem construtivista¹⁶ se debruçou nos últimos anos sobre a análise e entendimento da construção de uma identidade internacional, produzindo uma série de artigos e hipóteses sobre como esse processo se desenrola ao longo da história de cada país. O debate, portanto, é recente e busca verificar como a imagem de cada país é construída externamente e o quanto isso influencia o poder de barganha e negociações internacionais. Ou seja, o quanto um país é capaz de aumentar seu “soft power”, o poder de influência militar, político e econômico de acordo com mudanças no discurso em torno da identidade internacional. Em geral os países buscam construir suas imagens baseados em um discurso de atuação pela via diplomática do que pela via militar ou do poder político e econômico, pois, os riscos são menores, tendo o discurso como elemento central.

O caso brasileiro é bastante específico e ao longo das décadas a maior crítica feita ao país se deu em relação a seu posicionamento no Conselho de Segurança da ONU, pelo qual, desde os anos

¹⁶ Trata-se de uma perspectiva na qual: “[...] modo pelo qual o mundo material forma, e é formado, pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”. Ou seja, o construtivismo mostra que as instituições mais duradouras são baseadas em determinados entendimentos coletivos que foram difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis. Dando às pessoas razões pelos quais as coisas são como são e indicações do como usar suas habilidades. Para o mesmo autor nas relações internacionais o construtivismo cumpre o papel de ponte entre a ciência social positivista/materialista e a idealista/interpretativa. Dessa forma, faz uma análise sobre itens importantes da política internacional e que tem implicações na teoria internacional e seu empirismo. Seu foco está na construção social da política internacional, onde as estruturas, as identidades e interesses dos atores são construídos tendo como base as ideias compartilhadas e não apenas forças materiais. ADLER, EMANUEL. *Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics*. European Journal of International Relations. September, 1997. vol. 3. n°3.pp.319-363. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/content/3/3/319.short?rss=1&ssource=mfc>. Último acesso: 17/04/2015.

1970, defende a reordenação do poder global, mas, ao mesmo tempo, se absteve em importantes votações. Além disso, mesmo dentro de um regime militar ideologicamente oposto ao comunismo soviético, o Brasil buscou aproximar seus laços diplomáticos e econômicos inclusive com países como a própria URSS¹⁷ e também países africanos como Angola e Moçambique, cujos grupos separatistas de orientação marxista chegaram ao poder nos anos 1970 e desde então tiveram seus laços aproximados com o Brasil, uma demonstração de que os interesses diplomáticos vão além da questão puramente ideológica¹⁸.

Cabe destacar que a identidade internacional brasileira é basicamente tomada e consolidada a partir do Itamaraty, baseado nos conceitos de autonomia e universalismo. Deve-se ter em consideração que o Itamaraty é um formulador de pensamento dentro da PEB, assim, San Thiago Dantas¹⁹, Vasco Leitão da Cunha²⁰ e Antônio Azeredo da Silveira foram nomes centrais na

¹⁷ De acordo com Visentini, mesmo no contexto da Guerra Fria e do Golpe Militar o Brasil manteve suas relações diplomáticas com a URSS. Isso se deveu ao fato de o país soviético ter mantido uma diplomacia tradicional, legalista e não revolucionária como Cuba e China. Assim, foram assinados diversos acordos econômicos entre o Brasil e a URSS a fim de aumentar as trocas comerciais e o desenvolvimento do capital. VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 64.

¹⁸ PINHEIRO, Leticia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government; the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 127 - 129.

¹⁹ Francisco Clementino de San Thiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1911, filho do almirante e comandante-em-chefe da Esquadra e Chefe da Esquadra Maior, Raul de San Thiago Dantas e de Violeta de Melo e San Thiago Dantas. Em 1928 ingressou na escola de Direito no Rio de Janeiro e em 1930 tomou contato com grupos que combatiam o liberalismo e o comunismo, propondo uma política nacionalista e autoritária por parte do governo de Getúlio Vargas. No início de 1931 vinculou-se a um círculo de intelectuais que apoiava as ideias de Plínio Salgado, no mesmo ano foi um dos fundadores do jornal *A razão* que defendia o aprofundamento do processo revolucionário iniciado em 1930. Dois anos mais tarde fora lançada por Plínio Salgado a Ação Integralista Brasileira (AIB) agremiação da qual San Thiago Dantas logo associou-se. No final de 1932 concluiu o curso de Direito, em seguida tornou-se professor catedrático interino de legislação e de economia política na Escola Nacional de Belas Artes, também ocupava cargo no Ministério da Educação. Quatro anos mais tarde, após o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e forte radicalização política no país, San Thiago fora incluído na recém-criada Câmara dos 40, órgão consultivo da direção integralista, composto por "personalidades de alto valor moral e intelectual da AIB". Com a criação do Estado Novo em 1937 e a colocação do AIB em segundo plano o movimento passou a elaborar um levante para tomada do poder, nesse momento, San Thiago Dantas deixou o grupo e passou a dedicar-se a vida acadêmica. Foi aprovado no concurso para professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, foi professor visitante da Universidade de Montevidéu. Em 1940 assumiu o cargo de professor de economia política na Escola de Estado-Maior do Exército, exerceu a direção da Faculdade Nacional de Filosofia entre 1941 e 1945, e também lecionou direito romano na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Entre 1945 e 1955 passou por diversos cargos no governo federal: vice-presidência da refinaria de petróleo de Manguinhos, no Rio, conselheiro da delegação brasileira enviada à IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, assessor pessoal de Vargas e a partir de 1952, San Thiago Dantas participou ativamente de reuniões e organismos internacionais. Em 1955 voltou a atividades parlamentares pelo PTB. Dois anos mais tarde comprou o *Jornal do Comércio* que passou a defender posições próximas ao PTB, além de outras correntes nacionalistas. Em 1958 foi eleito deputado federal por Minas Gerais, três anos mais tarde com a posse de João Goulart, seu padrinho político, na presidência da república, San Thiago Dantas fora nomeado Ministro das Relações Exteriores. Discursou em prol de uma política externa independente, baseada na: "contribuição à preservação da paz...;reafirmação dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; apoio à emancipação dos territórios não autônomos; política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional". Uma de suas principais ações como Ministro foi o reatamento das relações com a URSS, rompidas desde 1947. Ao longo de sua curta passagem pelo Ministério tentou manter uma postura conciliadora, tanto na questão nuclear presente na Conferência de Genebra, quanto nas negociações com os EUA devido a estatização da Companhia Telefônica Rio-Grandense. Ainda em 1962 afastou-se da pasta para sua reeleição como deputado federal por Minas Gerais e no começo do ano seguinte assumiu o Ministério da Fazenda. Na pasta suas ações foram no sentido de retomar o crescimento da economia, aplicando uma reforma fiscal e outras medidas que desagradavam o que ele mesmo chamou de esquerda negativa. Em junho de 1963 afastou-se do Ministério por problemas de saúde, estava com um grave câncer de pulmão. San Thiago Dantas faleceu em setembro de 1964 no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>. Acessado pela última vez em: 11/04/2016.

²⁰ Vasco Leitão da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1903, filho de José Maria Leitão da Cunha, advogado e publicista e Agnes Reidy Leitão da Cunha. Seu tio Raul Leitão da Cunha foi Ministro da Educação e Saúde entre 1945 e 1946. Seu sonho era ser ator de teatro, mas seu pai não permitiu. Em 1925 bacharelou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Dois anos

concepção de uma PEB mediadora e conciliadora em momentos distintos da história do Brasil, com diferentes consequências. Desde o final da década de 1990 e principalmente sob o governo Lula o Brasil passou a priorizar as relações sul-sul e a formação de coalizões internacionais com o Brasil sendo uma importante liderança. Com a criação da Organização Mundial do Comércio em 1995²¹ foi facilitada a criação de coalizões e a proposição de perspectivas multilaterais. Construindo o discurso de coalização de maneira coerente, o discurso defendido é da necessidade de revisão da ordem internacional, ampliando o espaço dos países emergentes sem necessariamente contestar o poder hegemônico. Nesse sentido o Brasil instrumentaliza essas questões multilaterais e se posiciona como liderança. Fica, portanto, a questão: de onde vem a identidade e imagem brasileira? Uma possibilidade sobre o que dá credibilidade ao Brasil e ajuda a consolidar sua identidade internacional é a de coerência entre a ação e o discurso da Política Externa Brasileira. Tal coerência fica clara na atuação brasileira no que diz respeito a produção energética nuclear com os acordos realizados junto a Alemanha Ocidental, e o posicionamento brasileiro junto aos EUA e ONU. Tal questão aparece já nas negociações realizadas no início dos anos 1960 sobre a implementação de um tratado de não proliferação nuclear onde o Brasil se absteve na votação por não concordar com os termos estabelecidos.²² Além disso, é possível perceber de que forma tal questão se transformou em uma pauta central do Regime Militar, pois, em 1967 com o fim do alinhamento automático aos EUA, o Brasil passou a se colocar de maneira mais ativa lutando contra o congelamento de poderes no mundo, mas a favor da manutenção de poder na América Latina e fortalecimento do Regime interno. Assim enfatizou o modo como a não-proliferação entrou na disputa internacional Norte-sul e também como parte de uma disputa tecnológica neocolonialista²³.

Ao acertar um Acordo nuclear com a Alemanha Ocidental o Brasil acabou entrando em desacordo com os EUA que, por sua vez, durante a administração de James Carter atuou de maneira

mais tarde, ingressou, através de concurso, na carreira diplomática como terceiro-oficial da Secretária de Estado das Relações Exteriores. A partir de 1929, serviu como segundo secretário em Lima, Lisboa e Buenos Aires. Entre 1939-40 serviu como oficial-de-gabinete do secretário-geral do Ministério, no Rio de Janeiro. Em 1942 foi nomeado para o Ministério da Justiça onde envolveu-se em polêmica com Filinto Muller. Durante os anos de 1944 e 1952 já ministro de segunda e primeira classe passou por representações diplomáticas do Brasil em diversas capitais europeias, Roma, Madri, Helsinque e Paris. A partir de 1954 ocupou os cargos de embaixador em Bruxelas e Havana, até que em 1962 foi enviado para Moscou onde seria embaixador até o ano seguinte. Em 1964 após o golpe militar Castelo Branco o nomeou Ministro das Relações Exteriores. Sua atuação frente ao ministério foi na tentativa de contornar os expurgos realizados no governo pelos militares, além de promover de maneira conciliadora uma agenda internacional mais voltada ao bilateralismo e uma aproximação maior dos EUA. Em 1965 Leitão da Cunha deu início às transformações das práticas da política externa brasileira a partir da II Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, de acordo com as diretrizes ideológicas do movimento de 1964. “Através do Itamarati, o governo brasileiro propunha que o conceito de soberania passasse do critério de espaço nacional demarcado por limites, para se basear no das fronteiras ideológicas. Isto significava o direito de intervenção para sustentar um governo, aceito como democrático, que fosse ameaçado por movimentos dominados por ideologias consideradas não-democráticas.” No começo de 1966 Leitão da Cunha assumiu o cargo de embaixador em Washington, no ano seguinte aposentou-se e afastou-se da política e diplomacia, trabalhando no Conselho do Banco Mercantil de São Paulo, no conselho consultivo internacional da Morgan Guarantee Trust Company of New York, na diretoria da Standard Electric e nos conselhos da International Telephone and Telegraph (ITT), da Chrysler e da Sousa Cruz. Faleceu em junho de 1984. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-vasco-leitao-da> . Acessado pela última vez em: 11/04/2016.

²¹ Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm . Acessado pela última vez em: 17/04/2015.

²² SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986. p.93.

²³ Id. Ibidem. p. 133.

mais dura e enfática ao tratar da temática nuclear, mudou políticas de reciclagem de combustíveis e colocou os EUA em confronto com o Brasil e Alemanha no que diz respeito ao acordo nuclear entre eles. Entretanto, com o passar dos anos e a percepção de que tal abordagem mais dura poderia ter o efeito contrário no que diz respeito a não-proliferação, a administração Carter recuou e passou a atuar lado a lado com seus aliados no mundo industrializado. A intervenção dos EUA neste tratado foi o maior conflito entre os EUA e Alemanha após a IIGM e também a maior tentativa de influência direta dos EUA no Brasil. Sua ação buscou bloquear a venda de urânio enriquecido, assim como seu reprocessamento e a instalação de unidades de energia. O Brasil não aceitou as imposições dos EUA que viam no acordo com a Alemanha um problema. A posição de alinhamento não-automático do Brasil com os EUA e o fato de que, o país agora era um grande devedor financeiro, “um bom cliente” faria com que ele pudesse enfrentar diplomaticamente os EUA. Entretanto, para tal era necessário que a Alemanha mantivesse sua posição. Após novos encontros com os alemães o caso foi tratado como *fait accompli*²⁴.

Outro bom exemplo para acompanhar a existência de tal coerência entre a prática e discurso se dá através da observação do posicionamento brasileiro no que diz respeito ao colonialismo na África e a noção básica de “não-intervenção”, uma vez que ao longo do Regime Militar e de algumas décadas o Brasil foi mudando sua opinião e posicionamento diplomático a respeito do tema, mas sempre acatando as Cortes internacionais e suas regras, sem qualquer intervenção interna em países africanos. Um caso emblemático é o da independência de Angola que, apesar da atuação cubana no caso, o Brasil posicionou-se contrário ao neocolonialismo e favorável a autonomia africana, o que criou um novo marco nas relações com Portugal²⁵. Ao longo das décadas o Brasil se colocou de uma maneira bastante contraditória frente ao colonialismo na África. Indo do suporte político e econômico às potências que mantinham colônias no continente africano, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, em um momento em que o Brasil estava alinhado ao bloco ocidental durante a guerra fria, até a condenação da exploração econômica por parte dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, quando declarou-se favorável a independência, autodeterminação e governo próprio de tais colônias²⁶.

A partir de 1961 com a chegada de Jânio Quadros ao poder, seguido por João Goulart e a consequente implementação da Política Externa Independente²⁷, a atitude do Brasil em relação ao colonialismo na África mudou radicalmente e o país passou a confrontar as ações de Portugal e a se manifestar em abstenção ou contra resoluções que manteriam o domínio português ou apenas o

²⁴ Id. Ibidem. p.180.

²⁵ PINHEIRO, Letícia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government; the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 222,223.

²⁶ Id. Ibidem. p.225.

²⁷ PEI é a sigla utilizada para Política Externa Independente. A partir deste ponto no texto toda vez que for utilizada terá esse significado.

mudariam de nome²⁸. Com o golpe militar em 1964 e a chegada de João Castelo Branco ao poder novamente uma mudança radical na Política Externa Brasileira²⁹ em relação ao colonialismo na África. O Brasil passou a se realinhar com o bloco ocidental da Guerra Fria e a enxergar nos países que buscavam independência na África como uma ameaça comunista. Tentou-se organizar um tratado militar do Atlântico sul com Argentina, Uruguai e África do Sul, mas tal projeto não contou com apoio dos EUA e nunca foi adiante. Nesse período o apoio e as relações econômicas com o continente africano decaíram³⁰. Entre 1969 e 1974 o governo militar brasileiro mudou sutilmente sua atitude em relação a essa questão no continente africano, entretanto, ainda agia de maneira pouco coerente, uma vez que defendia o direito de autodeterminação dos povos africanos, mas mantinha seu apoio político e econômico às potências colonizadoras, especialmente a Portugal. Dessa forma, passou a ser pressionado pelos próprios países africanos e em 1973, com o Choque do Petróleo, também por países árabes que tinham acordos com diversos países africanos³¹. O maior receio do regime brasileiro era a existência de influências comunistas e marxistas na maioria dos movimentos separatistas, o que lhes impedia de apoiar totalmente a causa.

Com a chegada de Ernesto Geisel e Antônio Azeredo da Silveira ao poder há novamente uma reorientação na PEB, o Brasil olhava com outros olhos para seus vizinhos latino-americanos e para os novos possíveis parceiros na África, tudo em uma tentativa de expandir mercados para o Brasil. Assim, os processos de independência passaram a ser apoiados pelos tomadores de decisão do Brasil que colocavam em prática a política que ficou conhecida como “pragmatismo responsável”. Além disso, a Revolução dos Cravos em Portugal e à queda de Salazar, ajudaram a deixar a questão colonialista mais simples e facilitou a relação entre as diplomacias brasileira e portuguesas³². Assim, é preciso destacar que a construção da identidade nacional é um posicionamento que se constrói e se consolida de maneira reconhecida ao longo das décadas, por isso, o que este capítulo propõe é perceber quais são os impactos que a mudança de regime tem para a Política Externa, traçando as principais linhas e parâmetros da identidade da política externa brasileira durante o período do Regime Militar brasileiro (1964-1985), assim como, suas grandes rupturas e transformações, e verificando qual o impacto que a mudança de um regime autoritário para um democrático trouxe para a Política Externa Brasileira. Para compreender e verificar como se deu a construção da identidade internacional brasileira é preciso observar também o papel do Itamaraty na aplicação da PEB e como esta estava diretamente implicada com a política interna e as

²⁸ PINHEIRO, Leticia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government; the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013. p.228.

²⁹ PEB é a sigla utilizada para Política Externa Brasileira. A partir deste ponto no texto toda vez que for utilizada terá esse significado.

³⁰ PINHEIRO, Leticia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government; the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013. p.230

³¹ Id. Ibidem. p.234.

³² Id. Ibidem. p.238.

necessidades do regime.

O Golpe e a PEB

O Golpe Civil-Militar de 1964 trouxe uma grande ruptura não apenas para a sociedade brasileira, mas também para a política externa que o país vinha praticando. Entre 1961 e 1963 o Itamaraty foi marcado por uma atuação mais autônoma que ficou conhecida por PEI. Tal política durou poucos anos e contou com cinco Ministros das Relações Exteriores trazendo alterações e mudanças de rumos que influenciaram o Itamaraty por décadas. O primeiro destes ministros, Afonso Arinos, ao assumir o cargo no Ministério das Relações Exteriores redefiniu a PEB baseando-a em três valores; soberania, democracia e paz. Além disso, destacou o caráter independente da política externa brasileira e a busca por novas relações com a África. Também chama atenção como foi mencionado acima o fato de que no período o Brasil retomou as relações comerciais com os países do leste-europeu e sua participação na campanha pela descolonização da África. Com isso, ao longo dos meses o Brasil consolidou sua posição de não-alinhado ao reforçar os laços com países do leste e da África³³.

Em Setembro de 1961 San Tiago Dantas assume o cargo e a PEB se posicionou em favor da descolonização de Angola e contra o isolamento diplomático de Cuba, que de acordo com San Tiago seria contraproducente e aproximaria o país caribenho dos demais países soviéticos. Cabe destacar a ida de João Goulart aos EUA e a reafirmação de uma PEI brasileira, mas sem abrir mão dos acordos já existentes com o país do norte. Além disso, revelou planos para nacionalizações de empresas estrangeiras no Brasil³⁴. A liberdade e direito de existência do regime cubano continuou sendo reafirmada pelo Itamaraty durante a gestão de Hermes Lima a frente do Ministério, este baseado na ideia de manutenção da lógica de que os países devem poder defender seus interesses, soberania e autodeterminação. Tais conceitos serão retomados mais adiante durante o regime militar e em momentos distintos, marcando uma posição institucional e legalista do Itamaraty. Araújo Castro ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1963 e 1964, estando no cargo quando do golpe, sua gestão foi marcada pelo discurso dos “três Ds” realçando a importância do desarmamento, desenvolvimento e descolonização. Pautas que perpassariam todo o regime militar e que se desenhavam neste momento como fundamentais para o que Brasil pretendia ser no cenário global. Com o advento do Golpe de Estado diversas foram as mudanças pelas quais a PEB e a atuação do Itamaraty passaram ao longo dos primeiros meses e em seguida com o desenrolar dos

³³ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1912-1964*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. p.248.

³⁴ Id. *Ibidem*. p. 255.

anos do regime militar autoritário. O contexto no momento do golpe fez com que as mudanças na política externa fossem necessárias ao novo regime também para marcar ideologicamente o grupo que estava assumindo o poder.

De volta a 1961, a renúncia de Jânio Quadros em agosto e a posse de João Goulart fez com que diversas pautas da esquerda brasileira ganhassem força na política nacional. Jango já era visto como um político com tendências de esquerda e no momento que recebeu a notícia da renúncia de Jânio Quadros, estava em viagem à China, cujo regime era Comunista. A sua posse iminente chamou a atenção dos setores mais conservadores da sociedade que temiam suas ações e viam seus privilégios em risco e que, assim tentaram de todas as formas fazer com que o vice-presidente não assumisse o cargo, algo que Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, não permitiu ao organizar a “Campanha da Legalidade”³⁵, garantindo que João Goulart pudesse assumir a presidência³⁶. A atenção e dedicação de João Goulart com pautas trabalhistas, operárias, a tentativa de reformas de base e principalmente, a intenção de levar a reforma agrária adiante fizeram com que o discurso do “medo comunista” ganhasse muita força dentro do país e dentro da população civil brasileira. Com o tempo as contestações se tornaram muito grandes, a imprensa iniciou uma campanha contra o chamado “radicalismo ideológico” de Jango, alertando para o caminho escolhido pelo presidente de levar o Brasil para um possível regime comunista³⁷. As revoltas e greves se multiplicaram pelas ruas do país, levando Jango a pedir o Estado de Sítio, algo revogado pelo Congresso.

Entretanto, o grande fator que traria os militares para cena e com a clara intenção de tomar o poder através de um golpe seria o discurso de João Goulart e Leonel Brizola feito no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil no Rio de Janeiro. Em grande comício realizado na cidade os dois anunciavam as reformas de base, reforma agrária, um novo plebiscito para aprovar uma nova constituição e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo³⁸. Os militares sabiam que teriam o apoio da população civil para o projeto de derrubada de João Goulart e consequente tomada do poder, então, aliados aos políticos da UDN e ao governo norte-americano trabalharam para deflagrar o golpe. A Igreja católica também deu suporte ao golpe que se colocava contra a

³⁵ Um golpe militar foi evitado naquele momento graças a ação política do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que organizou a resistência pela legalidade, contando a princípio com o apoio de alguns poucos militares, uma rádio gaúcha e parte da sociedade civil, com o tempo e a formação da Rede de rádios pela legalidade, obteve o apoio de grande parte da população do Rio Grande do Sul e também do III Exército, o mais poderoso militarmente do Brasil. Com isso o Congresso que lutava pela legalidade passou a ter mais força contra Junta Militar. Cabe destacar que a tensão fora enorme e chegou-se muito próximo de uma guerra civil, Jango optou por voltar ao Brasil de sua viagem à China, chegando a Porto Alegre. Além disso, os autores destacam que dos grandes periódicos brasileiros, O Estado de São Paulo, O Globo e a Tribuna da Imprensa se colocaram favoráveis à tomada do poder pelos militares. FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil / Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes*. - 1ªed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.42

³⁶ Id. Ibidem. p.37.

³⁷ João Goulart optou por uma guinada à esquerda como uma tentativa de obter apoio político para realizar o que havia se proposto no começo de seu mandato. FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil / Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes*. - 1ªed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 215.

³⁸ Id. Ibidem. p.270.

ameaça da esquerda mobilizando grande parcela da população através da Marcha da família com Deus pela Liberdade contra o governo e também buscando dar legitimidade ao golpe militar. Com toda essa mobilização militar e civil a queda de João Goulart foi inevitável. Na madrugada do dia 31 de março de 1964 o general, Olympio Mourão Filho, ligado ao Integralismo brasileiro sublevou suas tropas em Juiz de Fora – MG e adiantou o que seria golpe militar marchando em direção ao Rio de Janeiro³⁹. Jango tentou negociar, mas a única saída era a do confronto, algo que ele evitou ao máximo especialmente após tomar conhecimento da perda de apoio entre militares do alto escalão. Entretanto, ocorreram reações das baixas patentes em favor do governo e o alto número de militares removidos à reserva após o golpe demonstra o quão grande era o apoio de Goulart no momento⁴⁰.

Buscando resistir de alguma forma João Goulart foi para Brasília encontrar com outras lideranças políticas, enquanto isso Brizola e o Comandante do III Exército, Ladário Teles, resistiam no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, mesmo após uma declaração oficial de Goulart, declarou vago o cargo de presidente. Com isso o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência e pediu respaldo do Exército algo que ocorreu rapidamente, assim como o reconhecimento do novo governo por parte dos EUA⁴¹. O país teve certeza de que boa parte da classe política dominante estava alinhada com o setor golpista do Exército. Goulart foi então ao Rio Grande do Sul encontrar-se com Brizola e tentar organizar uma resistência. Entretanto, ao ouvir do Comandante do III Exército que ele não tinha total controle de sua tropa acabou desistindo da ideia. João Goulart ficou alguns dias em São Borja e depois fugiu para o Uruguai. O que se viu foi uma forma de evitar o confronto militar no país, já que os golpistas contavam com o apoio dos EUA, de boa parte da classe política dominante e também boa parte da população e empresariado. Assim, fez-se o golpe militar em 1964, entretanto, sem saber ao certo quais seriam suas consequências e resultados, uma vez que o projeto golpista se dizia contra o “perigo comunista” e não por outro país, somente após o governo de Castelo Branco surgiu uma proposta real de país e de industrialização para o Brasil.

Além desse contexto interno turbulento, o mundo vivia um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, quando os Estados Unidos buscavam aumentar a sua zona de influência em todo o continente americano, tentando evitar a expansão do Socialismo e Comunismo em todo o mundo, especialmente em suas zonas de influência mais próximas. O Brasil graças a sua grande dimensão geográfica e populacional era um parceiro e importante aliado dos EUA na luta contra o avanço do comunismo, inclusive contava com contratos de cooperação militar existentes desde o início da década de 1950. Em março de 2004, o governo dos EUA publicou documentos que comprovam a

³⁹ Coleções Caros amigos. *A ditadura militar no Brasil*. Caros amigos Editora.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil / Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes*. - 1ªed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 350.

⁴¹ Id. *Ibidem*. p.362.

atuação política do país e de que a CIA ajudou os militares brasileiros a conduzir a deposição de João Goulart no dia 1º de abril de 1964. O governo americano considerava João Goulart alguém perigoso porque, além de simpatizar com o regime Castrista de Cuba, mantinha a PEI e já havia nacionalizado uma subsidiária da ITT (empresa norte-americana de energia).

A cooperação estadunidense com os militares brasileiros se deu de inúmeras formas ao longo dos anos que precederam o golpe, no momento do golpe e depois dele como veremos adiante. Antes de 1964 muitos militares de alta patente frequentavam escolas militares nos EUA e tomaram contato com a Ideologia da Segurança Nacional⁴² responsável por influenciar e derrubar regimes democráticos em quase todos os países da América Latina, em linhas gerais tal ideologia buscava reforçar a ideia de que em um primeiro momento o “perigo comunista” era exterior e em um momento posterior o grande risco era o chamado “inimigo interno”. Além disso, nos dias que precederam o golpe militar no Brasil, o governo dos EUA organizou um conjunto de operações de auxílio logístico planejado pela CIA e pela Marinha norte-americana, chamada de “Operação Brother Sam” com o objetivo era auxiliar os militares brasileiros golpistas caso houvesse uma reação e uma possível guerra civil dentro do território nacional. As tropas dos EUA, em função do “adiantamento” do General Olympio Mourão Filho, chegaram mais tarde do que o previsto, porém, serviram de fator de intimidação aos apoiantes da legalidade. Os estadunidenses tinham o plano de enviar cem toneladas de armas leves e munições, navios petroleiros, uma esquadrilha de aviões de caça, um navio de transporte de helicópteros com cinquenta unidades a bordo, tripulação e armamento completo, um porta aviões, seis destróieres, navio de transporte de tropas, assim como vinte e cinco aviões para transporte de material militar⁴³. Entretanto, nem tudo chegou a ser enviado, e aquilo que o foi, quase não foi utilizado, pois qualquer resistência da qual se tinha medo devido ao apoio que João Goulart havia conquistado junto à camada mais baixa da população brasileira praticamente não existiu.

Os caminhos da PEB

Dito isto, para que se possa compreender de maneira mais clara o percurso percorrido pela PEB e a construção da identidade internacional brasileira durante o regime militar (1964-1985) é necessário estabelecer algumas referências teóricas que farão com que as conceituações aqui

⁴² COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

⁴³ GREEN, James & JONES Abigail, *Reinventando a história: Lincoln Gordon e as múltiplas versões de 1964*. Rev. Bras. Hist. vol. 29. n.º 57. Junho 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882009000100003&script=sci_arttext. Último acesso em: 17/04/2015. Também foi consultada a coleção Caros amigos. *A ditadura militar no Brasil*. Caros amigos Editora.

propostas fiquem mais claras. Dessa forma vamos tomar alguns modelos de política externa que Maria Regina Soares Lima⁴⁴ propõe para compreender as transformações da PEB. Para a autora, nas décadas posteriores à II Guerra Mundial eram três os modelos que definiam a política externa dos países médios que aspiravam algum protagonismo na política global: o modelo inglês, o modelo francês e o modelo alemão.

A diferença entre eles consiste no grau de relacionamento com a potência global dominante, o modelo inglês, por exemplo, também é chamado de “relação especial”, o modelo francês de “autonomia” e o alemão de modelo do “aprofundamento da inserção regional”. Com algumas modificações se pode afirmar que o Brasil experimentou pelo menos dois destes modelos considerando-se suas relações com os Estados Unidos e com o espaço regional sul-americano. Vale destacar que as três principais marcas do modelo de “relação especial” são o alto nível de interdependência econômica com os EUA, aliança militar com os EUA e a baixa identidade com os vizinhos no âmbito regional. A aspiração do Brasil por uma aliança com os norte-americanos foi por muitas vezes unilateral, realizada apenas pelo lado brasileiro e marcou vários momentos da história do país. Além disso, os EUA foi instrumento dos projetos de desenvolvimento durante o governo Vargas, em que negociações e interesses de ambos os lados levaram o Brasil a aderir à II Guerra Mundial junto dos Aliados, em troca do financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN em Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, os Estados Unidos também ajudaram legitimaram o golpe militar de 1964 ao rapidamente reconhecerem o novo governo e enviarem apoio militar como vimos acima e, mais recentemente, o alinhamento também funcionou como argumento das mudanças econômicas internas iniciadas no governo de Fernando Collor de Mello no início dos anos 1990⁴⁵.

Já o modelo francês ou da “autonomia” proposto pela autora tem duas principais características: buscar a diversificação de parceiros diplomáticos, econômicos e políticos extrapolando suas respectivas áreas de influência regional, e o forte interesse em relações regionais prósperas e pacíficas, como um meio de equilibrar o poder da potência dominante global. Tal diversificação da dependência marcou muito a política externa brasileira no período da Guerra Fria, o primeiro momento se deu entre 1961 a 1964 com a PEI e o segundo já entre 1975 e 1979 com o “pragmatismo responsável” que veremos em mais detalhes logo abaixo. Ainda que o primeiro experimento tenha se dado durante o regime constitucional de 1945 e o segundo no ciclo autoritário que se iniciou em 1964, ambos foram marcados pelo questionamento da orientação tradicional de alinhamento estreito com os EUA e pela tentativa de globalizar as relações internacionais do Brasil. Cabe ressaltar que o conceito de autonomia colocado aqui é o da autonomia em relação aos EUA no

⁴⁴ LIMA, Maria Regina Soares de. (2012). *As aspirações do Brasil na Política Exterior*. Mimeo.

⁴⁵ Id. Ibidem. p. 10.

cenário internacional e não a autonomia interna que um diplomata pode encontrar ou não enquanto funcionário de uma instituição pública durante um regime de exceção.

Para Maria Regina Soares Lima as elites brasileiras sempre concordaram quanto à noção de que o que se busca com a política externa é a valorização de um papel protagônico para o país, entretanto, elas se dividem quando se trata de escolher estratégias de inserção internacional. Os principais pontos de divergência ficam claros em dois modelos. O primeiro reúne a maioria das opiniões e poderia ser chamado de busca pela credibilidade, na medida em que o foco é de fora pra dentro. Nele a globalização é considerada o principal parâmetro para a ação externa e seus benefícios só podem ser alcançados pelas reformas internas que expandam a economia de mercado e promovam a concorrência internacional. Nesta percepção, o país deve ajustar seus compromissos internacionais as suas capacidades reais. Já a outra proposta, também chamada de autonomista combina o objetivo de maior projeção internacional com a permanência de um maior grau de flexibilidade comercial e resultados benéficos da adesão aos regimes internacionais. Assim, a inserção deve ser buscada junto a países semelhantes e que tenham interesses parecidos e também tenham disposição em resistir às imposições das potências dominantes. Trata-se de uma abordagem que privilegia o multilateralismo.

Letícia Pinheiro⁴⁶, traz outras ferramentas teóricas que também ajudarão a compreender as transformações da PEB e a consolidação da identidade internacional do Brasil ao longo das décadas. De maneira similar a Maria Regina Soares Lima, a autora acredita que existam duas principais linhas de pensamento e que a principal diferença entre elas está na proximidade e alinhamento com a potência hegemônica vigente. Para ela a PEB vai oscilar entre americanismo e globalismo. O primeiro seria um paradigma que coloca os EUA em posição central na política externa, no qual a aproximação com Washington garantiria maior acesso aos recursos de poder. Já a visão globalista se conformaria como uma contraposição ao primeiro, por dar ênfase ao processo de diversificação das relações exteriores do Brasil visando à maximização de poder e do prestígio internacional do país.

Em relação ao americanismo ele pode ser dividido em dois momentos-chave: um primeiro ideológico, construído sobre uma convergência ideológica como se viu claramente no momento antecedente ao Golpe Civil-Militar de 1964 e também nos primeiros anos que seguiram ao fato, durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), e um segundo momento quando os pressupostos de ordem normativa filosófica e pragmáticos visam basicamente o aproveitamento das possibilidades e oportunidades de aliança, com uma natureza puramente instrumental e prática, sem um alinhamento ideológico.

⁴⁶ PINHEIRO, Leticia. (2000). Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, nº 2, julho-dezembro, pp. 305-335.

Quanto ao globalismo, também são identificados dois processos com naturezas distintas: um de natureza hobbesiana, sustentando um sistema internacional anárquico, em que não há autoridade internacional, justificando o princípio da autoajuda; já o segundo globalismo seria grotiano: e mesmo analisando a anarquia do sistema, pressupõe ainda sua normatividade, nesse contexto, os Estados não buscam apenas seus ganhos relativos, mas também absolutos, ou seja, não se submetem apenas às regras de prudência e de conveniência, como ainda à moralidade e à lei. Dessa forma, para Letícia Pinheiro a PEB durante o regime militar viveu o americanismo ideológico entre 1964-1967, o americanismo pragmático entre 1967-1974 e o globalismo hobbesiano de 1974 até o fim do regime de exceção.

Cabe destacar uma diferença marcante entre as duas autoras, embora ambas apresentem pontos de partida bastante parecidos em relação ao modo como a PEB pode ser observada e analisada em função de sua aproximação ou não com a potência hegemônica, no caso os EUA. Letícia Pinheiro ao introduzir os conceitos de “americanismo ideológico” e “americanismo pragmático”, assim como “globalismo hobbesiano” e “globalismo grotiano” cria novas nuances e camadas nos modelos de “relação especial” e “autonomia” apresentados por Maria Regina Soares, o que faz com que os detalhes das relações possam se encaixar mais facilmente em modelos teórico explicativos, podendo ser aplicados em outros casos. Vejamos então como se desenvolveu a PEB durante o regime militar e como o Itamaraty atuou na construção da identidade internacional do país. Ou seja, de que maneira o corpo diplomático agiu e influenciou a forma como Brasil se colocara frente aos demais países no cenário internacional e como os outros países enxergavam o Brasil no mesmo contexto.

Identidade internacional brasileira, os militares e a PEB

Antes de analisarmos a atuação brasileira no cenário internacional é preciso tentar encontrar uma definição conceitual de identidade e identidade internacional. Tal definição não é simples, pois sempre está relacionada a outros elementos. De uma forma geral é uma tentativa de determinação de quem se é, entretanto, no plano coletivo isso se torna ainda mais difícil. É possível tentar definir a identidade coletiva a partir de um conjunto de interesses que se juntam por semelhanças e partilhamento de ideias⁴⁷. Nesse sentido, se faz necessário compreender também que se uma nação como conhecemos nasce de um postulado, de uma invenção, é preciso que haja adesão e solidariedade à ideia dando lastro a convivência coletiva. Nessa lógica, mesmo com o advento da

⁴⁷ BOVERO, Michelangelo. *Identità, Individuali e Collettive*. Recherche Politique Due – Identità, interessi e scelte collettive. Milano: Il Saggiatori, 1983. p. 31-57. APUD: LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2004. p. 15.

globalização e a entrada de outros atores nas definições da política externa, há uma clara correlação entre a PE, como intermediação com o mundo, e a instância interna como local onde os cidadãos se encontram, se identificam e por sua vez, possuem suas demandas particulares. É justamente essa interação entre o externo e o interno, entre o nós coletivo e as especificidades que tornam o mundo e suas relações algo tão plural. Nesse ponto cito Celso Lafer: “*É por esse motivo que a diplomacia, como uma política pública, se alimenta numa dialética de mútua implicação e polaridade, tanto da História do 'eu', quanto da História do 'outro' [...]*”⁴⁸.

Ao pensarmos um país como exemplo, a política externa age como a expressão do ponto de vista desse país, ajudando a explicar a inserção do mesmo no cenário internacional. No caso brasileiro é preciso ter em mente alguns fatores: localização geográfica na América do Sul, escala continental, sua relação com os vizinhos na América do Sul, a questão da língua como aspecto unificador, independência em 1822, desenvolvimentismo, entre outros. Tudo isso ajuda a compor a identidade internacional brasileira, que tem no Ministério das Relações Exteriores seu maior formulador e difusor, pois é ele quem detém a autoridade e memória da ação diplomática brasileira, dando coerência a essa prática política⁴⁹.

Ao nos atentarmos a alguns desses aspectos formadores da identidade internacional do Brasil é importante ter em mente que um dos pontos centrais nessa construção é a dimensão continental do país. Mesmo por não se tratar de um grande nome na história da diplomacia internacional e não frequentar os livros quando o tema em questão são conflitos bélicos o processo de formação territorial e suas motivações ajudam a explicar o ponto em que o Brasil está hoje no cenário internacional. Além disso, o Império teve um papel fundamental na construção da identidade internacional, uma vez que o Brasil recriava em escala continental a diferenciação linguística que havia na Europa, por meio da qual ser brasileiro significava não ser hispânico. A proclamação da República em 1889 serviu para que o Brasil passasse a se identificar como latino-americano e visse em seus vizinhos uma solidariedade necessária. Outro ponto importantíssimo foi a atuação do Barão de Rio Branco não apenas como o responsável pela negociação e delimitação pacífica das fronteiras nacionais, mas também como *founding father* da mentalidade e modo de atuação do Itamaraty, que até hoje se beneficia de seu legado, assim como de sua forma de atuação diplomática⁵⁰. Celso Lafer define o Itamaraty como responsável por assegurar certo tipo de conduta para a PEB e a identidade internacional do Brasil⁵¹. Algo que também se refletiu na maneira como o Brasil passou a atuar junto a seus vizinhos continentais, buscando acordos e formas de cooperação

⁴⁸ LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2004. p. 19.

⁴⁹ Id. Ibidem. p.21.

⁵⁰ Id. Ibidem. p.47.

⁵¹ Id. Ibidem. p.145.

política e econômica, visando “*uma autonomia possível para uma potência média de escala continental situada na América Latina*”⁵².

Como já foi dito brevemente, logo após o Golpe de 1964 ocorreu um realinhamento da PEB, deixando para trás a PEI e retomando um alinhamento junto aos EUA. Assim, Vasco Leitão da Cunha assume a pasta e passa a implementar a “Nova Política Externa”, na qual seriam retomadas as relações com os EUA e Europa, além da defesa de ideais de “liberdade, progresso e justiça”. Um fato que merece destaque diz respeito ao feito de que logo nos primeiros meses de governo militar, uma lista de cassações políticas que deveriam ser realizadas dentro do Itamaraty ao longo do primeiro ano do regime é entregue a Vasco Leitão que, se gaba de ter evitado outras cassações de diplomatas⁵³. Em suas palavras ele é o responsável “por evitar uma caçada às bruxas” dentro do Itamaraty, mas, ao mesmo tempo, cassou quatro diplomatas de carreira⁵⁴. Para David do Nascimento Batista que analisa sociologicamente o comportamento dos diplomatas durante o regime militar, a atuação de Leitão da Cunha foi fundamental na preservação da já consolidada posição “neutra” do Itamaraty em questões delicadas como o golpe militar de 1964.

A subordinação do Brasil aos EUA não se deu apenas de maneira ideológica nos primeiros anos de regime militar, mas também ocorreu de uma forma bastante pragmática quando os militares passaram a perseguir aos exilados no Uruguai como os casos de: João Goulart e Leonel Brizola. Da mesma forma, a atuação discreta e subordinada do Itamaraty aos militares teve início logo nos primeiros dias após o Golpe, pois o governo brasileiro enviou representantes diplomáticos ao Uruguai tentando evitar que fosse concedido asilo a João Goulart, ou que uma vez concedido, lhe deixassem longe da fronteira e próximo a Montevideú, para que suas ações pudessem ser monitoradas por representantes do governo brasileiro. Entretanto, segundo David do Nascimento Batista, o que ocorreu foi que não se evitou o asilo, mas obteve-se o reconhecimento do novo governo brasileiro⁵⁵.

Assim, enquanto o país ia se subordinando aos interesses dos EUA, o governo brasileiro passou a prestar contas de todas suas ações para a potência hegemônica e também foi pressionado a enviar tropas ao Vietnã como mostra de apoio aos norte-americanos, o que acabou não ocorrendo⁵⁶. Na América Latina a luta foi pelo reconhecimento do regime militar por parte do México e Venezuela e de outro lado o rompimento com Cuba. Além disso, visando boas relações com a vizinha Argentina o regime proibiu que o ex-presidente argentino, Juan Domingo Perón, passasse

⁵² Id. Ibidem. p.114.

⁵³ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. p.40.

⁵⁴ BATISTA, David do Nascimento. *Habitus Diplomático: Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p.97.

⁵⁵ Id. Ibidem. p. 107.

⁵⁶ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. p.46.

pelo Brasil no retorno do exílio na Espanha. Em relação à Europa, o governo de Humberto de Alencar Castello Branco, tratou das polêmicas com a França e sobre como Itália e Portugal se manifestaram em busca do apoio brasileiro em questões internacionais.

Paulo Fagundes Visentini, autor de *A política externa do regime militar brasileiro*, destaca o fato do Brasil ter “consagrado uma dicotomia maniqueísta da Guerra Fria” ao se alinhar automaticamente aos EUA⁵⁷. De acordo com o mesmo autor, o realinhamento do Brasil com os EUA no governo Castello Branco na prática teve uma eficácia maior no discurso e no que ele deixou de fazer contra os EUA no momento em que abriu mão da PEI do que pelo que fez em favor. Seu governo foi de clara subordinação. Um exemplo citado foi o Programa Controle de Natalidade Canadense, que seria um modelo de desenvolvimento a ser seguido⁵⁸.

Alguns outros exemplos da subordinação política, ideológica e econômica são apontados por Visentini. Pouco antes da posse de Artur da Costa e Silva um novo acordo econômico entre Brasil e EUA através da Aliança para o progresso garantiu ao Brasil cem milhões de dólares em empréstimos para ajudar a desenvolver o país. Além disso, o autor destaca o fato de o Chile ter tentado criar uma espécie de mercado comum na região com base no que era chamado de Alalc, integrada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela tendo realizado sua primeira conferência em 1965. Apesar do avanço no aumento do intercâmbio comercial entre os países de 600 milhões de dólares para 1,4 bilhões entre 1961 e 1965, o Brasil pontuara que o âmbito negativo da coalizão era a não introdução de novos itens, pois eram considerados apenas os artigos tradicionais. Dessa forma preferiu se opor, aliando-se com a Argentina econômica e ideologicamente, o que dividiu o continente em blocos regionais⁵⁹. Ao tratar das relações do Brasil com a Europa, Visentini chama atenção para as tensões políticas existentes com o governo francês de Charles de Gaulle e seu antiamericanismo declarado, assim como as tensões envolvendo Dom Hélder Câmara, a Igreja Católica e o Vaticano, que deveria compreender a posição brasileira (de acordo com o governo), mas que não estava muito favorável ao país. Explico: após uma série de incidentes o Arcebispo de Olinda não foi à posse do novo Comandante do IV Exército em 1966. Com isso, o chanceler Juracy Magalhães decidiu ir ao Vaticano e em audiência com o Papa Paulo VI declarou “lembraria ao Sumo Pontífice que o atual governo fora construído exatamente para evitar que a maior nação católica do mundo caísse nas mãos de um regime na qual a voz dos bispos seria silenciada”⁶⁰, demonstrando a intenção dos militares de manter uma boa relação com a Igreja Católica. A reação do Papa com uma nota oficial bastante vaga e declarações que deixavam claras as diferenças com o então governo brasileiro simbolizaram uma divergência

⁵⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.34.

⁵⁸ Id. Ibidem. p.39.

⁵⁹ Id. Ibidem. p.49-50.

⁶⁰ Id. Ibidem. p.56.

entre o Vaticano e o regime militar⁶¹. Além disso, o autor destaca as relações comerciais com Alemanha, Suíça e outros países europeus que viram com bons olhos o golpe no Brasil e o fim da PEI, pois, esta buscava construir uma relação mais sólida e duradoura com os países da Europa do Leste e consequentemente a Alemanha Oriental. Em relação a Portugal, o Brasil assinou novos acordos que garantiram benefícios em outros terrenos que não apenas o político, especialmente pela delicada relação do país ibérico com suas colônias na África. Juracy Magalhães fez questão de reunir-se com o chanceler português Antônio de Oliveira Salazar e discutir a normalização das relações entre os países especialmente após o término da PEI. No plano da economia, foram assinados acordos que incluíam os territórios coloniais, além da busca pelo fim de barreiras alfandegárias entre os dois países em um prazo de cinco anos. Apesar de toda a aproximação entre os dois países o Brasil não garantiu o voto em favor de Portugal na ONU⁶².

Em relação aos países africanos os objetivos da diplomacia brasileira eram: cortejar as delegações do terceiro mundo em órgãos multilaterais e ampliar mercados. Entretanto, como foi demonstrado anteriormente tratou-se de uma relação de constantes idas e vindas, o Brasil matinha vínculos de cooperação com o Apartheid sul-africano e um discreto apoio ao colonialismo português no continente. O Brasil se absteve na votação da ONU sobre o apartheid e durante muito tempo procurou não se posicionar quanto ao colonialismo português na África, e quando o fez se mostrou pró-Portugal. Anos mais tarde mudou seu posicionamento e passou a atuar contra o colonialismo. Neste ponto nota-se que as relações do Brasil com os EUA pouco influíam na sua relação com o continente africano, existindo um espaço maior para a uma atuação multilateral.

As relações brasileiras no continente asiático eram limitadas, com uma visita ao Japão por parte da diplomacia brasileira, a recepção de uma delegação iraniana, fraca presença diplomática brasileira na Índia e Paquistão. No momento em que os dois países entraram em guerra o Brasil não contava com embaixadores em nenhum dos dois países. Além disso, as relações eram ideologicamente atribuladas com a China comunista. Apesar de uma aproximação com o país asiático durante a PEI, após 1964 tal relação foi a princípio bastante tensa em função da prisão de nove jornalistas chineses que estavam no Brasil no momento do golpe militar de 1964, acusados de subversão e espionagem. O episódio, que teve como idealizador e realizador Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, tinha por objetivo desestabilizar a relação com a China, objetivo que fora atingido devido à forte reação chinesa. O governo chinês denunciou que os prisioneiros estavam sendo torturados, enquanto isso estavam sendo julgados por crime contra a Segurança Nacional e foram condenados pela Junta Militar a dez anos de prisão. Entretanto, em fevereiro de 1965, Castelo Branco lhes deu indulto a voltar a China. Como resultado da crise

⁶¹ Id. Ibdem. p.57.

⁶² Id. Ibdem. p.60,61.

diplomática o Brasil perdeu o acesso ao mercado da China, que se voltou para o México e Cuba. Além do corte dos laços diplomáticos e o país assistiu à distância a revolução cultural⁶³, mais uma vez somente anos mais tarde o país retomou os laços diplomáticos com a potência asiática.

Para Visentini, nos fóruns internacionais multilaterais o Brasil se preocupou nesse primeiro período em apoiar os interesses dos EUA a fim de receber compensações no plano regional. Além disso, havia uma preocupação geral dentro do Ministério das Relações Exteriores em expandir as relações comerciais brasileiras em todos os âmbitos, o que gerou um enorme esforço⁶⁴. Outra questão importante dizia respeito aos avanços tecnológicos nucleares e a segurança internacional, o Brasil entrou em atrito com os EUA quando negociava a assinatura de tratados sobre tecnologia atômica, pois ele não queria abrir mão de sua capacidade de desenvolver esta tecnologia para fins pacíficos. Ainda na gestão de Vasco Leitão da Cunha há um fato que marcara a atuação do Itamaraty durante o regime militar. O golpe militar constitucionalista e a guerra civil fizeram com que os EUA, o Brasil e boa parte da América Latina olhassem para a República Dominicana como um real “perigo comunista” gerando uma intervenção militar em defesa da “democracia”. Em abril de 1965 o Brasil enviou militares sob o argumento de que uma participação interamericana evitaria uma ação unilateral dos EUA. Vasco Leitão, defendeu na XX Assembleia Geral da ONU a necessidade de intervenção. O Ministro na Conferência Interamericana no Rio de Janeiro defendeu a existência de um mecanismo para defender o continente da subversão⁶⁵.

É possível notar que ao longo de todo o governo Castelo Branco que era um militar próximo do grupo da Escola Superior de Guerra e de Golbery Couto e Silva, ou seja, tratava-se de um “liberal internacionalista”, diferente da “linha-dura” sendo mais favorável a um nacional desenvolvimentismo. O Brasil viveu um realinhamento ideológico se reaproximando dos EUA. Chamado por Letícia Pinheiro⁶⁶ de americanismo ideológico e que de acordo com Maria Regina Soares de Lima⁶⁷ seria um exemplo claro do modelo de “relação especial”. Ficando marcadas algumas ações internacionais pró-Estados Unidos e pouco espaço para uma atuação multilateral, ainda que essa existisse.

Com a troca de poder, Castelo Branco deixou a presidência para Costa e Silva marcando uma derrota para a ala Castelista dos militares, conhecida por ser menos conservadora e autoritária. Em 1967, passou-se então de um *governo* autoritário para um *regime* autoritário, pois, o que seria até ali uma intervenção militar curta e que serviria apenas para evitar o “perigo comunista” e

⁶³ Id. Ibidem. p.66,67.

⁶⁴ Id. Ibidem. p.69.

⁶⁵ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. p.65.

⁶⁶ PINHEIRO, Leticia. (2000). Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, n° 2, julho-dezembro, p.309.

⁶⁷ LIMA, Maria Regina Soares de. (2012). *As aspirações do Brasil na Política Exterior*. Mimeo.

“recolocar o Brasil no caminho”, estava consolidando-se como um regime autoritário já que o país se via frente ao segundo general ocupando a presidência da república. Visentini destaca uma ruptura mais profunda com os EUA, se aproximando da PEI, ainda que sem fazer referência à reforma social. A base socioeconômica do regime era a mesma: empresa estatal, capital estrangeiro e burguesia nacional. Neste mesmo período o estatismo foi bastante frequente como prática estratégica do governo, curiosamente, algo que ele mesmo buscava combater quando criticava o nacional populismo⁶⁸. Mesmo com a troca do embaixador dos EUA no Brasil, o não envio de tropas brasileiras ao Vietnã e algumas farpas entre Costa e Silva e diplomatas estado-unidenses, as relações com os EUA mantiveram-se prioritárias.

Assim a “Diplomacia da Prosperidade” percebeu que o conflito leste-oeste cedeu lugar ao Centro Periferia (norte-sul) onde a nacionalização da segurança nacional era um conceito chave. Costa e Silva fez um longo discurso no Itamaraty logo após assumir o poder, onde ficou delineada a Diplomacia da Prosperidade. Partes deste discurso ilustram pontos fundamentais da PEB do período. Cabe destacar o trecho em que Presidente da República declara que: “[...] *o Brasil está integrado ao mundo ocidental, e adota o modelo democrático de desenvolvimento*”⁶⁹. É no mínimo curioso um presidente militar, no momento em que o regime autoritário está se consolidando e cada vez mais violento - apesar dos militares não se definirem como autoritários - declarar que o país segue um modelo democrático. Ou seja, havia uma diferença entre a prática política interna e o discurso no cenário internacional, pois alguns exemplos, como a República Democrática da Alemanha era um modelo de democracia a ser seguido, o ponto em questão é que no cenário interno não se praticava a mesma democracia.

As novas relações com os EUA não eram mais de total alinhamento como no governo de Castelo Branco, mas ainda mantinham um bom nível de cooperação mesmo com algumas desavenças, entretanto, a principal característica da PEB no período foi a demarcação da não prioridade dos EUA na política externa. O Brasil se mostrou firme em diversas questões econômicas e pressionou os EUA a cooperarem mais com os demais países latino-americanos. Um dos aspectos mais marcantes da PEB de Costa e Silva foi sua atuação multilateral, neste sentido a nomeação de, Antônio Azeredo da Silveira, para representante brasileiro na UNCTAD e como delegado-chefe no Grupo dos 77 foi fundamental para o estabelecimento das diretrizes que o governo brasileiro buscava. É de Azeredo a famosa frase “[...] *a melhor resposta à subversão é o desenvolvimento*”⁷⁰.

Na II UNCTAD o Brasil colocou-se contra ao modelo estadunidense de proliferação nuclear,

⁶⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.81.

⁶⁹ Id. *Ibidem*. p.89.

⁷⁰ SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986. p.259.

visando a manutenção da tecnologia para fins pacíficos⁷¹. Tem também destaque o fato de o chanceler brasileiro ter condenado em 1968 na Assembleia Geral da ONU a invasão da Checoslováquia por parte da URSS. No que tange às relações exteriores do Brasil com a Europa durante o governo de Costa e Silva o Brasil preocupou-se em reforçar as relações com a Alemanha Ocidental, especialmente para tratar da transferência de tecnologia nuclear, além de reforçar acordos e contatos comerciais com as grandes potências França e Itália buscando caminhos multilaterais para o desenvolvimento⁷². Já em relação aos países do leste-europeu o Brasil intensificou suas relações comerciais com a URSS e seus estados satélites, sempre enfatizando o fato de se tratarem de apenas relações comerciais, sem qualquer intervenção da política.

Entre 1967 e 1969 as relações do Brasil com os EUA tornaram-se um pouco mais complexas por questões comerciais bilaterais, a Guerra no Vietnã e o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Na América Latina o Brasil se aproximou dos países platinos com a assinatura, em 1967, do Tratado da Bacia do Prata. No ano seguinte os países Bolívia, Peru, Colômbia e Equador assinaram o Pacto Andino. Ao reforçar a importância de fortalecer o Brasil regionalmente, Costa e Silva em seu discurso na Conferência de Punta del Este declarou: “[...] *há mais de século e meio, lutamos neste continente com entusiasmo e com caráter pioneiro pelos ideais de liberdade, de progresso e de respeito aos direitos do homem*”⁷³. Na Europa o Brasil manteve relações relevantes com a Alemanha por causa das negociações para o pacto de um acordo nuclear entre os países e com Portugal pelo histórico de nações amigas, apesar das tensões existentes por causa do colonialismo na África⁷⁴. Além disso, o governo brasileiro e o MRE conduziram novas negociações comerciais e também a busca por novos acordos econômicos, destacando a pouca ajuda e cooperação dos países desenvolvidos. Assim se nota um momento inédito dentro do regime militar de alinhamento não-automático aos EUA e suas políticas, o que para Letícia Pinheiro, se encaixaria em um americanismo pragmático onde o Brasil mantinha boas relações com a potência hegemônica, mas, ao mesmo tempo, buscava outras alternativas para o desenvolvimento nacional. Maria Regina Soares de Lima definiria o momento como o mais próximo do modelo francês ou de “autonomia”. Dando ao país mais margem de manobra e barganha nas disputas globais.

Emílio Garrastazu Médici chega à presidência em 1969, período conhecido por “milagre econômico”.⁷⁵ Nesse momento a economia brasileira baseava-se no tripé: empresas estatais

⁷¹ Id. Ibidem. p.262.

⁷² VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.118.

⁷³ Id. Ibidem. p.110.

⁷⁴ Id. Ibidem. p.119.

⁷⁵ Entre 1968 e 1973 o Brasil cresceu a uma taxa de 11,1% ao ano, já entre 1964-1967 o crescimento foi de 4,2% ao ano. Além disso, as taxas de inflação estavam baixas para os padrões brasileiros da época, caindo de 45,4% ao ano em 1968 para 19,1% em 1973. Além disso, o país contou com superávit em todos os anos. As análises mais consolidadas do período baseiam-se em três fatores

responsáveis pela infraestrutura – compra de uma usina atômica a ser instalada em Angra dos Reis, construção da rodovia Transamazônica, Embraer em rápido crescimento, recebeu 230 milhões de dólares para fabricar seu primeiro jato, Ponte Rio-Niterói e obras do metro em São Paulo e no Rio -, transnacionais produzindo bens de consumo duráveis e o capital privado nacional produzindo os bens de consumo popular, o que fez com que o país crescesse a taxas altíssimas⁷⁶. Cabe ressaltar que foi nesse mesmo período que a censura à imprensa foi a mais dura e atuante de todo o regime militar⁷⁷. Para Visentini, no que diz respeito à diplomacia nacional o que se viu durante o governo Médici foi uma disputa ideológica entre os diversos ministérios e órgãos que tinham capacidade de influenciar na PEB. Assim havia uma séria disputa entre Delfim Neto (Ministro da Economia) e Gibson Barboza (Ministro das Relações Exteriores): o primeiro defendia um alinhamento ao primeiro mundo, enquanto que o segundo, estava mais propenso a uma PEB próxima da PEI⁷⁸. A chamada *Diplomacia do Interesse Nacional* promoveu algumas alterações em relação ao governo de Costa e Silva. O objetivo eram os ganhos sem grandes preocupações com as concessões feitas, assim o multilateralismo foi trocado pelos acordos bilaterais e os atritos com os EUA deram lugar a um melhor relacionamento com a potência. O multilateralismo se restringiu a questões globais e o bilateralismo aos interesses materiais do país. Rejeitou-se uma diplomacia terceiro mundista e uma “diplomacia coletiva da prosperidade”. O objetivo desta estratégia tanto interna como externamente era o projeto de *Grande Potência*. Outro ponto importante diz respeito às relações com os EUA. A diplomacia brasileira fazia uma distinção entre PEB, voltada para os princípios básicos do direito internacional, igualdade e soberania das nações, respeito a autodeterminação e não intervenção; já a Política Internacional do Brasil estava voltada para ações concretas e práticas, era uma espécie de “realismo pragmático”, por meio do qual os principais desacordos do dia a dia não interferiam nas relações comerciais. Mesmo com um projeto de política internacional nacionalista industrializante o Brasil no início dos anos 1970 detinha maior poder de barganha com os EUA, justamente em função de um contexto regional, pois, no Chile e Peru eram governos de esquerda que estavam no

principais para a existência do chamado “milagre”: a política econômica proposta para o período, destacando-se a política monetária e credenciária, assim como os incentivos a exportação; o ambiente externo favorável, com grande expansão da economia internacional e facilidade de crédito externo, por fim, as reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que teriam criado condições para a aceleração do crescimento. VELOSO, A. Fernando, VILLELA, André; GIAMBIAGGI. *Determinantes do 'Milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Rev. Bras. Econ.vol.62 no.2. Rio de Janeiro Apr./June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006 . Último acesso em: 12/04/2016.

⁷⁶ Em 1969 o PIB brasileiro cresceu 9,5%, o setor industrial expandiu 11% e a inflação estava estabilizada abaixo dos 20% ao ano. As exportações cresceram 23% em relação ao ano anterior. O país tornara-se a décima economia do mundo e a primeira do hemisfério sul. Em 1971 a Bovespa acumulou um incremento real de 124,7%. Em comparação a 1964, em 1970 eram 4,5 milhões de televisões frente a 1,6 milhão. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.208,209.

⁷⁷ Praticamente todos os grandes jornais brasileiros sofreram intervenção direta em suas redações, além de compras por grupos de empreiteiros, constrangimentos pessoais e institucionais e é claro, perseguição política a jornalistas. Pequenos periódicos de esquerda foram fechados e seus líderes presos. Entretanto, um caso de êxito se destaca, a Rede Globo em 1969 era composta por apenas três emissoras e tinha uma dívida de 3,75 milhões de dólares com o grupo Time-Life dos EUA, em 1973 seriam onze as emissoras do grupo, que fora muito beneficiado pela isenção de impostos para importação de equipamento. Id. Ibidem. p.216,217.

⁷⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.136.

poder, e Argentina e Uruguai viviam um contexto interno de acirramento político que beirava a guerra civil.⁷⁹ Assim os EUA viam no Brasil importante líder regional para manter a América Latina estabilizada e, o país cumpriu o papel que os líderes do norte esperavam, apoiando os golpes de Estado no Chile, Uruguai e Bolívia.

No período o Brasil pôde iniciar um “diálogo pragmático” com os EUA, não precisando mais fazer uso de um posicionamento radical e pouco maduro na maior parte das decisões. Enquanto isso na América Latina preferiu manter no período uma política bilateral com cada um dos países, bloqueando a formação de um mercado comum e reforçando a Alac, sob influência da nova política econômica dos EUA. Em relação aos países andinos as relações eram um pouco distintas em função de diferenças ideológicas especialmente com Chile, Bolívia e Peru, graças à presença de governos de esquerda. Entretanto, com o Golpe Militar no Chile em 1973, contando com ajuda brasileira⁸⁰, e outras ações da diplomacia brasileira, o Brasil garantiu a aproximação necessária para realizar acordos econômicos e políticos que assegurassem ao Brasil não só vantagens econômicas, como também influência internacional e política na região. Cabe destacar a aproximação com a Venezuela nos anos 1970 devido a sua forte produção de petróleo. A relação com o país era fraca até então, pelo fato de que, sua democracia era totalmente contrária a existência de regimes autoritários e ditatoriais no continente. Em 1973 foi assinado com Convênio Básico de Cooperação Técnica entre os dois países⁸¹.

Durante o governo Médici nas relações com os países europeus destaca-se a multipolarização econômica que permitiu inúmeras possibilidades de cooperação, ainda que as relações com os países da CEE continuassem difíceis. Visentini chama atenção para o fato de que apesar das diferenças ideológicas as relações comerciais entre o Brasil e a URSS e outros países da Europa do leste aumentaram e as relações políticas mantiveram-se satisfatórias. Além disso, cabe ressaltar que as trocas comerciais geralmente eram marcadas de um lado pela venda de produtos primários e de outro pela compra de produtos manufaturados ou trigo. Ainda que o Brasil tivesse vendas mais regulares à URSS do que as compras que fazia do bloco⁸².

Na África, destacam-se as relações brasileiras que se aprofundavam com diversos países, sempre com vistas na expansão econômica e comercial, e foram criados diversos novos acordos com países africanos. Além disso, apesar de o Brasil se colocar a favor de Portugal na questão colonial, passaram a ser tomados diversos cuidados ao tratar do assunto para evitar qualquer

⁷⁹ Id. Ibidem. p.141,142.

⁸⁰ Após o golpe militar realizado pelo general Augusto Pinochet no dia 11 de setembro de 1973, depondo Salvador Allende, o governo Médici enviou uma remessa com grande volume de medicamentos e gêneros alimentícios de primeira necessidade. Além disso, apenas dois dias após o golpe o governo brasileiro rapidamente reconheceu o governo da Junta presidido por Pinochet. Um mês depois uma missão chilena liderada pelo presidente do Banco do Chile, General Eduardo Cano visitou o Brasil. Id. Ibidem. p.157.

⁸¹ Id. Ibidem. p. 160.

⁸² Id. Ibidem. p.177.

desgaste diplomático. O ministro das relações exteriores Gibson Barbosa chefiou uma missão diplomática especial, passando por diversos países, abrindo novas representações⁸³.

Com o choque do petróleo de 1973, o Brasil foi obrigado a posicionar-se quanto ao conflito no Oriente Médio e pela primeira vez e colocou-se contra as ocupações de Israel⁸⁴. Entre 1971 e 1973 o terrorismo internacional foi um problema que o Brasil enfrentou internamente com sequestros de aviões e embaixadores, e com isso o governo condenou tais feitos recorrentemente na ONU. Por outro lado, quando o tema era Direitos Humanos, o Brasil enfrentou sérios constrangimentos e sempre optou por posições técnicas. A Anistia Internacional e Cruz Vermelha foram as organizações não governamentais que mais denunciaram o Brasil em cortes internacionais, ONU e OEA por violações aos direitos humanos e por não permitir visitas para verificação dos mesmos. São diversos os casos em que tais denúncias foram tratadas pelo Itamaraty, veremos isso adiante em detalhes. Além disso, durante o mandato do James Carter (1977-1981) frente à presidência dos EUA, o Brasil sofreu fortes pressões internacionais e lideradas pela potência do norte para respeitar os direitos humanos. Inclusive com uma visita do próprio presidente estadunidense ao Brasil e outra visita de sua esposa. Tais ações foram vistas pela Itamaraty como um uso político de uma questão delicada e que deveria ser tratada e resolvida internamente, não cabendo a nenhum outro Estado declarar o que um país poderia ou deveria fazer em relação ao tema⁸⁵.

Durante o governo Médici o Brasil fez uso simultâneo de uma diplomacia multilateral (na qual o Brasil no momento só falava por si) e uma diplomacia bilateral sempre com o objetivo de denunciar a tentativa de congelamento de poder das grandes potências. Temas como desarmamento global e descolonização foram bons espaços para a atuação multilateral brasileira. Dessa maneira se pode verificar que o governo Médici se colocou em um ponto de intersecção entre dois modelos e maneiras de lidar com a política externa, pois se pode notar uma preferência pelo americanismo pragmático e o modelo autonomista francês. Entretanto, é possível perceber que ainda existem traços de uma relação especial com os EUA que faz com que mesmo com alguns atritos criados as relações do Brasil com a potência do norte ainda sejam muito prósperas.

No momento em que Ernesto Beckmann Geisel assumiu o poder o primeiro choque do petróleo em 1973 e o fim do “milagre econômico”, fizeram com que o país tivesse que lidar com uma nova realidade na economia nacional. Além disso, o novo presidente teve de lidar com a necessidade de encaminhar a substituição no poder, para que os militares não ficassem

⁸³ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. p.189

⁸⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 183.

⁸⁵ SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986. p. 204.

desprestigiados como instituição. Na política interna Geisel conviveu com idas e vindas dentro do país, tanto da repressão e concessões, como por exemplo, o caso do assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog⁸⁶. Além disso, teve de conviver com a ideia de abertura e descompressão do regime. Assim, foi-lhe exigida muita habilidade para lidar com a linha-dura e os moderados dentro do governo⁸⁷.

O chamado “Pragmatismo responsável” de Geisel e Antônio Azeredo da Silveira, agora nomeado Ministro das Relações Exteriores, fez com que o e o Ministério das Relações Exteriores se aproximasse dos países árabes produtores de petróleo, além de incrementar as relações comerciais com países socialistas e reatar laços diplomáticos com a China em 1974. A ideia pragmática já existia com Costa e Silva, a novidade com Geisel era a busca pela automatização da indústria, dentro do objetivo maior de melhorar o posicionamento do Brasil no sistema internacional e não em alterar este sistema. Para que tal pragmatismo obtivesse sucesso, era necessário aumentar o número de parcerias em todo o mundo então viu-se um multilateralismo baseado em novas parcerias, reforçando assim um bilateralismo. Além disso, o embaixador Souto Maior declarou que o rótulo “pragmatismo responsável” foi criado muito mais por questões internas do que externas, uma vez que a abertura também deveria ser “lenta, gradual e segura”, uma clara utilização dos discursos de PE para fins internos. A originalidade da PEB de Geisel está justamente na busca pela autonomização da economia em um momento de rápida resposta à grave crise internacional.

Ao longo da gestão Geisel – Azeredo o Brasil manifestou uma PEB de dupla inserção. De um lado buscava estabelecer mecanismos de consulta de alto nível com países desenvolvidos, aprofundando relações bilaterais. De outro, em foros multilaterais, denunciou o desenvolvimento desigual e apoiou o terceiro mundo. Assim a PEB foi bastante complexa, com nenhum alinhamento irrestrito ou discordância irreversível. Dessa maneira se desenrolou a relação com os EUA no período. Um ponto de tensão entre os dois países foi a questão dos direitos humanos, quando o governo James Carter pressionou fortemente o Brasil neste tema, como forma de retaliação política aos acordos nucleares firmados com a Alemanha. Os militares brasileiros já tinham acordos militares com os estadunidenses e também existiram negociações primárias entre Brasil e EUA sobre um possível acordo nuclear. O Brasil rompeu os acordos militares firmados com os EUA desde 1952 que por sua vez passou a rever algumas de suas políticas⁸⁸.

Na América Latina os objetivos eram dois: com as potências médias da região buscava-se cooperação comercial e técnica, já com os países de menor desenvolvimento a cooperação deveria

⁸⁶ DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁸⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.201.

⁸⁸ *Relações/RFA/Brasil/EUA* p.388 – 420. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso: 17/05/2016.

ser “assistencial” no plano tecnológico comercial, além de buscar combater as acusações (Argentinas) de pretensões de hegemonia. Quanto aos países da Europa ocidental, o Brasil continuava aprofundando seus laços comerciais e políticos como uma importante alternativa a Washington e como uma maneira de diversificar ainda mais os possíveis parceiros. Cabe destaque para o fato de que durante a gestão de Geisel e Azeredo o governo brasileiro, ao contrário de Médici, encontrou tempo para manter e criar novas relações com o continente africano e europeu⁸⁹. Quanto aos países da Europa socialista a estratégia de cooperação comercial foi mantida e intensificada com o pragmatismo responsável, ou seja, buscou-se ampliar os acordos comerciais existentes⁹⁰.

A aproximação diplomática com a África além de novos acordos comerciais, econômicos e influência política (especialmente nas ex-colônias portuguesas) buscavam, “exportar” o modelo de desenvolvimento brasileiro, aproveitando laços culturais, linguísticos e climáticos, oferecendo produtos e possibilidades mais próximas à realidade dos africanos. Em 1975 o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola⁹¹. No mesmo período o Brasil se viu obrigado a aproximar suas relações com os países do Oriente Médio, especialmente pela questão energética e fornecimento de petróleo. Assim, passou a se posicionar pró-países árabes nos fóruns multilaterais e buscou compensar a balança comercial de todas as formas, mas o produto de maior venda no continente eram suprimentos militares e agrícolas, assim o país buscava equilibrar a compra contínua de petróleo.

O reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a República Popular da China foi outra ação pragmática da gestão Geisel/Azeredo. Tal processo confirmado em 1974 teve início no ano anterior ainda na gestão Médici e inseriu-se dentro da proposta de “pragmatismo responsável” em que o Brasil buscava por novos parceiros comerciais e econômicos, se mantendo alinhado ao terceiro mundo. Além disso, os dois países tinham objetivos globais e regionais bastante parecidos, o principal talvez fosse ampliar suas possibilidades de barganha e sair de uma ou outra zona de influência, EUA e URSS respectivamente⁹². Visentini destaca o fato de que a diplomacia brasileira, pelo fato de o país não se tratar de uma das grandes potências globais, poderia transitar entre buscar influencia e influenciar as grandes potências e ao mesmo tempo buscar acordos com os países de terceiro mundo a fim de manter sua influencia entre esse grupo⁹³.

João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a gestão do Regime Militar em 1979, ano em que a conjuntura internacional tornou a atuação dos militares ainda mais difícil, em função do

⁸⁹ Id. Ibidem. p.235.

⁹⁰ Id. Ibidem. p.240.

⁹¹ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. p.291.

⁹² Id. Ibidem. p.262.

⁹³ Id. Ibidem. p.266.

segundo choque do petróleo, novos juros da dívida pública e uma enorme dificuldade do Brasil em manter seu plano de expansão comercial. Dessa maneira, o Brasil mais do que nunca voltou suas atenções para a América Latina. No plano interno o grande problema enfrentado por Figueiredo dizia respeito à oposição interna ao regime. Como Bolívar Lamounier sustentou, após o Choque do Petróleo de 1973 e as dificuldades econômicas que o país passou a enfrentar, que o governo militar percebeu que “sua legitimidade e seu apoio na sociedade estavam atrelados de maneira demasiado estreita ao desempenho da economia”⁹⁴, e por essa razão não era mais possível reafirmar um governo autoritário sendo necessário dar início ao processo de distensão.

No ano de 1977 através de Emenda Constitucional, foram aprovadas eleições indiretas para o Senado Federal, criando assim o cargo de Senador Biônico, estes seriam escolhidos pelo mesmo Colégio Eleitoral que elegia os governadores. A justificativa para que em pleno processo de dissensão fosse criado tal mecanismo de controle se dá pelo fato de que nas eleições de 1974 a oposição representada pelo MDB elegeu dezesseis dos vinte dois senadores e caso o desempenho se repetisse nas eleições de 1978 a oposição poderia consolidar maioria no Senado⁹⁵. Em 1979, quatorze anos depois da extinção dos partidos políticos,⁹⁶ a fim de enfraquecer a oposição que se concentrava no MDB o Congresso aprovou uma lei que extinguiu os dois partidos existentes, ARENA e MDB e foi estabelecido o prazo de 180 dias para a organização de novas legendas⁹⁷. Para as eleições em 1982 foram seis os partidos que obtiveram seus registros e concorreram: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Popular (PP), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT), destes apenas o PDS foi organizado por membros da antiga ARENA. Com isso ao longo dos anos foi se encaminhando para uma transição negociada que teve fim com a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral de Tancredo Neves. Entretanto, em 1982 após as eleições viu-se que o país ainda vivia um bipartidarismo dado que a oposição havia eleito dez dos vinte e dois governadores e 231 das 479 deputados. No Senado como vimos os “biônicos” garantiram a maioria ao governo. Dessa forma mantinha-se um enfrentamento binário tal qual em 1974, porém, com uma grave crise econômica em curso⁹⁸.

O novo presidente da república nomeou Saraiva Guerreiro para a chefia do Itamaraty, o que fez com que o “pragmatismo responsável” fosse substituído pelo Universalismo, ou seja, a PEB passou a buscar a autonomia do Brasil no cenário internacional e convergia a ideia do Movimento

⁹⁴ LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005. p.158.

⁹⁵ NICOLAU, Jairo Marconi. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 109.

⁹⁶ No dia 27 de outubro de 1965 foi publicado o Ato Institucional nº2 que declarava: “Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros”, terminando com a experiência partidária que havia sido iniciada duas décadas antes. Id. *Ibidem*. p. 107.

⁹⁷ Feito o registro provisório os partidos tiveram mais um ano para obter o registro definitivo, este seria dado caso o partido fosse capaz de realizar convenções em nove estados e em 20% de seus municípios. Id. *Ibidem*. p. 110.

⁹⁸ LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005. p.175.

Não-alinhado. Assim o Brasil procurou estar presente nas diversas regiões do planeta, mas o que se destaca é que talvez pela primeira vez em muitas décadas o discurso de “prioridade à América Latina” era algo que ocorria na prática, colocando-a como prioridade. Com a chegada de Ronald Reagan ao poder nos EUA aumentaram os atritos em temas como: direitos humanos, comércio bilateral e não transferência de tecnologia sensível. Além disso, surgiram outros: terrorismo, pressões financeiras, ambiguidades nucleares. A política externa de Reagan buscava derrotar o expansionismo soviético através das relações bilaterais. Por isso, buscava limitar a atuação de potências médias como era o caso brasileiro. Ao longo dos anos os EUA seguiram pressionando o Brasil por novos acordos comerciais que de alguma forma atendessem aos seus interesses. Visentini destaca que o que estava em jogo ali não era só o estabelecimento de novas relações bilaterais, ou interesses econômicos dos dois países, jogava-se ali, a independência política do Brasil a médio e longo prazo⁹⁹.

Pela primeira vez em muitas décadas o Itamaraty de fato prioriza a América Latina na formulação de sua PEB. Quanto aos países andinos, há um aumento da cooperação entre os países da região e o Brasil, com ênfase nas relações estabelecidas e reforçadas com o Chile de Pinochet. Em relação a Europa a conjuntura internacional já não favorecia tanto tais relações foram diversos os acordos de cooperação econômica firmados entre os próprios países europeus, dificultando um pouco a relação com o Brasil e América Latina. Na África foi mantida a prioridade da Diplomacia do Universalismo na África lusófona. A PEB junto ao Oriente Médio também foi reforçada ao longo da gestão Figueiredo. Isso ocorreu pela busca por novos parceiros comerciais e também pela necessidade em renegociar o fornecimento de petróleo após o segundo choque do petróleo em 1979. Foram renegociados e firmados novos acordos de fornecimento militar entre o Brasil e diversos países da região. Fortalecendo uma cooperação entre países médios¹⁰⁰. Na questão da diplomacia econômica uma importante questão dizia respeito as possibilidades financeiras dos países do terceiro mundo naquele momento, principalmente em relação à dívida junto ao FMI. Assim o Brasil sempre buscou a renegociação da dívida e esclarecer a sua posição particular nesse contexto. Dessa forma, manteve o protecionismo e o estímulo às exportações.

Pode-se dizer que houve uma tentativa de retomada da PEI nas gestões de Geisel e Figueiredo. Entretanto, o que fica mais claro com os fatos narrados é a presença do conceito apresentado por Letícia Pinheiro de globalismo hobbesiano, pelo qual em um sistema internacional anárquico, onde não há autoridade internacional, justifica-se o princípio da autoajuda e a ação da PEB em busca de novos parceiros comerciais e políticos sempre visando o desenvolvimento. Assim como se consolida o conceito autonomista da PEB apresentado por Maria Regina Soares Lima.

⁹⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.292.

¹⁰⁰ Id. Ibidem. 338,339.

É possível notar que a PEB possui uma trajetória que dentro dos conceitos teóricos aqui apresentados como referência variou de maneira constante ao longo do regime militar indo de momentos de maior alinhamento com os EUA como potência hegemônica e outros em que o alinhamento não era tão claro e o país buscava por novos parceiros. Além disso, em praticamente todos os momentos de mudança de postura, o Itamaraty foi bastante coerente em relação ao discurso e sua prática diplomática. Como foi possível observar no posicionamento brasileiro em relação ao colonialismo na África, ao conflito Israel x Palestina, aos acordos e tratados de produção de energia nuclear e compartilhamento de tecnologia, assim como, na postura tomada pelo Brasil na questão dos direitos humanos, já que ao não interferir em outros países, exigia que nenhum outro estado interferisse em algo que fosse um “assunto interno seu”.

Entretanto, existem alguns casos em que tal discurso se mostrou falho se pensarmos nos critérios utilizados para casos diferentes. Cabe destacar a intervenção militar na República Dominicana quando o país defendia ideias de autodeterminação dos povos e não intervenção, sendo dessa forma a intervenção militar uma clara mostra de subordinação aos EUA abrindo mão de alguns princípios básicos de sua diplomacia como o da não intervenção e autodeterminação¹⁰¹. Outro exemplo de incongruência entre o discurso e a prática foi quando o então presidente, Costa e Silva, declarou na abertura da Assembleia da ONU que o Brasil seguia um modelo democrático de desenvolvimento, no momento em que o regime militar no país acirrava a repressão e perseguição política. Um último exemplo desta falta de coerência se deu quando o governo brasileiro na Assembleia da ONU criticou e condenou a ação militar soviética na Checoslováquia¹⁰², quando alguns anos antes ele havia atuado de forma bastante similar na República Dominicana.

É possível dizer que os modelos de política externa apresentados como referencial teórico não são tão rígidos e contam com pontos de intersecção, expondo o fato de que a Política Externa e a Identidade Internacional se caracterizam como aspectos fundamentais de um governo, mas carregam com si todo o histórico de relações preexistentes assim como suas consequências diretas, fazendo com que qualquer alteração tenha um custo político e diplomático bastante alto. Talvez o governo Médici tenha sido o maior exemplo dessa inter-relação dos modelos. Dessa forma, a continuidade se coloca como a maior característica da identidade nacional brasileira também dentro do regime militar e mesmo que permeada por mudanças significativas, todas as essas mudanças tiveram em mente o passado da diplomacia brasileira e o peso que as alterações trariam. Assim a ideia de desenvolvimento econômico e solidificação do Brasil como potência média foi o grande objetivo da PEB no período, destacando assim o sucesso em industrializar o país, algo que foi

¹⁰¹ Id. Ibidem. p. 44.

¹⁰² Id. Ibidem. p.113.

ofuscado pelo contexto internacional complexo e desfavorável nos anos 1980¹⁰³.

¹⁰³ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.363.

3. A gestão de Antônio Francisco Azeredo da Silveira: vida e a atuação diplomática

3.1. Um diplomata em meio a militares

Para refletir sobre como o regime militar interferiu ou não na forma de atuar da diplomacia brasileira, e de que maneira isso influenciou a vida e carreira de Antônio Azeredo da Silveira, diplomata de carreira do Itamaraty, assim como, para pensar a existência de influências dos militares, na atuação do Itamaraty durante o período do regime de exceção, é importante estabelecermos não só o recorte temporal da análise, que se caracteriza pelo período de 1974-1979, momento em que Azeredo da Silveira esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, mas também compreender sua trajetória de vida e enquanto diplomata. Vale dizer que as informações fornecidas nesta primeira parte do capítulo tem como fontes principais o verbete do diplomata no arquivo do CPDOC/FGV¹⁰⁴ e também no livro *Azeredo da Silveira, um depoimento*¹⁰⁵.

Nascido no dia 22 de Setembro de 1917 no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, Antônio Azeredo da Silveira era filho do deputado federal pelo estado do Mato Grosso, Flávio Amaro da Silveira e Léia Maria Azeredo, professora de canto e presidente da Associação Mantenedora da Escola Barão do Rio Doce. Seu avô materno, Antônio Francisco de Azeredo, foi jornalista, constituinte de 1891 e senador federal pelo Mato Grosso de 1897 a 1930, tendo exercido a vice-presidência do Senado desde 1915. Seu bisavô paterno, Manuel Francisco Correia, foi Ministro das Relações Exteriores durante o Império, após a Guerra da Tríplice Aliança, no período em que se negociou a paz com o Paraguai. Nota-se, portanto, que o futuro diplomata nasceu em uma família com tradição na política brasileira.

Ao longo de sua infância frequentou as melhores escolas da cidade como o Colégio Anglo-Americano onde estudou até os quatorze anos, depois de 1930 começou a trabalhar e passou a frequentar o Curso Superior de Preparatórios, finalizou sua vida escolar no Curso Freyssinet¹⁰⁶. Azeredo da Silveira teve as melhores oportunidades de estudo que um garoto no início do século XX poderia ter no Brasil. Além disso, trabalhou em bancos e graças a contatos de sua família foi trabalhar como auxiliar do consulado brasileiro em São Francisco (EUA)¹⁰⁷, onde ficou por quatro anos e fez cursos na Universidade de Stanford e também na Universidade da Califórnia do Norte¹⁰⁸. Voltou ao Brasil em 1941 e ingressou no Itamaraty em 1943 tendo sido designado cônsul de terceira classe. Diplomou-se no Instituto Rio Branco em 1944 nos cursos de prática consular e aperfeiçoamento de diplomatas, em seguida passou por cargos como: terceiro secretário em Havana,

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Último acesso: 30/03/2015.

¹⁰⁵ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

¹⁰⁶ Id. Ibidem. p.19.

¹⁰⁷ Id. Ibidem. p. 22.

¹⁰⁸ Id. Ibidem. p.23.

Cuba, em abril de 1947 foi promovido a segundo-secretário e em novembro desse mesmo ano integrou a delegação brasileira à Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas (Cice), realizada na capital cubana, tornando-se encarregado de negócios nessa cidade em junho de 1948. Em setembro foi secretário da missão especial às solenidades de posse do presidente de Cuba. No ano seguinte foi transferido para a embaixada brasileira em Buenos Aires. Deixou a cidade ainda em novembro de 1950 e em janeiro do próximo ano tornou-se novamente auxiliar do chefe de departamento de administração do Itamaraty. Passou por diversos cargos burocráticos e administrativos dentro do Itamaraty até 1954 quando foi transferido para a embaixada de Madrid, onde permaneceu até setembro de 1956, momento em que fora removido para Florença, na Itália, para assumir o cargo de cônsul.

Em outubro de 1958 voltou ao Brasil e tornou-se chefe da divisão do pessoal do Itamaraty. No ano seguinte foi promovido a conselheiro e em agosto assumiu interinamente a chefia do departamento de administração do ministério e representou o mesmo no grupo de trabalho para a transferência dos órgãos federais para Brasília. Três anos mais tarde assumiu o posto de cônsul-geral em Paris, onde permaneceu até junho de 1963, quando regressou ao Brasil para novamente assumir a chefia do departamento de administração. Em janeiro de 1964 foi promovido a ministro de primeira classe e em dezembro desse mesmo ano, após o golpe militar que depôs o presidente João Goulart em abril, foi nomeado presidente da Comissão de Representação no Exterior.

Cabe destacar alguns termos e opiniões usados pelo diplomata em situações diversas, mas que ajudam não só a conhecê-lo a partir de sua formação, mas também a explicar sua atuação dentro do Ministério. O diplomata relaciona o fato de alguém ser de “esquerda” a alguém desobediente. Vale citar quando Azeredo da Silveira trata de sua atuação na Conferência Interamericana ainda em 1954: “[...]Jaime Azevedo Rodrigues, que, depois ficou completamente de esquerda, mas que, naquela época, ainda era muito obediente”¹⁰⁹. Além disso, ao falar do golpe Civil-Militar de 1964 refere-se ao ocorrido como “Revolução” e destaca: “Defendi o ministério com unhas e dentes. A Tribuna da Imprensa, que acusava todo mundo, dizia que eu era o mandachuva, o todo-poderoso do ministério e que não deixava a revolução penetrar no Itamaraty”¹¹⁰. Cabe a ressalva de que ele não era o único membro do governo que tratava o Golpe como “Revolução”, Vasco Leitão da Cunha¹¹¹, por exemplo, e todos os outros envolvidos diretamente com o regime militar adotavam tal nomenclatura. Neste trecho da entrevista concedida ao CPDOC/FGV é possível apreender que ele buscou manter a autonomia do ministério frente aos militares, entretanto, em seguida, lista algumas

¹⁰⁹ Id. Ibidem p. 46.

¹¹⁰ Id. Ibidem p.51.

¹¹¹ Cunha, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC/Vasco Leitão da Cunha; Aspásia Carmargo, Zairo Cheibub, Luciana Nóbrega, edição de texto Dora Rocha, pesquisa e notas Alexandra de Mello e Silva, Letícia Pinheiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV,2003.

interferências distintas que ocorreram no Ministério subsequentes ao golpe, destacando-se as cassações de outros diplomatas¹¹².

Entre 1966 e 1968 chefiou uma série de delegações brasileiras que estiveram presentes em: sessões do comitê executivo, do conselho e do subcomitê de orçamento e finanças do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (CIME), à sessão do comitê executivo do programa do Alto Comissariado nas Nações Unidas para os Refugiados (ANCUR), em Genebra. Chefiou também as delegações do Brasil à reunião da comissão especial de elaboração do anteprojeto de reforma da carta da OEA, assim como a delegação presente na reunião do Grupo dos 77 da Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em Argel, na Argélia em 1967. Por fim chefiou as delegações presentes à II UNCTAD, em Nova Déli, na Índia, em 1968, e, também nesse último ano, à reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), realizada em São Domingos, na República Dominicana, e à XLV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), em Nova Iorque.

No mês de fevereiro de 1969 foi nomeado embaixador do Brasil na Argentina. No mesmo ano se tornou representante do Brasil no Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC), onde permaneceria até 1974. Em Buenos Aires destacou-se por sua habilidade diplomática em questões relativas às negociações sobre a hidrelétrica de Itaipu, o projeto brasileiro paraguaio de aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná desde o salto de Sete Quedas até a foz do rio Iguçu. Tal projeto estava sendo contestado pelos argentinos, uma vez que estes o consideravam prejudicial a seu país¹¹³. A questão acabou sendo resolvida com a assinatura do *New York Agreement* pelo qual os respectivos Ministros das Relações Exteriores chegaram a um acordo dando ao Brasil o direito de construir a hidrelétrica¹¹⁴.

Com a chegada de Ernesto Geisel na presidência da República em janeiro de 1974, Azeredo da Silveira foi convidado para assumir o MRE. Sua escolha se deu devido sua ótima atuação na Argentina e a vontade do presidente de dar mais atenção à América Latina. Ao longo da entrevista concedida pelo diplomata aos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas ficam explícitos em determinados momentos a existência de diversos pontos de concordância entre Azeredo da Silveira e o então presidente Ernesto Geisel, ao tratar da questão da construção de Itaipu o então chanceler disse: “*Quando se realizavam as negociações para a construção de Itaipu, minha opinião era muito contra o tratado. Digo isso com toda a franqueza porque, para minha surpresa, encontrei depois*

¹¹² Id. Ibidem. p.56.

¹¹³ SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986. p. 354.

¹¹⁴ Id. Ibidem. p.367.

uma pessoa que pensava exatamente igual a mim, que era precisamente o Presidente Geisel".¹¹⁵ Entretanto, em outros momentos, fica claro o descontentamento de Azeredo da Silveira em relação a algumas formas de agir do presidente que interferiam em seu trabalho e principalmente o modo como ele colhia informações sobre sua atuação enquanto diplomata. Na mesma entrevista Azeredo narra como se deu a conversa entre ele e o presidente Geisel no momento em que ele foi chamado a assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores:

*“Cheguei lá, entrei... Ele estava outra vez de camisa esporte, muito à vontade, muito relaxado... E me disse assim: ‘Embaixador, em primeiro lugar quero que o senhor saiba – ele me chamava de senhor, depois é que começou a me chamar de você – que segui sua vida todo esse tempo. Li seus trabalhos, pedi que me mandassem informações feitas pelo senhor de Buenos Aires, li seus telegramas... li de muitos embaixadores, dos principais’. [...]”*¹¹⁶.

Outra questão que marcaria sua passagem pelo Ministério foi a questão da cassação de alguns diplomatas do Itamaraty. Em despacho com Ernesto Geisel de abril de 1974 foi tratada a “*Remoção de Afonso Arinos*” como um dos principais assuntos do encontro¹¹⁷. Sua atuação frente ao Ministério ficaria marcada também por seu “pragmatismo responsável” buscando a ampliação do comércio com outros países e o acesso a tecnologias mais atualizadas. O que mudou a política externa brasileira de alinhamento automático aos EUA. Já no dia 25 de abril o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português que pôs fim à ditadura salazarista de quase meio século¹¹⁸.

Tratando um pouco mais a fundo da atuação político-econômica de Azeredo da Silveira a frente do MRE vale destacar que ao longo de 1974, o Brasil afirmou sua nova postura em relação à descolonização e à abertura para novos mercados, estabelecendo relações diplomáticas com os Emirados Árabes, Barein e Omã, procurando dessa forma estreitar vínculos com os países exportadores de petróleo, produto cujos preços vinham se elevando desde o ano anterior. No mesmo ano o Brasil reconheceu a independência da Guiné Bissau, apoiando o ingresso da ex-colônia portuguesa na ONU. Ainda em 1974 estabeleceu relações diplomáticas com a China¹¹⁹. O documento indicado acima foi enviado pelo MRE a Geisel tratando justamente desse reatamento

¹¹⁵ SPEKTOR, Matias. *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 69.

¹¹⁶ Id. *Ibidem*. p.87.

¹¹⁷ *Roteiro para despacho direto. Item 2. p.67.* Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 20/04/2016.

¹¹⁸ Em documento de 27 março de 1974 é possível notar um posicionamento do MRE brasileiro em relação a Portugal demonstrando diferença na relação entre ambos os países. Ao mesmo tempo que buscava aumentar as relações comerciais e políticas com a nação ibérica o Brasil defendia as tentativas anticolonialistas na África, especialmente Angola e Moçambique. Isso fica claro em um despacho secreto do MRE que orienta seus porta-vozes a como tratar o tema de Portugal. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 30/03/2015.

¹¹⁹ Ao longo de seu arquivo pessoal são alguns os documentos que tratam do estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Como por exemplo breves lembretes feitos pelo próprio Azeredo sobre o tema. p.1. Disponível em <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 30/03/2015.

das relações diplomáticas e comerciais com a China. Chama atenção o fato de o reatamento ter ocorrido após a ida do presidente dos EUA à China. Além disso, destaca-se também a questão de que a relação com países comunistas não tiraria o Brasil do binômio desenvolvimento e segurança. É necessário ressaltar um trecho do documento enviado ao então presidente Ernesto Geisel no dia nove de abril de 1974:

“Até recentemente, o principal argumento contra o estabelecimento de relações diplomáticas com a R.P.C. Se inspirava não só em considerações de fundo ideológico, como também em razões de segurança nacional que contraindicavam a presença, no Brasil, de representantes diplomáticos chineses. A esse respeito, peço vênha para ponderar a práxis chinesa certamente desaconselharia, depois de 1969, o reinício de atividades subversivas que no passado, lhe acarretaram prejuízos tão desastrosos e que, se repetidas hoje, dificilmente obedeceriam ao controle político e ideológico de Pequim”¹²⁰.

Está disponível no arquivo analisado na presente pesquisa um briefing sobre a situação econômica chinesa e suas perspectivas de desenvolvimento, além das possibilidades de intercâmbio comercial com o Brasil. A conclusão é de que caberia às empresas estatais brasileiras um importante papel no desenvolvimento das trocas comerciais entre os países. Entretanto, cabe destacar a ressalva feita no próprio documento:

“A decisão de estabelecer ou não vínculos diplomáticos com a RPC deve ser tomada independentemente da potencialidade de comércio entre os dois países. A existência de relações diplomáticas normais, na medida em que elas facilitam os contatos de natureza econômica, pode ser um fator estimulador do comércio. Entretanto, no caso específico da RPC, o raciocínio de causalção circular seria incorreto”¹²¹.

Além disso, em um mesmo documento, um roteiro de assuntos a serem tratados entre Azeredo da Silveira e Geisel durante o mês de junho de 1974, destacam-se: novamente a questão do estabelecimento de relações diplomáticas com a China e o fato de que pela primeira vez o Brasil posicionou-se sobre o conflito entre Israel e o países árabes¹²², um tema que mais tarde o país se

¹²⁰ Documento secreto enviado por Antônio Azeredo da Silveira ao então presidente Ernesto Geisel comentando detalhadamente as possibilidades de reatamento diplomático com a República Popular da China. p. 71. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>; Último acesso em: 21/04/2016.

¹²¹ *O desenvolvimento econômico na República Popular da China e as perspectivas de comércio.* Documento preparado pelo MRE em abril de 1974 visando o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. Grifo nosso. p.96. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 21/04/2016.

¹²² *Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república.* Brasília, 4 de junho de 1974. É importante chamar atenção para o fato de que neste documento os itens aparecem em tópicos, sem grandes detalhes. p.146. Disponível em:

colocaria favorável à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados.

Em fevereiro de 1975 o Brasil estabeleceu relações diplomáticas formais com o governo de transição instalado em Luanda, Angola, tendo sido o único país no mundo a ter um representante diplomático em Luanda durante este período. A necessidade de um novo posicionamento brasileiro em relação aos países africanos já aparecia nos despachos entre Azeredo da Silveira e Ernesto Geisel em abril de 1974¹²³. Além disso, no ano seguinte o país criou seis novas embaixadas na África: as de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto. Cabe mencionar algumas contradições internas do Ministro ao ser indagado sobre a democracia¹²⁴ nos países africanos e declarar que “[...] *sempre fui um democrata no meu país, nunca defendi nada diferente*”¹²⁵. No mesmo ano Azeredo da Silveira assinou em Bonn, na Alemanha Ocidental, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, envolvendo operações financeiras em torno de 80 bilhões de cruzeiros. O acordo previa a construção e a instalação de oito centrais nucleares, de uma usina de enriquecimento de urânio e de empresas para fabricação e reprocessamento de combustível atômico e prospecção de minérios.

Mantendo sua conduta pragmática no dia 27 de setembro de 1976, ao abrir a XXXI Sessão da Assembleia Geral da ONU, Azeredo enfatizou em seu discurso o fato de que a organização deve atuar “*em favor da transformação das estruturas econômicas responsáveis pela divisão do mundo em países pobres e ricos*”¹²⁶ e advertiu também para o fato da “*transferência de capital das áreas desenvolvidas para as menos desenvolvidas estar se tornando um mito, pois em breve passaria a correr em sentido oposto*”¹²⁷. Além disso, o chanceler advogou pela:

*“[...] abolição do uso irrestrito do direito de veto no Conselho de Segurança da ONU e a desestabilização da atual estrutura internacional para que se assegure aos Estados participação equitativa nas decisões que afetam seu futuro e o da humanidade”*¹²⁸.

Com a posse James Carter na presidência dos EUA em janeiro de 1977 as relações com o

<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 30/03/2015.

¹²³ Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. p.27. Último acesso: 30/03/2015.

¹²⁴ É curioso notar como o conceito de democracia é debatido no subitem “Democracia e Direitos Humanos”, nas três conceituações de oposição descritas no documento é possível notar como que o Itamaraty enxerga a noção de democracia e disputa política. Quanto aos direitos humanos há uma clara orientação dizendo que a questão terrorista tem recrudescido a cada dia, mas que por outro lado, há um aumento na utilização política do tema Direitos Humanos pelos EUA. *Política Externa Brasileira – Opções para 1979/1985*. p. 83 – 137. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201978.08.30 Último acesso: 21/05/2016.

¹²⁵ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.101.

¹²⁶ Verbete de Azeredo da Silveira disponibilizado no Arquivo do CPDOC/FGB. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Último acesso: 30/03/2015.

¹²⁷ Id. Ibidem.

¹²⁸ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Brasil começaram a ficar um pouco mais turbulentas e tensas. O primeiro conflito se deu com a questão energética nuclear entre Brasil e Alemanha, no qual os Estados Unidos tentaram intervir, mas sem sucesso. Piorando ainda mais a situação, em março, foi lido no Congresso norte-americano um relatório sobre a questão dos Direitos Humanos no Brasil, acusando o país de sérias violações de tais direitos. O documento foi entregue pelo embaixador norte-americano ao governo brasileiro, que em seguida o devolveu e, em represália, denunciou os Acordos de assistência militar Brasil-Estados Unidos, firmado em 1952¹²⁹. Vale dizer que a questão dos Direitos Humanos será tratada com a profundidade necessária à relevância do tema mais adiante ainda nesse capítulo.

Também em 1977 frente à crise instaurada, o subsecretário de Estado Waffien Christopher visitou Brasília para encontrar-se com o chanceler Azeredo da Silveira e discutir a questão do acordo nuclear. A visita durou algumas horas e o secretário frustrado voltou aos EUA. Em entrevista concedida ao CPDOC/FGV, Azeredo da Silveira explicita como que a questão da energia nuclear foi crucial na ruptura com os EUA: “*Quando os Estados Unidos negaram-se a cumprir a palavra de manter o Brasil como cliente firme no acesso à matéria físsil, nunca mais abandonaram essa posição. Esse drama se deu lá pelos fins de 1974, princípios de 1975*”¹³⁰. Na mesma ocasião Azeredo da Silveira trata do Memorando de Entendimento assinado entre os governos dos EUA e do Brasil, destacando como ele se relacionou com Kissinger¹³¹ e como o então secretário respeitou suas alterações no Memorando, entendendo que a sua maneira de ver, era, em um primeiro momento, muito dependente¹³². E foi este documento o principal responsável pela normalização da situação entre os dois países ao longo do ano de 1977. Uma vez que o governo norte-americano declarou que ainda considerava em vigor o Memorando de Entendimento assinado.

Tratando do tema cabe destacar um longo documento redigido por Azeredo da Silveira ainda em 1974 sobre a Política Externa dos Estados Unidos, seus principais atores e principalmente a participação de Henry Kissinger na política externa estadunidense e seu papel de grande influência. Azeredo faz um grande apanhado da atuação de Kissinger e dos EUA no contexto da política externa global. Na análise Azeredo declara: “*Os Estados Unidos renunciaram à onipotência, mas não renunciaram ao poder*”¹³³. Dessa forma, também trata das relações dos EUA com a América Latina e algumas mudanças ocorridas após Kissinger assumir a pasta. O que Azeredo faz é um

¹²⁹ Tal questão aparece no “Roteiro para despacho direto com o presidente da república” do dia 2 de abril de 1974. p.27. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 30/03/2015.

¹³⁰ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.156.

¹³¹ Dentro do arquivo de Azeredo da Silveira está uma carta enviada por Henry destacando a importância do encontro com Azeredo da Silveira em Washington e Atlanta em 1974, destacando também a necessidade de manter contato próximo entre os dois países. p.121. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> . Último acesso em: 22/04/2016.

¹³² SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.149.

¹³³ Documento secreto redigido por Azeredo da Silveira e equipe do MRE em março de 1974 tratando da política externa dos EUA. p.15. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> . Último acesso em: 22/04/2016.

grande briefing sobre a Política Externa dos EUA e as principais ações e maneiras de pensar de seu principal condutor. Já em relação ao Brasil, Azeredo destaca a influência de Kissinger no governo de Richard Nixon ao tratar o Brasil de maneira especial em relação aos demais países da América Latina. Destaca o fato de que é necessária uma articulação muito boa entre os diplomatas e as autoridades financeiras brasileiras para que seja possível tratar de maneira eficiente as questões comerciais com os EUA. Por fim, destaca o fato de que o Brasil é solidário ao resto da América Latina no que diz respeito a suas relações com os EUA, mas não pode ser responsável por suas omissões e ações.

Ao longo de todo o período em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira precisou de muito cuidado e habilidade política, especialmente para lidar com as questões relativas aos países latino-americanos. Foi apresentada ao Senado Nacional a proposta de “*uma ocupação harmoniosa para a região*”. Tal proposta representava uma medida cautelosa contra a ideia de internacionalização da Amazônia. O então chanceler expôs aos senadores o texto da carta que o governo brasileiro havia enviado às chancelarias dos países interessados e afirmou que, com exceção da Venezuela, os demais países haviam se manifestado positivamente. Com relação à Argentina, houve alguma complicação quando o país vizinho fechou aos veículos brasileiros de carga no túnel das Cueva-Caravelas, que liga a Argentina ao Chile, e o Brasil não tomou qualquer medida de retaliação, propondo ao governo argentino conversações bilaterais sobre todos os assuntos pendentes. Na mesma época foram discutidas questões relacionadas à represa de Corpus e à construção de uma hidrelétrica na região. Ainda sobre a Argentina, cabe destacar a condenação de Azeredo da Silveira às mortes de presos brasileiros no país:

“Quando houve a revolução na Argentina [24 de março de 1976], o presidente Geisel aceitou meu conselho e fechou a fronteira. Não passou ninguém e não entregaram ninguém. O III Exército cumpriu a missão de forma absolutamente correta (senão se tinha sabido porque não há segredo neste mundo). Pedi licença ao presidente para dizer a esses governos que eles podiam julgar os brasileiros, mas que qualquer brasileiro que eles matassem, fosse qual fosse seu pensamento político ou ideológico, nós os responsabilizaríamos”¹³⁴.

Aqui fica clara uma contradição, pois a Operação Condor, realizada ao longo de toda a década de 1970, tornou-se conhecida por ser uma cooperação muito bem-sucedida entre órgãos repressivos do cone sul¹³⁵. Cláudio Dantas Sequeira, expõe em sua reportagem como o próprio Itamaraty¹³⁶ era o

¹³⁴ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.228.

¹³⁵ Operação Condor foi o nome dado ao acordo formalizado em Outubro de 1975 entre as ditaduras existentes na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O objetivo de tal acordo era a realização de ações coordenadas e clandestinas por parte dos órgãos repressivos dos países citados visando: observar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos de

responsável por ações repressivas, com violência e tortura inclusive fora do Brasil¹³⁷.

Ao longo do ano de 1977 Azeredo da Silveira e todo o MRE buscaram ampliar suas relações, especialmente comerciais com os países africanos, com a China Comunista e também com os países produtores de petróleo do Oriente Médio, especialmente o Irã que seria responsável por 25% das importações de petróleo do país. Já em 1978 destacaram-se as visitas recebidas por Azeredo da Silveira e pelo presidente Ernesto Geisel, estiveram no país: James Carter presidente dos EUA, que interessado no processo de liberação política encontrou-se com membros da sociedade civil como os cardeais Paulo Evaristo Arns e Eugênio Sales, com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Faoro, e com os empresários José Mindlin, Cláudio Bardella e Marcos Viana. Outras visitas recebidas foram as do presidente de Portugal, Antônio Ramalho Eanes, e do presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing.

Novamente em entrevista concedida ao CPDOC/FGV Azeredo da Silveira fala sobre a o desenvolvimento da PEB durante o governo de Ernesto Geisel:

“[...] a política externa foi importante para o presidente Geisel porque era um elemento de catálise para ele poder cumprir todas as promessas que tinha feito. E nos momentos que houve algum recuo, isso não teve nada que ver com nenhum interesse da política externa porque o interesse da política externa estaria do outro lado. Não estou dizendo que ele tenha errado, nem que ele não tenha sido obrigado a fazer. Estou dizendo apenas que era essa a realidade. O que empurrava ele para frente era uma política externa aberta. Isso já estava nos planos dele... Melhor dizendo, ele não foi empurrado pela política externa, mas compreendeu que isso era como um elemento de catálise para ele. Isso o Itamaraty sempre pode fazer. Se quiser fazer, se tiver coragem de fazer e se não tiver timidez ou medo de crítica. Ele era um homem bem preparado, embora, às vezes, ficasse com um sufoco. A única coisa que ele me dizia às vezes: 'Vamos andar mais devagar'”¹³⁸.

oposição aos regimes militares do Cone sul. A Comissão Nacional da Verdade instalada no Brasil em 2012 e finalizada dois anos mais tarde criou um Grupo de Trabalho específico para tratar da Operação Condor seus crimes e violações de direitos humanos, foram reunidos diversos documentos que comprovam tais crimes e também a participação brasileira. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Último acesso em: 21/04/2016.

¹³⁶ Em documento disponibilizado pela Comissão Nacional da Verdade é possível verificar que o Itamaraty tinha total conhecimento das atividades realizadas pelos militares no Cone sul. Disponível em: https://issuu.com/cnv_brasil/docs/telegrama_visita_de_adidos_militare. Último acesso em: 21/04/2016.

¹³⁷ Em julho de 2007, Cláudio Dantas Sequeira publicou uma série de reportagens no jornal Correio Braziliense, relatando e denunciando a atuação do Itamaraty entre 1966 e 1985 articulando um sistema de informações bastante eficaz, conhecido por Centro de Informações do Exterior (Ciex) e ligado ao Sistema Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html>. Último acesso: 30/03/2015.

¹³⁸ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.284.

Azeredo também fala sobre a interferência ou não em seu trabalho por parte do alto escalão do governo militar:

“Foram cometidos alguns erros pequenos, mas cada vez menos o presidente ou o Palácio tiveram qualquer interferência. E quando digo palácio tinha que ter o visto bom do presidente. Nunca recebi ordem do general Golbery e nunca recebi de cima para baixo nenhum papel de posição, nenhum plano, nada”¹³⁹.

Neste ponto é importante destacar que as interferências detectadas no trabalho do Itamaraty não se deram dentro da ordem hierárquica de governo, mas sim no trato de determinados temas de Política Externa e em iniciativas dos próprios diplomatas de preservar a “neutralidade” da chancelaria. David do Nascimento Barbosa¹⁴⁰ destacou em seu livro, existia um *habitus* dentro do Itamaraty que fazia com que determinadas ações e intenções dos diplomatas não ultrapassassem o plano da ideia, dada existência de um constrangimento institucional dentro do Ministério, e isso fica claro quando Azeredo da Silveira fala sobre a sua relação com os militares:

“Fizemos então uma circular sobre a política no Oriente Médio. Esse documento, muito precioso e muito correto, não foi muito bem engolido, por exemplo, pelo Mário Henrique Simonsen, mas foi aplaudido por todos. Mas não mandei essa circular para os militares...”¹⁴¹.

Azeredo deixa transparecer ao longo da entrevista como o que ocorria era uma mescla de uma interferência direta do presidente da república:

“No início do governo, o presidente discutiu comigo, é claro, os cargos no Ministério, mas nunca se opôs a nada e, depois desse primeiro momento, nunca mais discutiu a indicação de nenhuma pessoa. E isso porque minha convicção de que ninguém tinha que se meter no Ministério era muito grande mesmo. Assim, em 99% dos casos ele promoveu as pessoas indicadas por mim”¹⁴².

Com o constrangimento institucional citado acima, é possível notar o quanto uma mentalidade coletiva do próprio Itamaraty influencia a ação dos diplomatas, além, é claro, de uma

¹³⁹ Id. Ibidem. p.287.

¹⁴⁰ BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010.

¹⁴¹ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.297.

¹⁴² Id. Ibidem. p.303.

série de princípios e ideologias que condiziam com o regime em vigência no país:

“O presidente foi formidável comigo, inclusive no meu próprio ministério. Todos os funcionários do ministério sobre os quais havia suspeita foram liberados no período de Geisel. Como as suspeitas eram injustas, foram promovidos, situaram-se completamente dentro da carreira, e alguns são extraordinariamente eficientes.

Houve um caso que eu não quero dizer o nome... Esse rapaz me escreveu uma carta comovente. Ele era o primeiro do quadro de acesso. O irmão dele tinha sido um terrorista daqueles brabíssimo, mas ele não tinha nada que ver com isso. Era uma pessoa de ideias arejadas, mas nunca foi uma pessoa radical, está entendendo? Muito integra. Mas ele estava disposto a sair da carreira...

Então eu consegui não só liberá-lo como promovê-lo duas vezes. Coloquei-o na mesma posição que ele estaria se não tivesse sido discriminado, e o presidente entendeu isso perfeitamente. Por isso sou grato a ele”¹⁴³

É importante destacar também uma das últimas considerações de Azeredo da Silveira nesta longa entrevista, o chanceler declara que sempre buscou deixar o Itamaraty acima das questões da política interna. Entretanto, a declaração está completamente descolada da realidade brasileira no período citado, pois como vimos o Brasil mantinha relações bastante próximas com a Argentina, Chile e Uruguai dado à realização da Operação Condor. Além disso, aspectos de sua política interna como a existência de diversas violações dos direitos humanos e a violência contra grupos de oposição que se institucionalizou no Brasil durante o Regime Militar¹⁴⁴, assim como o fato de que ao considerarmos o como Celso Lafer definiu no primeiro capítulo a identidade internacional do Brasil, o contexto interno tem influência direta nas definições da PEB:

“Sempre tive o cuidado de colocar o Itamaraty um pouco acima das confrontações internas, tornando-o também muito mais tolerante e muito mais aberto aos pontos de vista da oposição, equilibrando isso.

Se você fizer uma aliança com uma ditadura como a argentina nesse momento, você vai pagar um preço enorme, e o Itamaraty vai ser responsabilizado por isso. Devemos ser tolerantes, devemos ser compreensivos, devemos cuidar muito bem de aumentar o comércio, nós devemos ser equitativos. Um país como o Brasil, que tem dez vizinhos comprimidos por dois oceanos, tem que ser muito pragmático nas suas

¹⁴³ Id. Ibidem. p.305.

¹⁴⁴ Os crimes cometidos pelo Regime Civil-Militar foram indicados pela Comissão Nacional da Verdade, realizada entre 2012 e 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Último acesso em: 02/05/2016.

*relações com eles. Não temos capacidade de estar dizendo a eles como devem viver ou o que devem fazer. Os Estados Unidos têm mania de fazer isso no mundo e estão desmoralizando uma coisa altamente meritória, que foi a política de direitos humanos. Primeiro porque não classificaram direito os países – foram enviadas suas classificações, de acordo com seus interesses nacionais – e segundo porque são incapazes de manter isso”.*¹⁴⁵

Em 1979 com o início de um novo governo militar, João Baptista Figueiredo assumiu a presidência, e Azeredo da Silveira deixou a pasta no Ministério das Relações Exteriores, tornando-se embaixador nos EUA. Ocupou o cargo até 1983 quando foi transferido para embaixada do Brasil em Lisboa onde permaneceu até 1985, ano em que se aposentou. Antônio Azeredo da Silveira era casado com Mary Paranhos Azeredo da Silveira, com quem teve quatro filhos. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de abril de 1990 deixando um livro de memórias incompleto e até o momento com paradeiro desconhecido.

Como foi visto em alguns trechos cabe ainda a este capítulo detalhar através da documentação extraída do arquivo pessoal de Azeredo da Silveira diversas das situações narradas nesta breve biografia da vida e carreira do diplomata brasileiro, visando explicitar e comprovar de que modo e por quais razões houve alguma interferência do governo militar na ação do Itamaraty.

3.2. Interferências do governo militar no Itamaraty e na Política Externa Brasileira

O Arquivo de Antônio Azeredo da Silveira é um importante conjunto de documentos dedicado a contar a trajetória pessoal e profissional do diplomata que passou por diversos cargos dentro do Itamaraty chegando ao topo da carreira em 1974. Nesse sentido e com a intenção de identificar neste grupo de documentos de que maneira o alto escalão do governo militar interferia na atuação diplomática brasileira se faz necessário apresentar o arquivo e a maneira como os documentos estão dispostos, de maneira que nos permita refletir não só sobre seu conteúdo, mas também sobre os porquês da seleção de documentos ali reunidos.

Assim um primeiro passo é a observação de que o arquivo se divide em três partes distintas: *Entrevistas*, *Verbetes* e *Arquivo Pessoal*, sendo esta última a mais volumosa e a que reúne documentos de maior importância para a presente investigação. Na seção *Entrevista* se encontram na íntegra os arquivos da entrevista que compõe o livro “Antônio Azeredo da Silveira – Um depoimento”¹⁴⁶. Já no item *Verbetes* há uma breve biografia do diplomata, tal documento foi bastante

¹⁴⁵ Id. Ibidem. p. 327.

¹⁴⁶ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

utilizado na composição da primeira parte deste capítulo, contendo de maneira organizada informações sobre a vida de Azeredo da Silveira, ajudando a compreender melhor quais foram os caminhos escolhidos por ele ao longo de sua trajetória.

Entretanto, foi na seção *Arquivo Pessoal* que a pesquisa aqui apresentada se debruçou por mais tempo e com maior afinco, pois são milhares de documentos reunidos de maneira temática e disponibilizados quase que totalmente de maneira cronológica. É necessário dizer que apenas a pasta relativa a atuação de Azeredo da Silveira a frente do Ministério das Relações Exteriores está totalmente digitalizada, o que facilita muito o trabalho de análise. Entretanto, ela não permite que sejam acessados à distância documentos de outros períodos de sua carreira.

O *Arquivo Pessoal* por sua vez divide-se em outras três partes, são elas: *Audiovisual*, *Impresso* e *Manuscrito*. A primeira das partes citadas conta basicamente com fotos de cerimônias oficiais do MRE e da presidência da república nas quais o chanceler aparece ao lado do então presidente Ernesto Geisel, geralmente recebendo alguma comissão estrangeira, representantes diplomáticos, presidentes, representantes comerciais. Destacam-se as presenças marcantes de diversos presidentes de regimes autoritários, Alfredo Stroessner¹⁴⁷ (Paraguai), Nicolae Ceausescu¹⁴⁸ (Romênia) e Antônio Salazar (Portugal)¹⁴⁹ é preciso lembrar que esse fenômeno era algo natural dado ao grande número de regimes autoritários à época no Ocidente. Destacam-se também países da África, comprovando a política de busca por novos parceiros econômicos e diplomáticos do Brasil. A princípio tais imagens não são muito relevantes na medida em que não explicitam qualquer forma de interferência direta dos militares na atuação dos diplomatas brasileiros, entretanto, ao analisarmos o porquê da presença de tal série de fotos no arquivo pessoal de Azeredo da Silveira se pode aferir as intenções existentes na constituição de tal arquivo e da memória que se apreende a partir daí. Busca-se, portanto, a promoção da ideia de eficiência e pragmatismo através das imagens, ilustrando as boas relações brasileiras com diversos e diferentes países, independentemente de qualquer questão ideológica.

Já os arquivos *Impressos*, destacam-se pela presença de uma série de artigos de periódicos que tratam de algumas áreas de atuação de Azeredo da Silveira ao longo da sua carreira, assim como biografias e análises de seus feitos a frente do Ministério das relações exteriores. Alguns exemplos de títulos são: “*Antonio Francisco Azeredo da Silveira: embajador del Brasil*,

¹⁴⁷ Alfredo Stroessner Matiuda, político e general foi ditador no Paraguai entre 1954 e 1988. Reeleito diversas vezes através de fraudes eleitorais. Morreu no Brasil aos 93 anos de idade. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/alfredo-stroessner-morte-exilio-434880.shtml>. Último acesso em: 21/04/2016.

¹⁴⁸ Nicolae Ceausescu, líder comunista, presidiu a Romênia entre 1965 e 1989 quando foi executado em decorrência da Revolução Romena. Seu poder interno baseava-se no terror e no autoritarismo. Disponível em: <http://www.biography.com/people/nicolae-ceausescu-38355>. Último acesso em: 21/04/2016.

¹⁴⁹ Antônio de Oliveira Salazar, líder político do regime fascista do Estado Novo Português, esteve a frente da pasta de Primeiro-ministro de Portugal entre 1932 e 1968 quando após um derrame cerebral é substituído por Marcelo Caetano. PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Universitario y Diplomático de Carrera (1969)”, *Biography of his excellency Azeredo da Silveira (1979)*, “*Brasil-Mundo Árabe: Azeredo enterneceu 'nossos irmãos árabes'(1975)*”, “*Embaixador Azeredo da Silveira: 'tudo vai correr pelo melhor' (1983)*”, “*Integración entre Brasil y la Argentina: disertacion del embajador del Brasil, La (1969)*” e “*Proyección del Brasil en la Década del 70 (1972)*”.¹⁵⁰ Mais uma vez tais documentos não explicitam a interferência militar na diplomacia brasileira, demonstrando serem mais relevantes para a reflexão de como tal arquivo pessoal se constituiu e porque daquele documento estar ali.

Finalmente, a seção *Manuscritos* é a mais volumosa e de maior importância para a presente pesquisa. Nela estão reunidos milhares de documentos perpassando toda a vida e carreira de Azeredo da Silveira. Como já foi dito, na presente reflexão são privilegiados os documentos relativos a sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, por uma questão de recorte temporal e relevância política, mas também pela facilidade de acesso aos documentos. Dessa forma criou-se um método para leitura de tais documentos que os colocam em ordem de relevância e importância assim, após a leitura dos resumos de cada conjunto de documentos eles foram classificados da seguinte forma: “Extremamente relevantes”, “Muito relevantes” e “Relevantes”, sendo criada, assim, uma ordem de leitura indo dos mais aos menos importantes. Tal sistematização se fez necessária devido à enorme quantidade de documentos a serem lidos, são mais de cinquenta mil páginas digitalizadas. É importante ressaltar que o trabalho realizado pelo CPDOC/FGV de catalogação e classificação dos documentos facilita muito a pesquisa de historiadores e outros investigadores, pois são disponibilizados em ordem cronológica, e contam, com mini resumos explicativos fundamentais no momento de pré-selecionar quais conjuntos de documentos serão lidos e quais serão de fato úteis para qualquer pesquisa.

Dessa forma, em um primeiro momento foram privilegiados e lidos documentos que tratam de assuntos como despachos do presidente Ernesto Geisel com o chanceler e discursos de Antônio Azeredo da Silveira. Nos documentos são abordados diversos assuntos, tais como: questões econômicas internas e externas, conflitos, conversações e acordos políticos entre vários países, política nuclear, questões administrativas, viagens do presidente Geisel, assim como de outros chanceleres e presidentes ao Brasil. Também foram analisados documentos referentes à eleição de João Batista Figueiredo para presidente da República, incluindo as contribuições do ministro Azeredo da Silveira para o próximo governo nas questões referentes à política externa. Com destaque para a exposição elaborada pelo próprio chanceler sobre a política externa brasileira, no cenário mundial, durante a sua gestão. Outro importante conjunto lido com maior afinco é o que reúne documentos referentes à participação de Azeredo da Silveira na XXXIIIª Assembleia Geral da

¹⁵⁰ Tais arquivos ainda não estão digitalizados.

Organização das Nações Unidas, no período em que atuou como ministro das Relações Exteriores.

Outros documentos relevantes são aqueles referentes às relações políticas, econômicas e comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Trata-se de um dossiê constituído de relatórios, notas, discursos, resumos e correspondência, e diversas questões no âmbito das relações econômicas. No que tange às questões políticas, estão incluídas informações relativas ao grupo consultivo Brasil-EUA sobre cooperação científica e tecnológica; sobre a visita de Azeredo da Silveira a Washington, em outubro de 1976; e sobre o projeto e assinatura do Memorando de Entendimento referente a consultas sobre assuntos de interesse mútuo entre Brasil-EUA. Assim como aqueles que tratam da visita em 1976, do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, à América Latina, incluindo o Brasil. O dossiê é constituído por telegramas sobre o adiamento da visita em 1975 e outros assuntos como o direito do mar, relações comerciais entre Brasil e EUA, reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Já os documentos que tratam da participação de Azeredo da Silveira no grupo de trabalho sobre a reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores (1958-1959) e na comissão de reforma administrativa de 1964, durante sua gestão como chefe da Divisão de Pessoal do Departamento Administrativo do MRE, onde estão reunidos documentos como: atas de reuniões do grupo de trabalho para a reforma; decretos que dispõem sobre renumeração e gratificações de funcionários do Itamaraty, no exterior e propostas de criação de um Serviço Civil Exterior (1963). Apesar de sua importância e mesmo tendo sido separados para análise, não puderam ser acessados, uma vez que não estão digitalizados e tampouco dizem respeito ao período que Antônio Azeredo esteve à frente do MRE.

A partir da livre leitura dos documentos relativos ao período 1974-1979 é possível fazer alguns apontamentos e uma reflexão inicial. O mapeamento da interferência militar na atuação diplomática a partir dos documentos existentes, disponibilizados se dá de maneira muito sutil em boa parte dos documentos encontrados. Além de muito menos óbvia e clara do que se imaginava no início da investigação. A maior parte das inferências pode ser detectada relacionando os documentos a outros documentos e a outras fontes secundárias como apresentado na primeira parte deste capítulo. Um exemplo de tal sutileza se dá através da leitura do “*Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república*” datado do dia 16 de abril de 1974 no qual merecem maior atenção os itens “*Decreto – Exoneração. Embaixador Celso Antônio de Souza e Silva*” e “*Decreto – Exoneração. Embaixador Egberto Faria da Silva Mafra*”.¹⁵¹ O curioso é notar que no documento disponibilizado não há nenhum outro dado disponível apenas tópicos que seriam tratados no encontro com o presidente.

¹⁵¹ *Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república*. p.50. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=PREG&PagFis=22011&Pesq=A>. Último acesso: 31/03/2015.

Outro exemplo bastante explicativo sobre a sutileza das possíveis interferências existentes nos documentos é um simples “*Lembrete*”¹⁵² de Azeredo da Silveira onde está escrita somente uma frase: “*Entrevista coletiva à imprensa sobre as reuniões de Washington e Atlanta*”. O mais curioso não está nessa frase datilografada na folha em branco, mas sim um “*Não*” escrito a mão logo abaixo. Dessa forma não há como saber qual o motivo da não concessão da entrevista, pois não está explícito e também não foi encontrada nenhuma razão em outros documentos ou fontes secundárias para a não realização da entrevista. Outro caso é o de outro “*Lembrete*” dessa vez onde há uma referência datilografada ao “*Embaixador Mellilo de Moreira de Mello*” e em seguida uma anotação feita a mão “*Pedir as conclusões da SNI*”.

Faz-se necessário dizer que no decorrer da pesquisa e durante a leitura dos documentos foi necessário utilizar mais uma ferramenta de seleção e ordenamento da leitura. Devido à enorme quantidade de documentos e ao elevado número de páginas, utilizou-se o método de busca por palavras-chave, o que não só agilizou a seleção e leitura de documentos como direcionou melhor a pesquisa uma vez que foi possível encontrar e ler documentos que tinham maior potencial de revelar interferências diretas ou indiretas do regime militar na atuação diplomática brasileira, de acordo com o tema tratado, evitando dessa forma, documentos puramente burocráticos ou relacionados a temáticas menos relevantes para a presente pesquisa como, por exemplo, questões econômicas muito específicas. Assim, dentro desse universo inicial de documentos selecionados e listados acima, foi utilizado um conjunto de palavras-chave que ajudou a revelar importantes intervenções no trabalho do Itamaraty durante a gestão de Azeredo da Silveira, trata-se de: Direitos Humanos.

A partir da análise documental realizada nesse capítulo e em função do que foi exposto até aqui, é possível dizer que há certa dificuldade em encontrar interferências diretas à atuação dos diplomatas brasileiros durante o regime militar em parte dos documentos lidos e analisados. Entretanto, os documentos lidos a partir da busca feita através de palavras-chave, especialmente a partir da busca através da palavra-chave “Direitos Humanos” demonstram uma real interferência no trabalho realizado pela diplomacia brasileira, vejamos como isso ocorre e pode ser demonstrado a partir da documentação.

É necessário dizer que mesmo através do artifício da busca refinada foram lidas e checadas mais de vinte mil páginas de documentos. O volume, portanto, foi reduzido e a análise direcionada, gerando temas centrais dentro da questão dos Direitos Humanos, temas estes que aqui serão tratados com mais atenção, são eles: Brasil na ONU e a Comissão de Direitos Humanos; Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) na Organização dos Estados Americanos (OEA);

¹⁵² *Lembrete: entrevista coletiva à imprensa sobre as reuniões de Washington e Atlanta*. p.66. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=PREG&PagFis=22011&Pesq=A>. Último acesso: 31/03/2015.

Relação bilateral entre Brasil x EUA; Visita do Presidente dos EUA James Carter, ao Brasil; Visita do Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, ao Brasil; A questão dos Direitos Humanos e os países vizinhos ao Brasil e Presos políticos. É importante ressaltar também que a relevância de tais temas não se dá exclusivamente por uma maior frequência no arquivo, mas pela importância dos assuntos tratados, ou seja, por se tratarem de questões e situações onde a interferência ou ação direta dos militares na atuação diplomática brasileira teve maior destaque e consequências diretas a PEB. Existem outras questões e demonstrações de interferências que surgem de maneira tangencial aos temas centrais e que aparecerão ao longo da descrição dos documentos e interferências. Elas se destacam principalmente em documentos como: despachos com o Presidente da República, Informes, Telegramas e visitas de outros líderes políticos estrangeiros ao Brasil para tratar da questão dos Direitos Humanos.

* * *

Passemos então para a análise de como se deu a atuação diplomática brasileira na ONU no período entre 1974-1979 no que diz respeito a questão dos Direitos Humanos. Um tipo de documento bastante comum neste período foram aqueles cujo título era: “Informação para o senhor presidente da República”. No dia 13 de agosto de 1974, Azeredo da Silveira enviou um destes informes para Geisel explicando ao presidente o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos na ONU, como ela recebia as denúncias dos diferentes grupos políticos e de proteção aos Direitos Humanos existentes ao redor do mundo, algo que muitas vezes colocava o governo brasileiro em posição delicada. Naquele momento o caso em questão era uma denúncia da Anistia Internacional¹⁵³ constando de 210 casos de mortes por perseguição e repressão política em 1969. De acordo com o documento, o Brasil poderia entrar na lista de graves violadores dos direitos humanos.

Destaca-se a abertura do documento: “*O Brasil tem sido objeto de campanhas difamatórias no exterior movidas por grupos de pressão que servem de instrumento àqueles setores de opinião e ideologia contrários ao regime brasileiro*”.¹⁵⁴ Neste breve trecho já é possível perceber como que a diplomacia brasileira se posiciona ideologicamente frente as denúncias existentes contra o país. Após explicar que as denúncias são submetidas à Comissão de Direitos Humanos e, guardadas em sigilo, são transmitidas aos Estados-membros para comentários, esse material vai então para a

¹⁵³ Trata-se de uma organização não governamental criada em 1961, hoje é um movimento global com mais de sete milhões de apoiadores. Suas ações buscam que os direitos humanos sejam reconhecidos, respeitados e protegidos em todo o mundo. Atualmente está presente em mais de 150 países. Em 1972 lançou um Relatório sobre Tortura no Brasil. <https://www.amnesty.org/en/>

¹⁵⁴ “*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.1000-1004. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

Subcomissão sobre Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias, que por sua vez formará grupos de trabalho, e tais grupos podem ou não acatar as denúncias. Caso sejam tidas como pertinentes elas voltam à Subcomissão, em seguida à Comissão de Direitos Humanos, passam pelo Conselho Econômico Social e, finalmente, são relatadas à Assembleia Geral. Azeredo da Silveira destaca o fato de que a posição do governo brasileiro é de não cooperação com a Anistia Internacional sem qualquer tipo de diálogo. A opção pelo bloqueio ao diálogo fica explícita em um lembrete publicado e anexado junto a uma carta da Anistia Internacional enviada ao governo brasileiro explicando o fato de a organização não atuar somente contra o Brasil, mas denunciando uma série de países, após a explicação sobre o conteúdo da carta há uma única recomendação no documento: “*Não é o caso de responder*”¹⁵⁵. A mesma postura também aparece em um telegrama enviado ao embaixador brasileiro em Londres, Roberto Campos, no qual Azeredo, ao tratar da organização Anistia Internacional, declara:

*“[...]a referida organização é infiltrada por elementos exclusivamente preocupados em fazer difundir uma pretensa verdade, ao invés da verdade. No que diz respeito ao Brasil, as posições de tal organização são a ponto 'biased' contra nós que, a partir de determinado momento resolveu o governo ignorá-lo por completo. Isto determinou, aliás, a expedição de Circular Postal n° 1500, de 1 de agosto de 1972, que determina taxativamente que quaisquer comunicações provenientes da 'Amnesty International' não devem ser respondidas, nem ter seu recebimento acusado”*¹⁵⁶.

No dia 13 de agosto de 1974 o grupo de trabalho dentro da Subcomissão sobre Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias havia acolhido a denúncia e esta seria analisada na Subcomissão no dia seguinte. Assim, Azeredo recomendou que a atuação brasileira seguisse na seguinte linha: contatos informais com os países representantes na Subcomissão - o objetivo era preparar a maioria para recusar a acusação contra o Brasil - envio de comunicação ao Secretário-geral da ONU, pressão junto aos embaixadores em Brasília da URSS e Paquistão relatando o estranhamento do Itamaraty quanto à posição assumida contra o Brasil e, finalmente, instruções à Missão na ONU para que se atue junto ao Secretariado objetivando o não prosseguimento do trâmite de alegações antibrasileiras. Além disso, pediu-se a convocação de um Grupo de Trabalho interministerial reunindo o MRE, Ministério da Justiça, Conselho de Segurança e Sistema Nacional de Informações (SNI) não apenas para que fossem encontradas soluções ao caso, mas também para

¹⁵⁵ *Carta da Anistia Internacional para o governo brasileiro – outubro/1977*. p. 5529-5530. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁵⁶ *Telegrama Brasília – Embaixada de Londres*. p. 154. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 . Último acesso em: 07/05/2016.

que se buscasse manter a boa imagem do Brasil junto à comunidade internacional. Cabe destacar outro trecho no final do documento que expõe de que maneira a diplomacia se via inserida no problema relatado: “*A experiência tem revelado que os que contra nós agem são movidos por pressupostos ideológicos definidos e não são suscetíveis de esclarecimento objetivo*”¹⁵⁷.

Em novo informe para o presidente da república também assinado por Azeredo da Silveira e publicado no dia 22 de agosto de 1974¹⁵⁸ a questão é retomada e o Itamaraty informa que a ação diplomática brasileira se deu em duas frentes: em Brasília e Nova Iorque Na primeira frente a ação principal foi a condenação junto a embaixada da URSS do posicionamento do país nessa questão. Além disso, em Nova Iorque o trabalho foi de tratar pessoalmente, com os membros da Comissão para que estes repudiassem o relatório contra o Brasil. O resultado foi considerado satisfatório pelo Itamaraty, uma vez que a Subcomissão não inseriu o Brasil no relatório que iria para a Comissão de Direitos Humanos, o que implicaria na ameaça imediata de ter o Brasil em um rol de países como Uganda, Chile e Vietnã do Sul foi afastada. Entretanto, o mesmo documento declara que a decisão final não é a ideal, pois o caso não fora arquivado definitivamente. Nesse sentido, destaca-se um parágrafo desse segundo informe: “[...] *O Itamaraty poderá, ao longo dos próximos meses, desenvolver uma política de influência junto a membros da Subcomissão – e Governos que representam – de modo a desencorajar a retomada da matéria e, ainda mais, levar a seu definitivo arquivamento*”¹⁵⁹. No dia 23 do mesmo mês fora publicado um documento, também bastante comum na documentação analisada no arquivo pessoal de Azeredo da Silveira, um “Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república” trazia em um de seus itens a seguinte informação: “*Direitos Humanos. Nações Unidas. Alegações contra o Brasil. Resultados de gestões diplomáticas*”¹⁶⁰ apontando a necessidade de Azeredo de informar a Geisel como que o Itamaraty tratou dos tema em questão.

O caso se desenrolou durante alguns meses, e em março de 1975 foi enviado mais um documento de “*Informação para o Presidente da República*”¹⁶¹ destacando o fato de que ao longo dos meses foram realizadas ações pelo Itamaraty junto às Nações Unidas, à Delegação em Genebra e também junto aos governos do Panamá, Gana, Paquistão, Países Baixos e Iugoslávia, países estes que tinham representantes no grupo de trabalho que analisaria o caso brasileiro. A orientação para a diplomacia brasileira era de que: “[...] *seria de todo interesse que as alegações contra o Brasil tivessem sua consideração substantiva adiada, devendo toda ação diplomática brasileira buscar,*

¹⁵⁷ Id. Ibidem. p.1004.

¹⁵⁸ “*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.1076-1078. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁵⁹ Id. Ibidem. p.1078.

¹⁶⁰ “*Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república*”. p.220-222. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2>. Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁶¹ “*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.2521-2523. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

em caráter prioritário, esse adiamento". O trabalho da diplomacia brasileira foi eficiente e fez com que a análise que ocorreria na Comissão de Direitos Humanos em Genebra fosse feita levando em consideração as observações realizadas pelo governo brasileiro. Com isso qualquer decisão fora adiada para a XXXI Sessão da Comissão que seria realizada em 1976, após exame mais aprofundado do caso. Isso deu ao Brasil mais tempo para que o Grupo Interministerial criado para lidar com essa questão pudesse apontar orientações para a ação brasileira em relação aos direitos humanos tanto na ONU como na OEA.

Em telegrama enviado por George Álvares Maciel da delegação brasileira em Genebra para o Ministério das Relações Exteriores está descrita parte do debate ocorrido em fevereiro de 1975 sobre as denúncias de violações dos direitos humanos arroladas na Comissão de Direitos Humanos onde fica claro que as delegações de Holanda, EUA, RFA, Áustria e Reino Unido trabalhavam para levar adiante análises minuciosas de diversos dossiês, enquanto que países como Irã, Iugoslávia, Índia e Egito opinavam favoravelmente à análise dos dossiês mais antigos, deixando o Brasil de lado e também opinavam por não considerar válidas e úteis as denúncias colocadas por organizações internacionais não-governamentais¹⁶². Vale lembrar que a relação do Brasil com países do chamado "terceiro mundo" é resultado da PEB voltada à construção de novas bases de apoio político internacional.

É importante dizer ainda que em 1975 o Brasil votou contra a aprovação da Resolução A/C.3/L.2175 na ONU, pois de acordo com a justificativa assinada por Azeredo e enviada a Geisel a diplomacia brasileira, aquele considerava que se estava fazendo uso político de uma questão importante a todos os indivíduos e que não seria tolerado nenhum tipo de represália nesse sentido e também porque tal resolução não seria aplicável ao caso brasileiro já que: "[...] *no Brasil, não existem, como em muitos outros países, mesmo nos mais adiantados, prisioneiros por delitos de opinião política, mas, apenas, por delitos de ação subversiva*".¹⁶³ Neste trecho fica claro não só que o Itamaraty agiu a favor de uma política de governo completamente ligada aos objetivos militares de manutenção e promoção da imagem brasileira no contexto internacional, mas também que o chefe executivo do Itamaraty concordava com o discurso e a prática política do regime, qualificando opositores políticos de subversivos a ponto de reproduzir tal argumento e discurso em um documento oficial do ministério. Além disso, está claro no mesmo documento que o voto contra brasileiro se deu também em defesa da soberania nacional, pois a chancelaria do Brasil: "[...] *considera que nenhum Estado concordará em restringir sua soberania para que parta de outros*

¹⁶²“*Telegrama Delegação Genebra – Ministério das Relações Exteriores*”. p. 1056-1057. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 . Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁶³“*Projeto de declaração de voto*”. p.776-778. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> . Último acesso em: 05/05/2016.

Estados a interpretação do que seja o correto procedimento para assegurar a proteção dos direitos humanos de seus próprios cidadãos”¹⁶⁴.

O GT reunindo diversos ministérios buscou pensar e agir de maneira pragmática em oposição às denúncias colocadas contra o Brasil. No mês de Dezembro de 1975 fora enviada mais uma “Informação para o Senhor Presidente da República”¹⁶⁵ trazendo dados sobre os últimos meses de trabalho do GT Interministerial e as sugestões de ações no âmbito da OEA e ONU. Nas duas frentes a estratégia do diálogo manteve-se; na OEA com a continuação da participação brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na ONU com a abertura de diálogo com Comissão de Direitos Humanos. Tratando especificamente do dossiê existente contra o Brasil, a principal estratégia adotada foi buscar ao máximo o adiamento de todo e qualquer tipo de encaminhamento sobre o assunto, para que houvesse mais tempo para preparar melhor a defesa do Brasil na XXXII Assembleia de Direitos Humanos que seria realizada em fevereiro de 1976. Outra ação do Grupo de Trabalho se deu no sentido de dar uma resposta à Comissão de Direitos Humanos Entretanto, cabe destacar como deveria ser o caráter dessa resposta, sem colocar o Brasil em uma posição tida como vulnerável pelo Itamaraty:

- “1) é conveniente que o Brasil apresente uma resposta à Comissão de Direitos Humanos a respeito das alegadas violações de direitos humanos, desde que tal iniciativa não implique o reconhecimento da necessidade de defesa, mas demonstre a importância que conferimos à manutenção do diálogo com a Comissão;*
- 2) a referida resposta deverá ser de caráter político, e em tom genérico, não buscando a refutação de cada caso, mas, sim, a explicitação da posição do Governo brasileiro, de respeito e defesa dos direitos humanos, no país;*
- 3) a elaboração da parte substantiva da resposta caberá ao Ministério da Justiça, encarregando-se o Ministério das Relações Exteriores, depois da aprovação do texto pelo Grupo, e pelas autoridades competentes, do seu encaminhamento ao foro adequado.”*¹⁶⁶

Apesar da clara expressão de uma ação de diversos ministérios e também do Itamaraty para buscar inocentar o Brasil nos foros internacionais, além da tentativa de preservação de sua imagem no cenário internacional sem qualquer reflexão ou tentativa de apuração sobre quais seriam os casos de violações de direitos humanos citados¹⁶⁷, chama muita atenção o último trecho do presente

¹⁶⁴Id. Ibidem. p.777.

¹⁶⁵“Informação para o Senhor Presidente da República”. p.4800-4802. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁶⁶Id. Ibidem. p.4801.

¹⁶⁷A falta de reflexão e problematização sobre quais seriam as denúncias e violações existentes ficam ainda mais claros em uma

documento. Trata-se do parágrafo de encerramento onde o Azeredo da Silveira pede a autorização do Presidente da República para que linha de ação proposta seja posta em prática: “*Submeto à alta apreciação de Vossa Excelência a linha de ação acima proposta, solicitando, caso aprovada, a autorização de Vossa Excelência para a sua implementação.*”.¹⁶⁸ É possível observar, portanto, uma obediência e uma relação direta entre os militares, suas opiniões e a ação do Itamaraty, algo que traz não só a noção de interferência, mas também de uma atuação diplomática extremamente presidencialista, nesse caso não pela presença marcante do presidente em fóruns internacionais ou visitas de chefes de estado, mas pela opinião e ação direta em casos centrais da PEB. Assim em documento datado do dia 29 de dezembro de 1975, o presidente Geisel responde afirmativamente à proposta de ação feita por Azeredo da Silveira¹⁶⁹.

Em janeiro do ano seguinte em telegrama encaminhado de Genebra para o MRE, fica claro a partir de uma conversa com o embaixador do Paquistão, que o Grupo de Comunicações havia deliberado que o dossiê do Brasil seria arquivado¹⁷⁰. Finalmente, no dia 4 de março de 1976 é encaminhado ao presidente da república um novo Informe tratando justamente do ocorrido na XXXII Sessão da Comissão de Direitos Humanos em Genebra. Inicialmente o assunto foi submetido ao Grupo de Comunicação da Comissão, e assim tal grupo aceitou as observações brasileiras e concluiu que “[...] nenhuma ação ulterior da Comissão de Direitos Humanos se fazia necessária sobre o mencionado dossier, o que, na prática, equivale ao seu arquivamento”. Esse parecer foi encaminhado, então, à Comissão de Direitos Humanos que por dezesseis votos a favor, três contra e seis abstenções endossou a decisão anterior, equivalendo na prática ao arquivamento do caso. Está em destaque no documento o fato de que os votos favoráveis à posição brasileira foram de países em desenvolvimento na América latina, países árabes, africanos e asiáticos, enquanto que os EUA, Canadá e Áustria foram os únicos que declaram oposição ao Brasil. Entretanto, chama atenção o fato de que embora os países da Europa Ocidental não apresentassem mais hostilidades frente ao posicionamento brasileiro, ainda não estavam confortáveis para manifestarem-se publicamente a favor da evolução política do Brasil. Por fim, ressalta-se uma atuação hostil e permanente dos EUA nesse tema. É importante destacar o voto de países como a

breve leitura do Relatório do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos para o Senhor Ministro de Estado anexado ao telegrama. Onde são relatadas as denúncias, mas colocadas como parte de um campanha internacional de difamação do Brasil e seu governo. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. p.4803-4807. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁶⁸ *Informação para o Senhor Presidente da República.* p.4802. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁶⁹ *Documento Secreto – Geisel responde a Azeredo da Silveira.* p.141. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25. Último acesso em: 07/05/2016.

¹⁷⁰ *Telegrama embaixada de Genebra-Brasília.* p.153. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25. Último acesso em: 07/05/2016.

Iugoslávia: fica claro em outro informe ao presidente da república¹⁷¹ o posicionamento do país balcânico na XXXII Sessão da Comissão de Direitos Humanos em favor do arquivamento do dossiê sobre o Brasil. Vale lembrar que no período o país também estava sob um regime autoritário, no caso vivia-se o governo do Marechal Josip Broz Tito¹⁷² o que pode indicar uma relação direta entre o posicionamento favorável ao arquivamento do dossiê sobre o Brasil e uma ação de autodefesa, pois assim se conquistaria um aliado caso a Iugoslávia enfrentasse situação parecida no futuro.

Também é importante frisar como ficou claro no informe para o presidente da república datado de 17 de março de 1976 ao tratar do voto brasileiro sobre o Sionismo e possíveis vias de ação, que a maneira como o Brasil se colocou, contrário à doutrina Sionista, reconhecendo-a como forma de racismo e discriminação racial deram ao país maior credibilidade internacional por dissociar da imagem brasileira qualquer noção de alinhamento automático aos EUA, isso deu ao Brasil maior apoio nos foros internacionais especialmente entre os países do chamado Terceiro Mundo, que de acordo com o documento tiveram grande peso na votação a favor do arquivamento do dossiê contra o Brasil existente na Comissão de Direitos Humanos¹⁷³.

Como ficará claro ao longo desse capítulo, o tema dos Direitos Humanos foi algo que ficou em pauta na política externa durante boa parte do período que Azeredo da Silveira e Geisel comandavam a PEB e propunham uma atuação menos dependente dos EUA. Em julho de 1976 um novo informe para o presidente da república traz novas informações sobre a Comissão de Direitos Humanos e a existência de um novo dossiê sobre o Brasil. O chanceler brasileiro comunica o presidente sobre a existência de novas denúncias feitas pela Anistia Internacional, dessa vez tratando de violações de direitos humanos que teriam ocorrido em janeiro de 1975. O texto do documento frisa que, apesar do arquivamento do caso anterior, isso não faria com que as entidades internacionais deixassem de estar atentas ao Brasil e sua atuação. No documento Azeredo alerta para a possibilidade de repercussão na imprensa e na opinião pública internacional.

É relevante o fato de que alguns dos os principais argumentos apresentados pela defesa brasileira à época do primeiro dossiê, como o grande número de casos – mil e trezentos no primeiro e pouco mais de cem no segundo – a dificuldade de uma análise aprofundada, e a grande distância temporal, não se aplicam nesse caso. De acordo com Azeredo, outros dois pontos desfavoráveis são o crescente interesse internacional pelo tema e a composição desfavorável da Comissão de Direitos Humanos, já que a Áustria, um dos três países que haviam votado contra o Brasil na Sessão anterior

¹⁷¹ “*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p. 6729-6733. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁷² Líder dos partisans durante a II Guerra Mundial, foi presidente da Iugoslávia de 1953 a 1980 sendo visto por muitos como um responsável pela união das diferentes etnias dos Balcãs, mas ao mesmo tempo era considerado um ditador autoritário por não dar liberdade aos anseios de independência dos diversos grupos étnicos dentro do país.

¹⁷³ “*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.966-971. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso: 05/05/2016.

da Comissão, agora fazia parte do Conselho Econômico e Social. Frente a essa questão, Azeredo ordenou que o Grupo de Trabalho Interministerial fosse convocado novamente para tomarem conhecimento da documentação, devendo redefinir a linha de atuação da diplomacia brasileira, no caso “às quais, após submetidas à Vossa Excelência, deverão nortear a ação diplomática brasileira, no campo dos direitos humanos.”¹⁷⁴. Em novo informe datado de agosto de 1975 fica registrado que as denúncias referentes a janeiro de 1975 foram recebidas pela Comissão de Comunicação e o Itamaraty tratou diretamente com os países membros: Paquistão, Gana, Nicarágua, URSS e EUA para que tais denúncias não seguissem o percurso dentro da Comissão. Assim, o Grupo de Comunicação decidiu não encaminhar à Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias as denúncias, dessa forma: “Tal decisão significa na prática o arquivamento das acusações, embora não impeça eventual reabertura do assunto, caso sejam feitas novas denúncias ou apresentados novos elementos de juízo sobre as já existentes”¹⁷⁵. Em documento datilografado de maio de 1977, a respeito dos direitos humanos o tema da segunda denúncia contra o Brasil é retomado e mais uma vez é endossado o arquivamento final das acusações em setembro de 1976. Entretanto, cabe destacar que na mesma Sessão da Subcomissão foram feitas diversas restrições à situação dos Direitos Humanos na América do Sul, sendo James Carter – presidente eleito dos EUA - um dos mais duros com o continente¹⁷⁶.

Seguindo na mesma temática dos direitos humanos, há outro informe a Geisel¹⁷⁷ em que a questão é tratada e o posicionamento da diplomacia brasileira revela como esta estava alinhada não só à proteção da imagem e identidade do país no contexto internacional, mas também à linha de atuação do governo militar. O documento faz referência à XXXI Assembleia Geral da ONU, e nele Azeredo faz um breve relatório do Projeto de resolução da Alemanha Ocidental (RFA) a respeito da captura de reféns, propondo:

“(a) condenar a captura de reféns, como 'ato abominável e desumano', qualquer que seja sua causa;

(b) estabelecer um Comitê, a ser integrado por 35 Estados membro, com a finalidade de propor medidas contra a captura de reféns;

(c) solicitar ao Comitê a elaboração, no prazo mais curto possível, de um

¹⁷⁴ “Informação para o Senhor Presidente da República”. p.7375-7378. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 02/05/2016.

¹⁷⁵ “Informação para o Senhor Presidente da República”. p. 7505. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 08/07/2016.

¹⁷⁶ Documento MRE – ONU: Direitos Humanos.p.168/169. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.04.29. Último acesso em: 08/05/2016.

¹⁷⁷ “Informação para o Senhor Presidente da República”. p.7793-7795. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 05/05/2016.

projeto de convenção sobre a ação internacional contra a captura de reféns, a ser submetida, se possível à XXXII Assembléia Geral, com base no princípio de que os indivíduos responsáveis por tais atos devem ser punidos e extraditados, se necessário;”¹⁷⁸

O chanceler ainda destaca a boa redação do documento uma vez que não há menção a palavra “terrorismo” e que se trata de um projeto humanitário sendo difícil negar apoio. Azeredo, entretanto, chama atenção para o fato de que caso os autores e copatrocinadores do projeto sejam somente países europeus e da América do Norte. O Brasil não deveria atuar como tal e apoiar o projeto, já que são estes os países que tem sistematicamente denunciado o Brasil na questão dos direitos humanos. Ao fim sugere ao presidente que este comunique a RFA que o Brasil vê com simpatia o projeto e poderá apoiá-lo.

Seguindo na mesma linha de atuação diplomática, buscando minimizar as ações de instituições internacionais e também de determinados países contra o governo brasileiro, uma das estratégias já citadas foi a aproximação e diálogo com a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Dessa forma, em um novo “Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república”¹⁷⁹ emitido no dia primeiro de abril de 1977, o primeiro item a ser tratado é justamente a candidatura brasileira à Comissão de Direitos Humanos na ONU. No documento é possível observar um grande “*Sim*” manuscrito justo ao lado desse lembrete, o que se pode interpretar como uma resposta obtida durante o encontro com Geisel e algo que Azeredo deveria levar adiante. No mesmo mês o rascunho do discurso de Azeredo da Silveira na abertura da XXXII Assembleia Geral da ONU, expõe a maneira de pensar e agir da diplomacia brasileira a respeito do tema dos direitos humanos com a seguinte fala:

“Conforme já assinali, a cooperação, à qual a Carta das Nações Unidas nos estimula, pressupõe como requisito básico o respeito à identidade nacional e à soberania dos Estados. A Carta coloca o tema dos Direitos do Homem precisamente no campo da cooperação internacional e, nesse âmbito, faz sua promoção uma das tarefas importantes da Organização. O tratamento no nível multilateral, poderá concorrer para a criação de condições favoráveis ao exercício pleno desses direitos, que a nosso ver, abrangem aspectos civis e políticos, econômicos e sociais, como o direito à alimentação, à educação, à cultura, ao trabalho, a uma vida livre de miséria, ao amparo na velhice. Todos esses temas devem ser tratados

¹⁷⁸ Id. Ibidem. p.7795.

¹⁷⁹ “Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da república”. p.9514. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso: 05/05/2016.

dentro de uma perspectiva integrada e ampla”.

Além disso, há outro trecho do discurso que merece destaque:

“Um segundo componente de nosso patrimônio comum é a convicção de que a questão dos direitos humanos tem caráter universal. Justificar tratamento discriminatório, com base no interesse nacional, é destruir o próprio fundamento da defesa de Direitos Humanos”¹⁸⁰.

Azeredo ainda faz uma crítica direta às intervenções financeiras existentes na questão dos direitos humanos e o quanto isso é prejudicial à própria questão.

Como é possível notar, o trabalho da diplomacia brasileira na ONU buscou, durante o período do chamado pragmatismo responsável, marcar as posições brasileiras e sempre colocar o país em uma situação onde fosse possível se defender de ataques externos, especialmente no que tange ao tema dos direitos humanos. Assim, em outro informe a Geisel¹⁸¹, de setembro de 1977, é feita a discussão em torno de uma nova candidatura brasileira ao Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), espaço que o Brasil tinha acesso desde 1970 e que trazia consigo influência na Comissão de Direitos Humanos, uma candidatura ao Conselho de Segurança, fórum que desde 1968 o país não estava presente, ou a possibilidade de ausentar-se durante um ano dos dois Conselhos. Azeredo declara que considera melhor a primeira opção, buscar a reeleição para o ECOSOC, mas que qualquer outra mudança de rumo deva ser feita o quanto antes, uma vez que são diversos os andamentos dos outros processos de eleição. Em grande relatório contendo todas as realizações do PEB no período que Azeredo esteve à frente do ministério são citadas as diferentes eleições nas Comissões da ONU, é dito que:

“Particularmente significativas, pelo que representaram como sinal de prestígio internacional do país, foram a eleição do Brasil para a Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1977, a reeleição pela quarta vez sucessiva, para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e a eleição do candidato brasileiro embaixador José Sette Câmara, uma das mais altas votações entre os candidatos para a Corte Internacional de Justiça”¹⁸².

¹⁸⁰Rascunho discurso de Azeredo da Silveira na abertura da XXXII Assembleia da ONU. p.13-26. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201977.03.04 Último acesso em: 07/06/2016.

¹⁸¹Informação para o Senhor Presidente da República”. p.11083-11085. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁸²Relatório Ministério das Relações Exteriores – Relatório Realizações do Governo Geisel – 1974-1979. p. 491. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.01.16 . Último acesso em: 06/05/2016.

Ao mesmo tempo que o Itamaraty buscava proteger a imagem e identidade internacional do Brasil nos fóruns de discussão e especialmente na ONU, seus representantes diplomáticos também atuavam através dos meios legais possíveis para evitar qualquer intervenção estrangeira no país. Assim, no dia 07 de outubro de 1977 um novo informe¹⁸³ é enviado ao presidente da república tratando do Pacto sobre Direitos Civis e Políticos e também tratando do Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esses dois pactos foram preparados pela Comissão de Direitos Humanos e aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU em 1966 tendo entrado em vigor apenas dez anos depois, destacam-se dois trechos que ajudam a compreender o porquê da não assinatura pelo Estado brasileiro e de que modo se deu nesse caso a intervenção estatal na diplomacia:

“ 5. O pacto sobre Direitos Civis e Políticos é acompanhado de Protocolo Opcional, em vigor para 17 países, pelo qual os Estados que a ele se obrigam reconhecem a competência do Comitê dos Direitos Humanos para receber de indivíduos sob sua jurisdição comunicações sobre alegadas violações dos direitos enunciados no Pacto ”¹⁸⁴.

E também o trecho final:

“7. O Brasil não assinou nenhum dos dois Pactos, após emissão de parecer desfavorável do Ministério da Justiça e, com relação ao Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também do Ministério do Trabalho, datados, respectivamente, de 15 de setembro de 1970 e de 6 de maio de 1971 ”¹⁸⁵.

A posição brasileira em prol da defesa da soberania nacional também aparece em um telegrama enviado da Delegação brasileira na ONU para o MRE em outubro de 1977, onde Azeredo da Silveira, ao se entrevistar com o chanceler colombiano, Llevano, viu corroborada sua atitude frente a ofensiva do presidente dos EUA, James Carter, em relação aos direitos humanos e ao mesmo tempo reforçou a ideia de que o Brasil também defende os direitos humanos, mas principalmente sua soberania nacional e a capacidade de tomar suas próprias decisões internamente¹⁸⁶. Em outro telegrama enviado da Delegação brasileira na ONU para Brasília está

¹⁸³ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.11162-11163. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁸⁴ *Id.* Ibidem. p.11163.

¹⁸⁵ *Id.* Ibidem. p.11163.

¹⁸⁶ *Telegrama Delegação Brasileira ONU – MRE*. p.5053. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23. Último acesso

descrita em detalhes o encontro entre Azeredo da Silveira e Cyrus Vance, em que o chanceler brasileiro mais uma vez esclarece que não há qualquer sentimento antiestadunidense na posição brasileira, mas que, apesar de o Brasil apoiar a questão dos direitos humanos, não poderia:

*“[...] aceitar impassivos atitudes e medidas que poderiam conduzir a desestabilização de governos latino-americanos o que atingia a interesses diretos nossos [...] cada país tem seu processo histórico-político e que influências externas provocam reações em sentido contrário ao desejado”.*¹⁸⁷

Também no mês de outubro daquele ano, Azeredo da Silveira visitou Trinidad Tobago e em entrevista com o primeiro-ministro, Eric Willians, mais uma vez reforçou o argumento de que o Brasil respeita os direitos humanos, mas que não tolerará qualquer intervenção externa à sua autonomia e soberania¹⁸⁸. Tal posição já havia sido reforçada em maio daquele ano em uma declaração do MRE onde o Brasil se posiciona a favor dos Direitos Humanos, mas destaca:

*“O governo brasileiro considera, pois, de sua exclusiva competência o zelar pela defesa dos direitos humanos dentro de seu território e não poder aceder, portanto, a que qualquer tipo de investigação e inquérito possa ser feito por terceiros de matéria que é de alçada exclusiva interna.”*¹⁸⁹.

Em fevereiro de 1978 Azeredo envia um novo informe a Geisel pedindo mais uma vez a sua aprovação para que as orientações ali descritas sejam colocadas em prática. No documento fica explícita a posição brasileira de que *“não se pode permitir que a preocupação nobre e legítima pelos direitos humanos seja utilizada como meio de ação política para a consecução de objetivos que, em última instância, não correspondem aos elevados propósitos que se querem alcançar”*¹⁹⁰. Assim, destaca o fato de que cada estado deve ser soberano na execução de suas políticas de defesa dos direitos humanos. O documento é um grande memorando quanto à posição brasileira frente a diversos aspectos da política de defesa dos direitos humanos e principalmente o como lidar com a interferência interna nesse tema.

em: 05/05/2016.

¹⁸⁷ *Telegrama Delegação Brasileira ONU – MRE encontro de Azeredo da Silveira e Cyrus Vance.* p.5057. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23. Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁸⁸ *Telegrama Embaixada Port of Spain – Brasília.* p. 5063. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23. Último acesso em: 05/05/2016.

¹⁸⁹ *Declaração: Direitos Humanos – Posição do Brasil.* p.166. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.04.29. Último acesso em: 07/05/2016.

¹⁹⁰ *Informação para o Senhor Presidente da República”.* p.12261-12264. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AA S&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26. Último acesso em: 05/05/2016.

Outra forma encontrada pela diplomacia brasileira para defender-se das investidas internacionais relacionadas aos direitos humanos é atrelar essa questão ao desenvolvimento econômico-social, como é possível verificar no discurso do Deputado João Batista Miranda (Arena/MG). Nele além de breve histórico da PEB desde o início dos anos 1960, do destaque dado ao caráter inédito da PEB durante a gestão de Azeredo, é reforçada a ideia de que a soberania nacional deve ser respeitada e apresentado o argumento do desenvolvimento econômico integral:

“O ponto focal da atuação brasileira nos foros internacionais tem sido, portanto, o da defesa do desenvolvimento econômico integral, como um direito inalienável de todas as nações indiscriminadamente, e como uma obrigação solidária da comunidade internacional. Defendemos esses direitos não apenas ativamente, mas também em teor gradual, de uma forma que se poderia chamar de defensiva. Isto porque a tendência política atual das potências industriais parece ser no sentido de criar limitações crescentes às possibilidades de um desenvolvimento global, tanto em seus aspectos econômicos, como políticos.”¹⁹¹.

O mesmo argumento é encontrado em um longo roteiro para conversação entre os presidentes do Brasil e EUA. No item “Brasil e os Direitos Humanos” o primeiro parágrafo diz: “Os esforços do Governo brasileiro com vistas ao aperfeiçoamento do sistema político, à garantia de liberdade de opinião e o respeito às decisões judiciais fazem com que o Brasil não esteja mais no centro da campanha internacional sobre direitos humanos”¹⁹². Além disso, atrela o respeito aos direitos humanos ao desenvolvimento econômico e política. Tal construção argumentativa se faz para justificar que as políticas econômicas protecionistas e discriminatórias no campo internacional colocam impedimentos ao crescimento econômico do Brasil¹⁹³.

A documentação reunida por Azeredo da Silveira traz uma série de documentos que expõe de que maneira a diplomacia tratou a questão dos direitos humanos e tentou preservar a imagem do país junto à comunidade internacional. No mês de novembro de 1977 fora publicado um grande relatório sobre a PEB, no qual destaca-se o item número quatro: “Brasil – Estados Unidos: Direitos

¹⁹¹Discurso Deputado João Batista Miranda (Arena/MG). p. 235. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.01.16 . Último acesso em: 06/05/2016.

¹⁹²Roteiro para conversações presidenciais. p.235-240. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 . Último acesso em: 07/05/2016.

¹⁹³O mesmo argumento foi repetido pelo presidente do México, José Lopez Portillo, quando da visita de Geisel ao país latino-americano. Um dos itens tratados pelos dois foi: “A questão dos direitos humanos. Qualidade de vida”. Os dois presidentes concordaram que a melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais deveria esta sim ser considerada uma questão de direitos humanos e não para “manipulações políticas”. O presidente Portillo concordou com Geisel e disse que ambos os países estavam sendo alvos de uma campanha que deveria se chamar: “Direitos Mínimos de bem-estar e de respeito à dignidade humana”. E reforçou o argumento de que esse tema é de responsabilidade de cada país, não devendo servir de instrumento de pressão de política externa. *Informação para o Senhor Presidente da República*. p. 1969-1893. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 11/05/2016.

Humanos”. Nele é possível verificar como o Itamaraty enfatiza o fato de que a proteção dos Direitos do Homem é da competência de cada estado¹⁹⁴. Em uma minuta de telegrama estão reunidas informações sobre uma série de reportagens do Jornal do Brasil do dia vinte e quatro de setembro de 1978 onde chama atenção uma longa reportagem – dezessete páginas - a respeito da PEB e do discurso que Azeredo da Silveira faria no dia seguinte na Assembleia Geral da ONU. Alguns pontos se sobressaem no modo como a reportagem é descrita e ajudam a compreender de que maneira o Itamaraty “defendeu” o Brasil neste fórum internacional, principalmente pela reportagem realçar o fato de que no discurso o tema dos direitos humanos deverá aparecer pouco, caso apareça já que está fora uma questão que havia deixado o cenário dos grandes temas naquele momento¹⁹⁵.

* * *

Ao analisarmos outro importante fórum internacional como é o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA) é possível observar como a diplomacia brasileira adotou uma postura semelhante à adotada na ONU. Um primeiro caso que ocupou bastante tempo do Itamaraty no início da gestão de Azeredo da Silveira foram as acusações de violações de direitos humanos levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹⁹⁶. Um Informe para o presidente da república do dia 04 de março de 1974 traz informações sobre o funcionamento da Comissão e suas principais atribuições. Tendo sido criada em 1959, trata-se de uma entidade autônoma dentro da OEA e seus sete membros são eleitos a título pessoal a cada quatro anos pelo Conselho Permanente da organização a partir de listas tríplices, cada membro representa um país integrante da OEA. Á época o representante brasileiro era o Dr. Carlos A. Dunshee de Abranches, ocupando o cargo de Vice-Presidente. De acordo com o documento as funções da Comissão são:

- “a) receber denúncias sobre violações de direitos humanos, relativas a fatos ocorridos há não mais que seis meses;*
- b) verificar, como medida prévia, se os processos ou recursos do Estado-membro envolvido na denúncia foram devidamente aplicados e esgotados;*
- c) transmitir as denúncias aos Governos interessados, aos quais solicita*

¹⁹⁴Relatório PEB. p.255-260. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.01.27 . Último acesso em: 07/05/2016.

¹⁹⁵Telegrama – Reportagem Jornal do Brasil. p. 733-736. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201978.05.11 . Último acesso em: 07/05/2016.

¹⁹⁶A mesma questão está colocada em um “Roteiro para despacho direto com o Senhor Presidente da República” do dia 2 de abril de 1974. No mesmo documento é possível observar anotações a lápis ao lado dos diferentes itens, neste em específico, há uma anotação do nome “Golbery”, como se fora uma tema a ser tratado com o presidente na presença do General Golbery Couto e Silva. p. 27-28. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso: 10/05/2016.

informações pertinentes;

d) caso não receba resposta àquela solicitação dentro do prazo, prorrogável, de 180 dias, presumir veracidade dos fatos alegados;

e) formular recomendações ao Governo interessado se julgar comprovada a violação;

f) apresentar relatório à Assembleia Geral da OEA (examinado normalmente em seu período anual de sessões ordinárias), e nele formular as observações que estimar apropriadas, caso o Governo interessado não adote, em prazo razoável, as medidas recomendadas; e, finalmente,

*g) publicar seu relatório, caso a Assembleia Geral da OEA não formule observações do mesmo”.*¹⁹⁷

Com essa base organizacional, a CIDH recebeu em 1970 as primeiras denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil. A postura do governo brasileiro fora de fornecer todas as informações para cada um dos casos citados, mas por outro lado não concordar com a possibilidade de qualquer reunião da OEA em território brasileiro. Assim, o documento aponta como as denúncias mais importantes os casos 1683 (Olavo Hansen)¹⁹⁸ e 1684 (Múltiplo I), nos dois casos fora proporcionada, por parte do governo brasileiro, farta documentação buscando demonstrar a falsidade das acusações, mas a CIDH chegou à conclusão de que:

*“[...] as circunstâncias em que ocorreu a morte de Olavo Hansen configuram prima facie um caso gravíssimo de violação do direito à vida, bem como de que das provas reunidas sob caso 1684, resulta a veemente presunção de que ocorreram no Brasil graves casos de tortura, vexações e maus tratos, dos quais foram vítimas pessoas de um e de outro sexo enquanto privadas de sua liberdade”.*¹⁹⁹

Tais pareceres foram incluídos pela CIDH no seu relatório anual em 1973 e submetido à Assembleia Geral da OEA no ano seguinte. Esta limitou-se a “tomar nota” sem qualquer debate, o que daria à Comissão a possibilidade publicar seu relatório, mas a mesma não poderia à época publicar relatórios por conta própria, assim a saída seria entregar à imprensa. A Missão do Brasil na

¹⁹⁷ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.2295-2301. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 09/05/20116.

¹⁹⁸ De acordo com anexo da “*Informação para o Senhor Presidente da República*” nesse caso as denúncias contra o Brasil foram feitas pela Conferderação Latinoamericana Sindical Cristã (Venezuela) e posteriormente pela Central Cristã de Trabalhadores (Paraguai), Federação Latinoamericana de Trabalhadores da Indústria de Construção Civil (Venezuela) e Ação Sindical Argentina. Neste mesmo anexo estão informações sobre o andamento dos casos citados, expondo qual foi o trajeto das acusações até 1974 quando tais dados chegaram a Assembleia Geral da OEA.

Disponível em : http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26
Último acesso em: 08/05/2016.

¹⁹⁹ Id. *Ibidem*. p.2298.

OEA se opôs a tal procedimento, mas o “Washington Post” publicou o artigo com as violações relatadas. No final de 1974 ainda havia nove casos de violações dos direitos humanos em aberto na Comissão²⁰⁰, destes quatro foram negados pela Comissão, entretanto, destaca-se o fato de que o relatório da CIDH aponta para uma interrupção das comunicações entre o Governo brasileiro e a CIDH para uma reavaliação da posição brasileira. O diálogo só foi retomado após a primeira reunião do já citado Grupo de Trabalho Interministerial, que apontou como solução o diálogo entre as partes tanto na OEA como na ONU, e além disso prepararia uma resposta específica para a Comissão.

Em novo informe para Geisel, Azeredo faz uma síntese de todo o processo de acolhimento das denúncias, notificação do governo brasileiro, envio de documentação sobre as violações ocorridas nos casos 1683 (Olavo Hansen) e 1684 (Múltiplos I), a recusa da OEA quanto ao desfecho encontrado, restando como opção a possível publicação na imprensa de tais casos e do relatório existente. Para evitar que isso acontecesse, o Itamaraty sugeriu que algumas providências fossem tomadas, entre elas: gestão do representante permanente do Brasil na OEA, embaixador Paulo Padilha Vidal, ao Secretário Geral da OEA, Alejandro Orfila, contra qualquer possibilidade de publicação dos casos, pois haviam se passado na época seis anos dos crimes indicados, a ideia era que fossem expressos na OEA o desejo do Brasil de utilização dos mesmos critérios utilizados na ONU para o arquivamento do dossiê contra o país²⁰¹. Além disso, gestões junto ao governo boliviano e junto ao governo de cada país membro da organização em favor da não publicação do relatório. Ao final do documento Azeredo mais uma vez pede permissão a Geisel para que essas medidas sejam levadas adiante e reforça que caso o representante brasileiro na OEA, Dunshee Abranches, assumia a presidência do órgão ele terá papel chave para evitar que tais informações e casos sejam publicados ou sejam levados adiante²⁰².

Façamos um breve parênteses para entender a posição deste advogado dentro do Itamaraty no período. A reeleição de Dunshee Abranches para o período entre 1976 e 1980 foi confirmada em um longo informe para o presidente de julho de 1976²⁰³ tratando da “Conferência Diplomática para a Reafirmação do Direito Internacional Humanitário aplicável a conflitos armados”, em que há uma

²⁰⁰Id. Ibidem. p.2299.

²⁰¹No mesmo período, em março de 1975, em outro *Roteiro para despacho direto com o Presidente da República* o tema da CIDH aparece novamente, dessa vez com a anotação de *Secreto* e também o nome de *Figueiredo* (referência a João Baptista de Oliveira Figueiredo, Ministro-chefe do SNI) ao lado da ordem de abordagem dos assuntos. Assim nota-se uma frequência do assunto nos encontros entre Azeredo e Geisel, além de uma discussão conjunta. p. 429-430. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> . Último acesso em: 10/05/2016.

²⁰²*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.5527-5530. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 09/05/2016.

²⁰³*Informação para o Senhor Presidente da República*”. p.6888-6895. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 10/05/2016.

espécie de síntese do currículo e atuação de Dunshee Abranches na CIDH desde 1964, quando sua candidatura foi apresentada pela primeira vez. Além disso, é possível verificar a partir desse documento que os casos citados de 1683 (Olavo Hansen) e 1684 (Múltiplos I) foram até aquele momento, os únicos envolvendo o Brasil que a Comissão chegou a uma conclusão negativa. Com isso são tecidas críticas positivas à atuação de Dunshee Abranches junto à OEA. Destaca-se também um trecho em que são descritas suas atividades no Instituto Rio Branco como professor: “*Tem sido responsável e eficiente como professor, não havendo queixas a registrar. Não se tem notícias, também, de qualquer comprometimento ideológico ou partidário incompatível com as suas funções*”²⁰⁴. Por outro lado um longo relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) publicado em maio de 1976 traz uma série de informações sobre Dunshee Abranches, entre elas se destaca o fato de em 1973 ele ter concordado com as denúncias de violações de direitos humanos no Brasil. Textualmente:

“[...] seguindo a linha adotada pela campanha de difamações contra o Brasil, quando admite, indiretamente, um estado de violência, de exceção e de desrespeito aos direitos humanos, a ponto de estar o Brasil impossibilitado de ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos de Costa Rica”.

Também está relatado que Abranches sugere que o Presidente da República revogue os atos institucionais²⁰⁵.

Ainda tratando sobre a questão da publicação ou não dos dois casos citados, um ponto importante destaca-se no arquivo de Azeredo: trata-se de Informe ao presidente da república de agosto de 1976, relatando a ajuda do governo dos EUA na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nele os estadunidenses fazem a proposta de envio de cento e dois mil dólares à CIDH para que essa possa finalizar e publicar suas investigações sobre o Brasil. Entretanto, para que isso fosse possível, era preciso que a Assembleia Geral aprovasse a doação, assim a atuação da Missão brasileira na OEA foi no sentido de reunir apoio à posição brasileira²⁰⁶. Em telegrama para a Missão brasileira Azeredo afirma:

“É entendimento do Governo brasileiro que, no caso específico dessa contribuição do Governo norte-americano, é necessária a autorização prévia da Assembléia Geral à qual compete, de acordo com o artigo 52,

²⁰⁴Id. Ibidem. p. 6894-6895.

²⁰⁵Id. Ibidem. p.6974.

²⁰⁶*Informação para o Senhor Presidente da República*. p.7482-7484. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 10/05/2016.

letra “e”, da Carta da OEA, a aprovação do orçamento-programa da Organização.”²⁰⁷

A mobilização da Missão brasileira na OEA contra a possibilidade de publicação dessas denúncias e, principalmente, das conclusões as quais a CIDH chegou após investigar os dois casos aqui citados, são mais uma mostra de como o Itamaraty tomou para si a defesa do governo e o do regime militar brasileiro nos fóruns internacionais, não demonstrando publicamente ou na documentação de seu alto escalão, um caminho para a reflexão e questionamento do que está sendo apontado nas denúncias. Vide, por exemplo, o relatório do SNI tratando de Dunshee Abranches citado algumas linhas acima onde é considerado negativa a sua opinião de acolhimento das denúncias de violações, admitindo o estado de violência em que o país se encontrava.

Apesar dos encaminhamentos desfavoráveis ao Brasil nos casos de 1683 (Olavo Hansen) e 1684 (Múltiplos I), em informe ao presidente da república de novembro de 1976, Azeredo transmite a informação de que:

“A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) decidiu, em seu 38º período de sessões (maio/junho de 1976) arquivar dois casos referentes ao Brasil. De número 1769 (Bispo Pedro Casaldilga e Padre François Jentel) e 1835 (Wellington Rocha Cantal). Nos termos da comunicação que me dirigiu o seu Presidente em 22 de outubro último, essa decisão foi tomada após ter a Comissão procedido ao exame de cada caso, 'juntamente com a informação proporcionada pelo egrégio Governo do Brasil'”²⁰⁸.

O documento destaca ainda a clareza dos documentos disponibilizados pelo governo brasileiro e o como isso interferiu diretamente no posicionamento favorável ao Brasil. Em seguida estão anexados os dois telegramas da CIDH comunicando o ocorrido. Ou seja, os dois casos denunciados que esperavam por publicação foram até então as únicas reações negativas consolidadas nos fóruns internacionais. A documentação analisada não aponta uma solução positiva para o Brasil no que diz respeito aos casos de 1683 (Olavo Hansen) e 1684 (Múltiplos I), assim como nenhum outro desenrolar negativo para o governo brasileiro, não há nenhum documento no arquivo analisado que comprove a publicação de qualquer relatório da OEA sobre o tema. Outro caso que expõe bem de que forma a diplomacia lidava com o assunto dos direitos humanos e possíveis vulnerabilidades para o Brasil, está descrito em um novo informe ao presidente da

²⁰⁷Telegrama MRE – Missão brasileira na OEA. p. 7485-7486. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 10/05/2016.

²⁰⁸Informação para o Senhor Presidente da República”. p.8201-8204. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 10/05/2016.

república tratando da não assinatura por parte do Brasil da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que prevê a criação de uma “Corte Interamericana de Direitos Humanos” com uma atuação supranacional. Para Azeredo o posicionamento do Brasil deve ser o de apenas comunicar o recebimento da mensagem enviada por Andrés Aguilar, embaixador da Venezuela, sem justificar o porquê do Brasil não assinar tal convenção. No documento fica claro que a não assinatura se deu pelo fato de que isso geraria possibilidade de gestões externas em território brasileiro, entretanto, Azeredo consulta o presidente Geisel antes de enviar uma resposta à CIDH.²⁰⁹ Vale lembrar que o mesmo Grupo de Trabalho criado para encontrar soluções e propor ações contra o dossiê existente na ONU contra o Brasil trabalhou com os mesmos objetivos em relação às denúncias na OEA.

Ainda sobre a atuação da OEA e a política de proteção aos direitos humanos, a reportagem do Jornal O Globo datada de 16 de junho de 1977 tem como manchete e linha fina: “*O Chanceler e as denúncias na OEA sobre direitos humanos*”, “*Campanha tenta nos impor uma nova dependência*”. Ao retornar do encontro da OEA em Granada, Azeredo declarou que o que se está tentando fazer é forçar o país a uma nova dependência. De acordo com ele as denúncias colocadas contra o país nada tem a ver com a defesa da dignidade humana. Azeredo declarou também que não permitirá uma investigação no país por parte da Comissão de Direitos Humanos. O então chanceler, ao responder à imprensa sobre o porquê de o Brasil reagir tão violentamente ao problema dos direitos humanos e não mostrar ao mundo que é não há violações no território brasileiro, declara que:

[...] o relatório deste ano da Comissão Interamericana de Direitos Humanos só fez elogiar ao Brasil. Isso mostra que o Brasil não tem nada a esconder em direitos humanos. Nós apenas discordamos dos métodos. Observem que o próprio regulamento da Comissão estabelece que ela pode pretender visitar um país, mas só pode fazê-lo se autorizada por esse país. O que o governo não aceita é a vinda de uma missão de investigação inquisitorial”²¹⁰.

Esta reportagem e o posicionamento do MRE em relação ao trato dos direitos humanos enquanto política na OEA e ONU, são mais uma expressão da correlação direta entre o que pensava o regime sobre o assunto, e o modo como a diplomacia brasileira agiu, compartilhando uma série de valores e princípios ideológicos, mas principalmente uma prática de proteção à imagem e identidade

²⁰⁹ *Secretaria de Estado das Relações Exteriores – Resposta à Convenção Americana de Direitos Humanos*. p.12115. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 . Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁰ *Recorte de jornal – O Globo 16/06/1977*. p. 4517-4518. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 10/05/2016.

brasileira no cenário internacional sem qualquer problematização de suas ações internas.

Outro caso que exigiu bastante atenção do MRE nos primeiros anos da gestão de Azeredo da Silveira fora o caso de Ana Kucinski e seu marido Wilson Silva. Um documento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de dezembro de 1974 traz a transmissão de uma comunicação na qual o Brasil é citado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Quem assina o documento é, Andrés Aguillar, então presidente da entidade. Anexada está uma carta do jornalista da BBC no Brasil, Bernardo Kucinski, denunciando a prisão e tortura de sua irmã e seu marido pelo Serviço Secreto do II Exército. Ambos foram levados à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e em seguida transferidos a Operação Bandeirantes (OBAN), prisão esta, que, em Novembro de 1974 completara mais de sete meses onde estariam submetidos a tortura e maus tratos. Também estão anexados ao documento dois anúncios, um de dezembro daquele ano e outro de janeiro de 1975, denunciando a mesma prisão no jornal *O Estado de SP*. Em seguida está anexada uma declaração do então Ministro da Justiça, Armando Ribeiro Falcão, que se endereça a Azeredo da Silveira, demonstrando já ter recibo a solicitação da CIDH e que já tomou as medidas necessárias para obter a documentação demandada pela Comissão. Em outro documento datado de janeiro de 1975, Azeredo responde à comunicação do Ministro da Justiça dizendo que está mobilizando o Itamaraty para encontrar as duas pessoas relatadas no comunicado da Comissão e que levará uma resposta. Além disso, Azeredo comunica ao Ministro da Justiça o pedido de informações sobre o paradeiro de Ana Kucinski e seu marido feito pelo ex-Chanceler de Israel Sr. Aba Eban²¹¹. Nesse caso específico é possível se questionar do porquê de tal reação dos Ministérios da Justiça e Relações Exteriores, tão preocupados em dar uma resposta aos abusos e violações relatados na denúncia, o caminho mais óbvio talvez fosse o de pensar que por se tratarem de duas pessoas ligadas a um jornalista de uma rede internacionalmente conhecida e reconhecida não seria saudável para a imagem do governo brasileiro que tal caso fosse levado adiante na imprensa.

Há que se destacar a habilidade da diplomacia brasileira para rechaçar qualquer intervenção estrangeira em território brasileiro no que diz respeito aos direitos humanos e ao mesmo tempo continuar atuante nos fóruns internacionais inclusive, defendendo a causa dos direitos humanos. Um bom exemplo disso foi o posicionamento brasileiro na Assembleia Geral da OEA ocorrida em Granada em junho de 1977, quando foram apresentadas duas propostas, uma feita pela Colômbia e outra feita pelos EUA. Na proposta colombiana destaca-se o fato de que os países mais desenvolvidos deveriam buscar ampliar sua zona de influência e atuação sobre os em desenvolvimento para que estes tivessem seu desenvolvimento e cooperação facilitados, podendo,

²¹¹ *Dossiê Ana Kucinski*, p. 788-793. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 . Último acesso em: 10/05/2016.

assim, se dedicar mais ao tema dos direitos humanos. Já a proposta feita pelos EUA tinha como eixo central os pontos: cada estado deve reafirmar seu compromisso para fomentar políticas para acabar com qualquer violação de direitos humanos dentro de suas fronteiras, buscar a justiça econômica e social em suas relações nacionais e internacionais. A chancelaria brasileira fez a opção por apoiar a proposta colombiana por ser menos intervencionista e mais desenvolvimentista e se absteve da votação em relação a proposta dos EUA. Isso garantiu ao Brasil maior poder de barganha e negociação de apoios futuros, além de demarcar claramente sua não dependência aos EUA²¹². A mesma habilidade aparece em momentos como o descrito em Telegrama enviado de Granada para Brasília no dia seis de junho de 1977²¹³, no qual está relatado o fato de que o chanceler da Costa Rica, Gonzalo Facio, fez uma proposta de inclusão de item para a realização de uma conferência a fim de aprovar uma reforma na Convenção americana sobre direitos humanos. Azeredo destaca que foi ratificado o fato de que a Convenção é algo que os países podem ou não assinar, não devendo assim existir pressões para que isso seja alterado e, caso exista alteração, é possível que muitos dos que assinaram em 1969 não o façam no presente momento.

Outro momento em que fica explícita a grande capacidade diplomática do MRE é justamente em um longo Relatório Ministério das Relações Exteriores²¹⁴ apontando as principais realizações entre 1974-1979. No item número três: “*Assuntos Interamericanos*”, no subitem “*Organização dos Estados Americanos*” há uma citação ao tema dos direitos humanos. Algo que passou a ser uma preocupação da OEA a partir da VI Assembleia Geral. No documento fica clara a posição brasileira que cito:

*“O Brasil, compartilhando dessa natural preocupação, sempre deixou claro que considera a proteção dos direitos humanos matéria da exclusiva competência e responsabilidade dos Estados. Respeitada essa posição de princípio, reiteradamente defendida nos foros internacionais, o Brasil favoreceu a ideia de cooperação multilateral na matéria e, nesse sentido, colaborou com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos”*²¹⁵.

Mesmo com graves denúncias contra o Brasil e com a forte argumentação indicando não ceder às pressões de que o país fosse visitado por uma Comissão internacional para fiscalizar e verificar as violações ou não dos direitos humanos em território nacional, o Brasil fora eleito em

²¹²Reunião da OEA – Granada – Direitos Humanos. p.4535-4544. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 10/05/2016.

²¹³Telegrama Delegação brasileira Granada – Brasília. p.4563-4564. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁴Relatório – Realizações Governo Geisel – Ministério das Relações Exteriores – 1974-1979. p. 324 – 625. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.01.16 Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁵Id. Ibidem. p.400.

1977 pelo Conselho Econômico e Social para a Comissão de Direitos Humanos da OEA²¹⁶. A chancelaria brasileira também soube utilizar muito bem situações que não lhe diziam respeito para demarcar sua opinião e posição sobre essa temática. Assim, quando da XVII Reunião de Consulta da Comissão Geral da OEA, em setembro de 1978, tendo como tema central em debate a crise interna na Nicarágua e a necessidade que, de acordo com os preceitos da OEA, que se respeitassem os direitos humanos, os EUA forçaram a argumentação na linha de que é preciso intervir, especialmente em momentos como o retratado ali e embora a Nicarágua tenha afirmado que são assuntos internos e que não deve existir qualquer intervenção. Diversos países se mostraram favoráveis ao argumento de não intervenção, entre eles o Brasil, enquanto que a Jamaica apoiou a posição dos EUA²¹⁷. Em almoço com o Secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, Azeredo afirmou que acreditava ser minoritária na OEA e na VII Assembleia a posição intervencionista relativa aos direitos humanos que os EUA defendiam no continente e no mundo. Como resposta Vance disse que os EUA iriam incrementar sua política defendendo os direitos humanos²¹⁸. Na mesma Assembleia fora apresentado relatório anual da CIDH (1976) no qual, segundo telegrama da Delegação Brasileira enviado no dia três de março de 1977, o país era citado no relatório, “[...] apenas com informações positivas sobre o progresso alcançado na consecução dos objetivos assinalados a declaração americana dos direitos e deveres do homem”²¹⁹.

Cyrus Vance também se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Oscar Montes, durante a Assembleia Geral da OEA em 1977. Os dois trataram do tema dos direitos humanos e mantiveram um bom acordo entre as partes, comprometidos em comunicação constante a respeito do assunto. O chanceler argentino sustentou ainda que o assunto deve ser tratado junto com temas como: “terrorismo político e subversão esquerdista”. Além de que seria: “*Hipocrisia falar-se de direitos humanos plenos enquanto prossegue a subversão armada*”²²⁰.

* * *

²¹⁶Documento MRE – As grandes linhas de atuação. p.723 – 795. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.01.16 . Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁷Telegrama Delegação Brasileira OEA – Brasília. p.269-271. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201978.05.11 . Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁸Telegrama Delegação Brasileira OEA – Brasília. p.57 – 62. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.01.27 Último acesso em: 10/05/2016.

²¹⁹Telegrama Delegação Brasileira OEA – Brasília. p. 2. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201977.03.04 Último acesso em: 11/05/2016.

²²⁰Telegrama embaixada Buenos Aires – Brasília. p. 4511-4512. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 . Último acesso em: 11/05/2016.

A forma como o Brasil se relacionou com seus vizinhos também é uma boa maneira de medir e detectar influências do regime na atuação diplomática brasileira. Isso se pode verificar tanto na relação direta entre os países quanto no posicionamento da chancelaria brasileira em determinados casos e momentos envolvendo países da América latina. Em longo informe ao Presidente à respeito da XXIX Sessão da Assembleia Geral da ONU (1974), o primeiro aspecto que se destaca é a ênfase dada ao fato de o Brasil poder, naquele momento, tomar uma posição mais independente e multilateral, sem se preocupar tanto com o relações diplomáticas mais rígidas. O segundo ponto trata da questão Palestina, causa para a qual o Brasil, se colocou de modo favorável em função da necessidade de construção de uma posição sólida entre os países árabes, uma decorrência direta da crise econômica e do Choque do Petróleo. Finalmente, na III Comissão, o Chile foi condenado por violação dos direitos humanos, e destaca-se a solidariedade da Delegação brasileira²²¹ e sua oposição à condenação:

*“A Delegação do Brasil emprestou ao Chile um apoio sóbrio e medido, marcando sua oposição à condenação, sem, por outro lado, provocar animosidade ou isolar-se parlamentarmente. Nossa capacidade de ação neste particular foi muito limitada pela falta de solidariedade demonstrada pelo grupo latino-americano, no qual alguns países apoiaram a condenação ao regime chileno”.*²²²

Aproveitando-se da solidariedade brasileira e de seu firme posicionamento na ONU contra a intervenção estrangeira em outros estados quando o tema em questão são os direitos humanos, o governo chileno decidiu na XXX Assembleia Geral (1975), apresentar à III Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas um projeto sobre *“Gozo efetivo dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais”*, cujo objetivo principal era estabelecer um grupo de peritos para estudar um *“sistema de investigação sobre denúncias de violações de direitos humanos”*. O governo chileno pediu ajuda ao Brasil para o encaminhamento da proposta, no documento é possível verificar que o Itamaraty enxergava tal ação como uma forma do país vizinho se proteger contra os recorrentes ataques internacionais dos quais vinha sendo alvo. O Brasil absteve-se da votação e no documento fica justificado seu posicionamento:

²²¹No período analisado os governos do Cone-Sul compartilhavam da mesma ideologia e da mesma maneira de atuar no que diz respeito aos direitos humanos. Em 1977 os governos de Uruguai e Argentina encaminharam mensagens ao governo brasileiro tratando do corte da ajuda militar bilateral dos EUA em função das violações dos direitos humanos nos seus respectivos territórios. Ambos os países reforçaram o argumento de que estas são questões internas e que nenhum outro país tem o direitos de intervir. *Telegrama para o MRE*. p. 3985-3987. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 . Último acesso em: 11/05/2016.

²²²*Informação para o Senhor Presidente da República*. p.1905. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 11/05/2016.

“O Secretário-Geral lembrou ao Encarregado de Negócios do Chile que o Brasil tem votado contra as resoluções que condenam seu país, inclusive porque não considera que as Nações Unidas, por sua Carta, tenham competência para considerar alegados casos de violações de direitos do Homem, a não ser quando eles sejam parte de uma situação que se caracteriza como de ameaça à paz”²²³.

Em telegrama enviado de Nova Iorque para Brasília, é tratada novamente a situação chilena. O tema central da conversa foi a questão dos direitos humanos na ONU. De acordo com o representante chileno, Patricio Carvajal, tudo isso se tratava de um projeto contra toda América Latina e não só contra o Chile. Dessa forma o que se vê no documento é um pedido de ajuda e solidariedade chileno aos países vizinhos para enfrentar a pressão na ONU. Entretanto, Azeredo considerou essa ideia infrutífera e acreditava que não teria força pra ser levada adiante. Outro momento no qual o país vizinho foi tema de discussão se deu no encontro de Geisel com o primeiro-ministro britânico James Callaghan, quando em meio a uma série de temas tratados surge também a preocupação com os casos de violações dos direitos humanos no Chile. Destaca-se o modo como então presidente brasileiro abordou o assunto, com a mesma estratégia retórica utilizada no caso brasileiro, atrelando os direitos humanos ao desenvolvimento econômico:

“[...] Observa, porém, que a evolução chilena não pode ser analisada sob um único prisma. O país passava por uma fase de recuperação econômica, inclusive destinada à reestruturação dos processos econômicos da livre empresa, desejada e estimulada pelas Nações ocidentais, e uma reconversão dessa natureza e dessas proporções não se fazia, evidentemente, sem grandes dificuldades”²²⁴.

No mês de março de 1977 um importante informe para o presidente Geisel traz à luz um *Memorandum* argentino²²⁵ sobre a dualidade de jurisdição da ONU e OEA em matéria de direitos humanos. No documento está descrita a dualidade apontada pela diplomacia argentina por meio da qual a OEA e a ONU tratariam de forma diferente a temática dos direitos humanos. O que o

²²³ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.4572-4574. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 11/05/2016.

²²⁴ *Reunião ampliada entre o presidente da república e o primeiro-ministro James Callaghan*. p.6689 – 6698. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 11/05/2016.

²²⁵ O mesmo tema aparece em um *Roteiro para despacho direto com o presidente da república* com exatamente a mesma data. p.9513. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 11/05/2016.

governo vizinho propunha era a criação de uma hierarquia entre as organizações, passando primeiro pela OEA (regional) e depois pela ONU (global). Entretanto, Azeredo aponta um erro político nessa proposta, pois os representantes na OEA são eleitos individualmente e detém mais autonomia em suas ações, enquanto na ONU se tratam de representantes de governo, o que facilita uma negociação entre governos e mais margem de manobra. Além disso, o foro mundial reduz a influência dos EUA. Também no foro mundial, qualquer condenação fica mais diluída entre outras questões globais. Por fim, a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos havia sido ampliada em 1965 e ampliá-la mais uma vez poderia ser problemático, dando margem para ações mais intervencionistas no plano regional. Para Azeredo, a proposta argentina superestima a possibilidade de controle da CIDH por parte dos estados na região, e dessa forma aconselhou o presidente a não apoiar a ideia argentina²²⁶. Outro momento em que o Brasil fez uso de seu bom trânsito internacional para conseguir apoios importantes na questão dos direitos humanos foi quando, ainda em julho de 1976, na ocasião da eleição para Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres, o Brasil trocou seu voto em favor da Bolívia pelo voto a favor do Brasil junto à CIDH²²⁷.

Outro caso emblemático que ilustra bem como se deu a relação de cooperação do Brasil com seus vizinhos latino-americanos, em especial com o Chile, dentro de um contexto de influência do regime militar, é o mini dossiê tratando da publicação de uma suposta carta entre o Diretor da Dirección de Inteligencia Nacional (D.I.N.A), Manuel Contreras Sepúlveda, e o General de Divisão do Exército Brasileiro, João Batista de Oliveira Figueiredo, em setembro de 1977. O documento oficial enviado pelo Ministério das Relações Exteriores do Chile para a Embaixada brasileira em Santiago desmentia a publicação de tal carta que havia sido publicada em duas revistas de Caracas - *Cuestiones e Nacional* - de acordo com o documento: “*Sobre el particular, este Ministerio puede informar la Embajada de Brasil, que la referida misiva jamás ha sido escrita por el Director de Inteligencia Nacional y que su contenido es total y absolutamente fingido y apócrifo*”²²⁸. Na sequência estão anexados dois documentos que expõem o pedido da chancelaria brasileira ao Chile para que tais cartas fossem desmentidas, onde está dito claramente: “*O porquê do pedido aos chilenos. Porque a iniciativa da declaração de falsidade deve ser chilena*”. Essa sequência de documentos expõe não apenas a relação extremamente íntima e afinada entre o Itamaraty e o alto

²²⁶ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.9767- 9769. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 11/05/2016.

²²⁷ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.1128. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 11/05/2016.

²²⁸ *Telegrama Ministério de Relaciones Exteriores – República de Chile – Embaixada Brasileira/Santiago*. p.526-530. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 11/05/2016.

escalão do governo militar, mas ao mesmo tempo demonstra a força da diplomacia brasileira no continente.

Em setembro de 1978, um Boletim de Imprensa traz uma reportagem da *Folha de SP* abordando a questão de Itaipu e o fato de a usina poder ter algumas turbinas a mais. Entretanto, chama atenção no documento a seleção de um artigo de Paulo Francis na página número dez do jornal e escrito em Nova York, em que o autor trata do fato de o governo brasileiro ter se unido aos governos de Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai para protestar na OEA contra a intervenção dos EUA no caso da Nicarágua²²⁹. No artigo o autor denuncia as violações ocorridas e descreve como se deram os assassinatos em massa e a repressão à imprensa internacional no país caribenho. Sua defesa não é por uma intervenção militar dos EUA na Nicarágua, mas sim pelo fim do auxílio militar ao país. Finaliza destacando um fato interessante: questiona desde quando Geisel assumiu o não intervencionismo como política, já que em 1965 ele era Chefe da Casa Militar de Castelo Branco quando os EUA invadiram a República Dominicana²³⁰.

O tema da cooperação militar bilateral é tratado algumas vezes dentro da documentação reunida por Azeredo da Silveira. Em um longo documento é tratada a relação dos EUA com outros países da América Latina, e destaca-se o fato de que muitos destes países recusaram o apoio militar dos EUA por sua intervenção em questões internas relativas a Direitos Humanos. Entre os países estão: El Salvador, Guatemala, Panamá, Colômbia, Argentina²³¹, Chile e Uruguai²³². Outro longo relatório que traz informações de diversos países vizinhos e da América Latina, no caso chileno tem em destaque o autoritarismo do então governo de Pinochet que extinguiu todos os partidos políticos.

²²⁹ Boletim de imprensa. p. 361-366. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201978.05.11 . Último acesso em 11/05/2016.

²³⁰ Juan Bosch líder do Partido Revolucionário Dominicano havia sido eleito presidente em dezembro de 1962. Seu governo teve início com diversas políticas socializantes como a distribuição de terras e nacionalização de explorações estrangeiras em território dominicano. Em Setembro de 1963 um golpe militar liderado pelo General Elias Wessin y Wessin derrubou o governo democraticamente eleito e em seguida entregou o poder a um triunvirato civil. A Constituição foi abolida em seguida. No dia 24 de Abril de 1965 um grupo de oficiais das forças armadas liderados pelo Coronel Francisco Caamaño, rebelou-se contra o governo empossado e teve início um conflito militar no país, com a perda do controle da capital. Santo Domingo, pelas forças leais ao governo, o Presidente dos EUA, Lyndon Johnson, temendo que o país caribenho se tornasse uma segunda Cuba na região ordenou que a ordem fosse restabelecida, para justificar a invasão da ilha citou a necessidade de garantia da vida dos estrangeiros lá presentes. Foi formada, assim, uma Força Militar interamericana para ajudar na intervenção na República Dominicana. A operação conhecida como “Power Pack”, contou com militares do: Brasil, Honduras, Paraguai, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador, os conflitos duraram até agosto do mesmo ano. Em junho de 1966 com o país ainda ocupado foram realizadas novas eleições com a vitória de Joaquín Balaguer, houve protestos contra a legalidade de tais eleições. A ocupação estrangeira terminou no dia 21 de setembro de 1966. WARNOCK, A. Timothy. *Dominican Crisis: Operation POWER PACK. Short of War: Major USA Contingency Operations* edited by A. Timothy Warnock. Air Force History and Museums Program, 2000. pp 63-74. Disponível em: <http://www.afhso.af.mil/shared/media/document/AFD-101027-044.pdf> Último acesso em: 16/05/2016.

²³¹ O governo argentino deu diversas demonstrações de que não aceitar qualquer ajuda militar dos EUA enquanto esta questão ainda estivesse atrelada aos direitos humanos e qualquer intervenção interna nesse sentido. Isso fica claro também em um grande relatório sobre a PEB onde o governo argentino anuncia a recusa de tal ajuda militar entre 1977/1978. *Relatório PEB*. p. 275. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.01.27 Último acesso em: 11/05/2016.

²³² *Relações externas dos EUA – Evolução recente*. p.183-217. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.06.01 Último acesso em: 11/05/2016.

Entretanto, de acordo com o documento, ao mesmo tempo a questão dos direitos humanos no plano interno parece ter evoluído bastante já que o número de indultos, libertação de presos e salvos condutos aumentou bastante, reduziu-se o número de denúncias de prática de torturas. Por outro lado aumentou o número de desaparecidos. Na VI Assembleia Geral da OEA foi aprovada uma resolução condenatória da observância dos direitos humanos no Chile. Nesse sentido as relações bilaterais do Chile com os EUA encontram seu maior entrave justamente na questão dos Direitos Humanos, assim como no caso brasileiro²³³.

A relação dos EUA com os países latino-americanos tornou-se ainda mais complexa após a publicação da Emenda Harkin, instituindo a liberação ou não de créditos a países em desenvolvimento atrelada a entrega e observação de relatórios relativos aos direitos humanos e o respeito de suas bases. O documento também lembra que essa função foi utilizada apenas uma vez pelos EUA contra o Chile, mas justamente no caso chileno, diversos países europeus eram mais duros com o vizinho sul-americano do que os Estados Unidos. Em 18 de junho de 1976 o representante dos EUA no BID votou contra um empréstimo de 21 milhões de dólares ao Chile para desenvolvimento industrial. Já no dia 21 de julho também de 1976 o representante dos EUA votou a favor de um projeto de empréstimo para o Chile de 38 milhões de dólares sem fazer qualquer menção aos direitos humanos. Em dezembro do mesmo ano o representante dos EUA novamente votou em favor de um empréstimo ao Chile e mais uma vez não fez qualquer menção aos direitos humanos, mas onze membros extra regionais votaram contra o empréstimo justamente por tal questão. Já em março de 1977 na administração Carter o representante dos EUA no BID votou a favor de um empréstimo à Argentina, mas fez questão de mencionar que isso não significava a não observância dos direitos humanos no país.

Dentro desse cenário internacional complexo destaca-se a habilidade da diplomacia brasileira em saber utilizar muito bem determinadas situações em prol de seus objetivos a longo prazo. Telegrama enviado da Delegação brasileira na ONU para Brasília tratando da XXIX Assembleia Geral da ONU (1974), o documento trata das “Credenciais da África do Sul”. Na segunda página do documento o embaixador brasileiro sugere que o Brasil se abstenha na votação, pois isso não irá causar grandes mudanças nas relações com a África do Sul e garantirá ao Brasil uma boa posição no que tange à questão dos direitos humanos tanto no contexto africano, quanto global²³⁴. Três anos mais tarde, em um compilado de notícias sobre a África do Sul, destaca-se em reportagem do Jornal do Brasil, um trecho em que o embaixador do país africano, Sr. Petrorius,

²³³*Documento secreto – 06.05.1977*. p. 99-124. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.04.29 Último acesso em: 11/05/2016.

²³⁴*Telegrama Delegação brasileira ONU – Brasília*. p.420-421. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 12/05/2016.

concorda com a posição brasileira de que direitos humanos são uma questão interna referente a cada governo e que não deve ser usado como razão na ingerência nos assuntos de outros países²³⁵.

* * *

A forma como os presos políticos foram tratados pela diplomacia brasileira é bastante expressiva sobre como o Itamaraty estava, pode-se dizer, contaminado pelo autoritarismo do regime militar. A XXX Assembleia da ONU abordou a questão da anistia a prisioneiros políticos, na ocasião ocorreu a votação do estadunidense em favor da libertação de presos políticos. Em nota, o Itamaraty declarou que a princípio não seria um problema para o Brasil votar a favor do projeto, pois, o país não tinha naquele momento nenhum preso político²³⁶, entretanto, no mesmo documento desaconselha esse voto, uma vez que se tratava da tentativa de imposição de uma ação fiscalizadora. No projeto de voto apresentado por Azeredo destaca-se o seguinte trecho:

“O Brasil não aceita represálias, veladas ou abertas, diretas ou indiretas, como forma de relacionamento internacional. Além disso, uma represália, neste contexto, seria maliciosa, inaplicável e injusta. Maliciosa, porque com intenção política distinta do Projeto. Inaplicável, porque, no Brasil, não existem, como em muitos outros países, mesmo nos mais adiantados, prisioneiros por delitos de opinião política, mas, apenas por delitos de ação subversiva”²³⁷.

Em carta ao Cardeal Basil Hume, Arcebispo de Westminster, o presidente Geisel responde às dúvidas levantadas pelo Arcebispo, que entre inúmeras coisas questiona a questão dos direitos humanos. O presidente busca mais uma vez atrelar os direitos humanos ao desenvolvimentismo econômico, porém, é relevante expor de que maneira se dá a argumentação e qual o repertório utilizado para tentar convencer o interlocutor da boa conduta brasileira: utiliza-se de uma retórica recheada de assertivas falsas a respeito da política interna brasileira e também da própria conduta

²³⁵Telegrama Delegação brasileira ONU – Brasília. p. 324-328. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201977.03.04 Último acesso em: 12/05/2016.

²³⁶Elio Gaspari ao descrever com primazia o período diz: “Em setembro de 1975 passaram 142 pessoas pelos DOI de todo o país. Os desaparecidos do ano já eram sete. Os casos de tortura haviam triplicado em relação a 1974. Apesar da crise paulista, o general Ednardo e seu DOI não eram os “senhores dos cárceres”. Pelo contrário. Naquele mês, no II Exército fizeram-se menos prisões (vinte) que na jurisdição do II (39). Quatro dos sete desaparecidos tinham sido capturados no Rio e dois em São Paulo. Um deles foi visto vivo no cárcere da Barão de Mesquita. No dia 17, o DOI do Ceará divulgou uma nota informando que o vendedor Pedro Jerônimo de Souza, militante do PCB e membro do diretório do MDB de Fortaleza, se suicidara. Tinha 61 anos. Era o 37º suicida do regime, o 17º a se enforcar. No caso, com uma toalha de rosto. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.162.

²³⁷Informação para o Senhor Presidente da República”. p.4365-4370. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 12/05/2016.

militar:

*“[...] não falo das atrocidades individuais cometidas em guerras ou o genocídio tolerado. Nem me refiro ao arsenal de medidas repressivas contra a população de seus próprios países, de que dispõem e se utilizam tantos Governos para tolher, por vezes, expressões elementares da dignidade humana. Nesse contexto, penso particularmente nas abomináveis violações dos direitos humanos por considerações de raça, cor ou por motivações de ordem religiosa. Penso, por exemplo, naquelas violações ainda mais insidiosas e que sempre conseguem escapar à vigilância dos que tomam a si o encargo de custodiar a defesa dos direitos do homem. Penso no homem calado pela fome e pela doença, penso na nação roubada pelo colonialismo predatório, penso no povo com o seu destino tolhido pela dominação política ou econômica por parte de outro povo. Se a cada um desses problemas se procurasse dar a mesma atenção ex-cathedra, admitida a premissa agostiniana de que cada alma vale uma diocese, que terrível encargo não estaria sendo depositado sobre os ombros ou sobre a pena dos que sinceramente sentem uma responsabilidade pessoal sobre o que está acontecendo?”*²³⁸

Como veremos adiante o tema foi frequente durante o período analisado. Em telegrama enviado pelo MRE no dia cinco janeiro de 1978²³⁹ para a Embaixada brasileira em Washington, está contido um comunicado com a orientação de que um funcionário da Embaixada se reúna com um representante da Anistia Internacional e que caso seja indagado sobre qualquer preso político, que diga que a questão será repassada às autoridades competentes do governo brasileiro, para que seja dada uma resposta oficial. Tal documento é uma resposta a outro telegrama enviado um dia antes pela Embaixada de Washington, em que está descrito o pedido, por parte da Anistia Internacional, de um encontro com algum representante diplomático brasileiro para tratar justamente da existência ou não de presos políticos²⁴⁰.

Em interessante documento datado de janeiro de 1978 cujo título é “Propaganda adversa – Cartas para subversivos presos sob orientação da Amnesty International” estão listadas as cartas enviadas aos presos condenados por “atividades subversivas” em Recife. Ao longo do segundo

²³⁸ Telegrama – Carta enviada ao Senhor Cardeal Basil Hume, Arcebispo de Westminster. p.2792-2797. Disponível em:http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 12/05/2016.

²³⁹ Telegrama – MRE – Embaixada brasileira de Washington. p.522. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 12/05/2016.

²⁴⁰ Telegrama – Embaixada brasileira de Washington – MRE. p.523. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 12/05/2016.

semestre de 1977 foram enviadas, ao todo, 4468 cartas a tais presos, a maior parte delas da Alemanha. Está grifado na segunda página do documento o fato de que houve um incremento no número de cartas durante o mês de dezembro, provavelmente em função da greve de fome a que se submeteram alguns presos. Também é frisado o fato de que cerca de duas mil cartas foram enviadas a Samuel Firmino²⁴¹, este que para o regime militar provavelmente fora um dos 203 presos políticos protegidos pela Anistia²⁴². O regime fez uma análise minuciosa das cartas enviadas aos presos políticos brasileiros. No relatório estão detalhados os países de origem das cartas e as quantidades das mesmas. Além disso, explica-se qual a estratégia da Anistia Internacional para que tantas cartas fossem escritas. A organização havia elaborado um sistema de ação que tornará ela própria a responsável pela impressão dos cartões, o principal processo identificado pelos militares fora: *“Publicação de propaganda na imprensa concitando os leitores a escreverem a ROBERTO MOTA. Há a possibilidade de que o mesmo processo tenha sido utilizado com relação aos demais presos”*²⁴³. Estão anexadas as fichas de cada um dos presos - contendo os crimes cometidos - cujas cartas foram analisadas. Estão anexados também, exemplares das cartas. Destaca-se outro trecho do documento já próximo ao seu final: *“A AMNESTY INTERNATIONAL prossegue em sua campanha contra o bom nome do Brasil, utilizando-se de processos capazes de motivar, inclusive, pessoas sem ideologia política a / participarem de um processo danoso à imagem do Brasil no exterior”*²⁴⁴. Nota-se, portanto, uma ideologização da PEB, onde qualquer ação política ou não, que coloque em risco a imagem do Brasil no exterior, seria considerada negativa, subversiva e necessariamente combatida.

Ocorreram outras ações por parte do governo militar, como por exemplo, ações de controle e espionagem de personalidades políticas realizadas pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX)²⁴⁵ como foi o caso do acompanhamento feito da ida de Leonel Brizola à Venezuela em abril de 1978. Esse tipo de ação demonstra de que forma o trabalho do Itamaraty estava intimamente

²⁴¹“Samuel Firmino de Oliveira, profissional do PCBR, está condenado a 58 anos de prisão por assaltos e atividades subversivas, entre as quais destacam-se: Assalto à Cia Souza Cruz, em Olinda/PE; Assalto ao Banco Financeiro em Cavalheiro/PE[...]”. *Documento Confidencial*. p.560-561. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

²⁴²Id. *Ibidem*. p.561.

²⁴³*Documento Confidencial*. p.566-591. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

²⁴⁴Id. *Ibidem*. p.567.

²⁴⁵Ao longo do arquivo analisadas, são alguns os documentos que trazem relatórios secretos realizados no exterior, contendo informações como quem é o “monitor” e quem é a “fonte”. Há um documento em que é apontada a participação de membros do exército, Coronel ou General Tenório/Proença seria naquele momento o mais bem situado “quadro atuante” do PCB dentro das forças armadas. É importante notar que tal revelação teria sido feita em Lisboa, onde o Itamaraty estaria atuando. No final do documento há uma nota dizendo que tais fatos podem ser tentativas dos “comunistas” de encontrar agentes infiltrados em Lisboa, assim como causar desinformação dentro das Forças Armadas. Estão arquivados também outros dois relatórios sobre a atuação e ações de exilados brasileiros no exterior, especialmente João Goulart e o ex-deputado federal José Gomes Talarico. *Relatórios Secretos*. p.201 – 209. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso: 21/05/2016.

ligado a setores repressivos do regime e sabia das violações que estavam sendo cometidas. Nessa ocasião o tema central foi o encontro de Brizola com Mario Soares, primeiro ministro português, este por sua vez declarou que sua ida à América Latina tem um significado importante em um contexto de democratização do continente e também em um momento em que a doutrina dos direitos humanos de James Carter ainda tinha força na região²⁴⁶.

Um caso extremamente desgastante para a diplomacia brasileira, já no final da gestão Geisel/Azeredo, foi a prisão de Flávia Schiling no Uruguai. Em Telegrama enviado no dia quinze de setembro de 1978 pela Embaixada brasileira em Montevidéu para Brasília, a diplomacia brasileira relatou que tinha informações de maus tratos e péssimas condições de alojamento da prisioneira. Também relatou o fato de que Flávia não havia conseguido que algum advogado local a representasse, pois, *“todos os advogados que tentaram defender presos políticos foram presos ou obrigados a deixar o país”*.²⁴⁷ No dia 18 de setembro de 1978 fora enviado outro Telegrama pela Embaixada brasileira em Montevidéu, relatando a ida de dois repórteres da Veja, Adélia Porto da Silva e Ricardo Deonde Chaves, até a capital uruguaia e a busca por informações junto à Embaixada brasileira. A cidadã brasileira, filha do exilado político, Paulo Schiling (economista, político e assessor do ex-governo do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola), havia *“sido presa²⁴⁸ e condenada²⁴⁹ sob a acusação de crime de natureza política, conforme tem noticiado a imprensa e rádio brasileiros”*²⁵⁰. De acordo com o mesmo documento, o advogado, Décio Freitas, havia tentado visitar a prisioneira no dia 13 do mesmo mês sem sucesso. Em seguida o advogado declara que voltará ao Brasil onde daria uma entrevista coletiva divulgando tudo que viu, ouviu e leu sobre o caso, com a esperança de que o governo brasileiro tome alguma posição. Ao final deste primeiro telegrama o então embaixador brasileiro, Agenor Soares dos Santos, pede por orientações ao Itamaraty. Em resposta o MRE o autoriza a enviar um funcionário da embaixada para visitar a prisioneira e a solicitar das autoridades locais, informações sobre o processo ao qual Flávia Schiling estaria submetida. Foi necessária uma longa troca de telegramas entre a Embaixada brasileira em Montevidéu e Brasília para que houvesse a confirmação da nacionalidade brasileira da prisioneira -

²⁴⁶ *Documento Secreto – CIEIX*, p. 593-597. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso: 13/05/2016.

²⁴⁷ Id. Ibidem, p.662-663. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁴⁸ Em documento enviado de Montevidéu ao MRE está anexado o relatório uruguaia a respeito da ocasião e razão da prisão de Flávia Schiling, nele estão descritas todas as ações ou “crimes” cometidos pela então prisioneira. *Telegrama Urgente – Embaixada de Montevidéu – Brasília*, p. 687-689. Disponível:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso: 13/05/2016.

²⁴⁹ Flávia Schiling teria sido condenada a 10 anos de prisão. Além disso, teria obtido nacionalidade uruguaia por escolha própria, o que mudaria sua condição em relação ao governo brasileiro. *Telegrama Urgente – Embaixada de Montevidéu – Brasília*, p. 666. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁰ *Telegrama Urgente – Embaixada de Montevidéu – Brasília*, p. 661-664. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

Flávia Schiling havia entrado com um pedido de nacionalidade uruguaia junto ao governo do país vizinho - e que se seguisse na tentativa de agendamento de uma visita por parte de um representante diplomático brasileiro à prisão uruguaia. Com as informações chegando à imprensa brasileira começaram a surgir manifestações em favor da prisioneira brasileira, como é o caso de carta enviada por Onilda Ourives, membro do Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos. Nela é pedida a intervenção do MRE em relação à prisão de Flávia Schiling²⁵¹. Com o passar do tempo começou a aumentar a pressão interna também no Brasil, a imprensa seguia questionando o MRE por sua inação nesse caso²⁵². Frente à dificuldade de acesso à prisioneira, destaca-se um telegrama onde Agenor Soares da Silva, embaixador do Brasil no Uruguai, escreve ao MRE dizendo que entrou em contato com o responsável uruguaio pelos direitos humanos de modo a tratar sobre uma possível visita a Flávia Schiling²⁵³.

Durante todo o mês de novembro de 1978 foi intensa a troca de telegramas entre a embaixada brasileira no Uruguai e o Itamaraty em Brasília, nos quais estão descritas orientações sobre como tratar a questão de Flávia Schiling. As conversas com o embaixador Uruguaio no Brasil resultaram em respostas sobre como se deu todo o processo de prisão, julgamento e condenação da brasileira em território uruguaio, assim como sua condição na cadeia. Fica claro também que o governo brasileiro não estava tentando interferir nas questões internas do país vizinho, ao pedir explicações ao embaixador uruguaio, General Eduardo M. Zubía. Em Brasília, Azeredo declara: “[...] o Governo brasileiro não estava solicitando qualquer interferência do Governo uruguaio quanto à substância do assunto, isto é, quanto ao fundamento da prisão de Flávia Schilling”.²⁵⁴ No mesmo documento está descrito que o embaixador sugeriria ao governo de seu país que fosse facilitada a visita do Consul Geral de Montevidéu a Flávia Schilling²⁵⁵. Telegrama do dia quatorze de novembro de 1978 enviado pelo MRE à embaixada brasileira em Montevidéu declara que a visita a Flávia Schiling deve ser aceita em qualquer condição²⁵⁶. Em resposta enviada no dia seguinte, Agenor Soares dos Santos, informa que o governo uruguaio concordou com a visita e que

²⁵¹ *Carta ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antônio Azeredo da Silveira*. p. 684. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵² Imprensa questiona a falta de ação do MRE e as condições de encarceramento de Flávia Schiling no Uruguai. *Telegrama MRE – Embaixada em Montevidéu*. p.692-693. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵³ *Telegrama Urgente – Embaixada de Montevidéu – Brasília*. p. 695. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁴ *Telegrama Urgente – MRE – Embaixada de Montevidéu*. p.698. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁵ O telegrama seguinte informa ao representante diplomático brasileiro no Uruguai as condições em que Flávia Schiling foi presa e também sua condição carcerária. Informações estas enviadas pelo embaixador uruguaio no Brasil. No documento é feito o pedido para que se verifique a veracidade de tais informações em território uruguaio. *Telegrama Urgente – MRE – Embaixada de Montevidéu*. p.702. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁶ *Telegrama Urgente – MRE – Embaixada de Montevidéu*. p.703. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

ele pretende determinar ao vice-cônsul, Alcívio Bontanto Marques, que recuse a visita caso não seja garantida uma conversa privada com a prisioneira²⁵⁷.

Finalmente, no dia 17 de novembro de 1978 foi autorizada a visita de uma autoridade brasileira a Flávia Schiling. Longo telegrama enviado por Agenor Soares dos Santos no mesmo dia da autorização da visita, descreve o ocorrido, foram informadas as atividades que as prisioneiras exercem dentro da prisão, além disso, relata-se que muitas das informações previamente passadas pela diplomacia uruguaia poderiam ser confirmadas ali. Tratando exclusivamente da conversa com Flávia Schiling, o documento traz a informação de que tal entrevista durou cerca de uma hora, onde ao falar de sua condenação destaca-se o fato de que ela:

*“Não titubeou em aceitar as acusações; devo dizer neste ponto, que todas as declarações sobre o acontecido e sobre sua participação em subversão foram espontâneas porque, não sendo minha atribuição entrar no mérito da questão ou na justiça da sentença, só por meias palavras procurava inteirar-me de um ou outro pormenor relacionado com a condenação e seus antecedentes”.*²⁵⁸

As comunicações telegráficas prosseguiram pelos meses seguintes tratando não só da condição de saúde da prisioneira como do andamento de sua sentença e a possibilidade de sua libertação. Em janeiro de 1979, telegrama enviado pela Secretaria Geral do MRE e endereçado a embaixada do Uruguai descreve a reunião entre representantes do Itamaraty e o advogado de Flávia Schiling, que revelou o fato de que o governo uruguaio estava muito incomodado com a repercussão do caso e estes estariam dispostos a libertá-la desde que houvesse uma manifestação de interesse, se não, um pedido formal por parte do governo brasileiro²⁵⁹. No mesmo mês Flávia Schiling foi submetida a uma cirurgia na prisão, pois sofria com um fibroma no útero. Diversos telegramas descrevem as negociações para a realização da cirurgia. Documento datado de onze de janeiro 1979 traz a seguinte declaração da própria prisioneira:

*“Yo, Flavia Schiling, digo que estoy de acuerdo en ser operada por los cirujanos del hospital militar de un fibroma en el útero y quiero que la operación se haga sin demora, en las condiciones en que me encuentre, ya que sería la única posibilidad de salvar mi útero, dada la importancia del mioma”.*²⁶⁰

²⁵⁷Telegrama Urgente – Embaixada de Montevideú – Brasília. p. 704. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁸Telegrama Urgente – Embaixada de Montevideú – Brasília. p. 712-717. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁵⁹Telegrama Urgente – MRE – Embaixada de Montevideú. p.788-789. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 13/05/2016.

²⁶⁰Telegrama Urgente – Embaixada de Montevideú – Brasília. p.804. Disponível em:

No dia seguinte fora enviado um novo telegrama ao MRE informando sobre a realização da cirurgia e o bom estado de saúde da prisioneira, são dados inclusive detalhes da operação e de sua recuperação. As mensagens dos dias seguintes trazem informações sobre a dificuldade de se visitar Flávia Schiling no hospital, e são relatados os obstáculos impostos aos familiares da prisioneira para que estes possam visitá-la: “*O regime do hospital é mais rigoroso do que o da penitenciária, onde as visitas de familiares são quinzenais*”.²⁶¹ Entretanto, no mesmo documento é detalhada sua condição de saúde, descrita como muito boa. Há que se destacar uma ação constante nos documentos reunidos neste arquivo acerca deste tema, recorrentemente os telegramas buscam desmentir informações que saíam na imprensa, algo que pode demonstrar não só que as autoridades uruguaias não estavam informando corretamente os jornalistas, mas que também, o Itamaraty não fazia esforços em manter transparência nas informações obtidas e repassadas à imprensa.

Ao mesmo tempo seguem as arbitrariedades por parte do governo uruguaio como o não cumprimento da permissão de visitas diárias da irmã de Flávia Schiling, enquanto esta estivesse internada, assim como a não autorização da ida de um médico de confiança da família ao hospital para avaliar sua saúde antes de sua volta à prisão. Nesses momentos críticos o papel da diplomacia brasileira fora o de acompanhar o caso, mantendo Azeredo da Silveira informado sobre o desenrolar dos fatos e algumas pequenas intervenções e gestões junto às autoridades uruguaias para a tentativa de realização das visitas. Nas diversas mensagens reunidas também estão arroladas informações sobre a ida de Ingelberg Schiling para o Uruguai e sua intenção de visitar a filha, que em fevereiro de 1979 já estava de volta na prisão. O problema nesse caso era que ela não poderia entrar no país dado que seu marido havia sido exilado. Dessa forma, a diplomacia brasileira pediu uma autorização especial, algo que fora concedido algumas semanas depois. Além disso, chamam atenção as diversas cartas enviadas por cidadãos brasileiros dos mais diversos lugares pedindo para que o governo brasileiro intervenha no caso de Flávia Schiling²⁶². Com o mesmo objetivo foi enviado pela Comissão provisória de fundação do Comitê brasileiro pela anistia de Curitiba um extenso abaixo-assinado onde foram reunidas mais três mil assinaturas pedindo pela intervenção brasileira para a libertação da prisioneira²⁶³.

Em todo o arquivo são quase cem telegramas trocados entre a Embaixada brasileira no Uruguai e o MRE, essa exaustiva troca de mensagem demonstra o quanto o assunto era sensível às

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁶¹ *Telegrama Urgente – Embaixada de Montevideú – Brasília*. p.810. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=Acervo_AAS&PagFis=51398&Pesq= Último acesso em: 13/05/2016.

²⁶² *Cartas ao MRE*. p.827. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 15/05/2016.

²⁶³ *Cartas ao MRE*. p.838 - 912. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 15/05/2016.

autoridades de ambos os países, inclusive com declarações de ambas as partes de que esse caso e sua repercussão poderiam causar alguma rusga na relação diplomática entre os países²⁶⁴. Ao final do arquivo há um longo relatório trazendo todo o histórico do caso de Flávia Schiling, e pode-se dizer que se trata de uma prestação de contas do embaixador uruguaio no Brasil, Eduardo Zubía, à gestão do MRE já que se estava muito próximo da troca de governo no Brasil²⁶⁵. Esse mesmo motivo foi o que levou as autoridades uruguaianas a responder as tentativas brasileiras de libertação de Flávia Schiling. Assim, é possível acompanhar de maneira sintética e a partir do ponto de vista das autoridades do país vizinho, toda sua trajetória no grupo *Tupamaros* do Uruguai e compreender o desfecho da situação de sua prisão, de acordo as informações ali relatadas o governo uruguaio não atenderia ao pedido brasileiro de libertação de Flávia Schiling, pois isso significaria: “ - *ignorância da lei uruguaia; - derrocação da filosofia que animou o Governo uruguaio na luta contra a subversão e avassalamento, por parte do Governo nacional, dos poderes da Justiça*”²⁶⁶. Dessa forma o encaminhamento do caso e sua solução final somente se resolveram durante a gestão de Figueiredo e Saraiva Guerreiro.

Com a publicação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979²⁶⁷ e a consequente implantação dos Comitês de Anistia no Brasil (CBA) aumentou muito a pressão e as investidas das mais diversas organizações civis para que fosse concedida liberdade a Flávia Schiling e ela pudesse retornar ao Brasil. Não há qualquer outra informação sobre o caso no arquivo de Azeredo da Silveira analisado na presente pesquisa, entretanto, a organização, *Memórias da Ditadura*, disponibiliza em sua página online um breve resumo de como se solucionou este caso:

[...] Em novembro de 1979, no 1º Congresso pela Anistia, em São Paulo, foi lançada, entre outras, uma ampla campanha para sua libertação. Iniciou-se um movimento nacional de coleta de fundos para financiar custas e honorários profissionais de seu processo, além da passagem Montevideu-São Paulo. E o esforço se ampliou. Os movimentos de Anistia de todo o país empenharam-se na divulgação da campanha pelo retorno da brasileira. Foram lançados cartões de Natal, camisetas com os dizeres 'Flavia teu lugar é aqui', cartazes, selos adesivos onde se lê 'liberdade para Flávia Schiling' e promoveram-se shows com a participação de cantores e artistas simpáticos à causa. Mais e mais entidades

²⁶⁴Telegrama Ministério de Relações Exteriores – Uruguai – MRE. p.916. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 15/05/2016.

²⁶⁵O novo governo militar foi empossado no dia 15 de março de 1979, João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a Presidência da República e Ramiro Saraiva Guerreiro o Ministério das Relações Exteriores. De acordo com Paulo Fagundes Visentini foi dada continuidade ao pragmatismo responsável. VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.271-272.

²⁶⁶Memorandum para o Sr. Ministro de Estado. p.977-986. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 15/05/2016.

²⁶⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm Último acesso: 16/05/2016.

*aderiram à proposta: IAB, ABI, Associação de Professores da PUC/SP, representantes da UNE, sindicatos, além de parlamentares, representantes do 2º Congresso da Mulher Paulista, entre outros. Em 27 de março de 1980 a Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia entregou um abaixo-assinado ao embaixador uruguaio, em Brasília, pedindo ao presidente da República Oriental Uruguai seu retorno. No Rio de Janeiro e em São Paulo os cônsules do Uruguai recebem outros abaixo-assinados de mesmo teor”.*²⁶⁸

Somente no dia quatorze de abril de 1980 Flávia Schiling chegou ao Brasil, após ter sido libertada junto com outros estrangeiros que também estavam presos no Uruguai.

* * *

As relações do Brasil com os EUA ao longo da administração de Geisel e Azeredo foi um ponto crítico da diplomacia brasileira no período, tanto pela proposta pragmática de não alinhamento automático aos EUA, quanto pela questão dos direitos humanos, tema especialmente sensível aos dois países. É possível, assim, detectar sutis influências militares na atuação do Itamaraty. No dia 05 de outubro de 1976 ocorreu em Washington, uma reunião de consulta entre os dois governos, e estiveram frente à frente Antônio Azeredo da Silveira e o Secretário de Estado Henry Kissinger²⁶⁹. Foram discutidos temas como as questões da Rodésia, Namíbia e Angola até finalmente tratar da América Latina. Kissinger demonstrava preocupação com o distanciamento político em relação aos EUA, e vale citar:

“Falando sobre a América Latina, disse Kissinger, preocupar-lhe a tendência que parecia geral no sentido de que os governos fortes no continente se tornavam nacionalistas, direitistas e anti-americanos e os fracos se encaminhavam para a esquerda”.

Azeredo respondeu afirmando: “[...] os EUA não faziam fácil a vida dos Governos deles amigos. Já não falava das dificuldades no plano comercial, financeiro e político, como no caso da atitude

²⁶⁸ *Memórias da Ditadura - Flávia Inês Schiling*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/flavia-ines-schilling/> Último acesso em: 16/05/2015.

²⁶⁹ Em fevereiro daquele ano havia sido publicado um Memorandum de Entendimento entre os dois países, após a assinatura de tal documento Azeredo publicou uma longa nota abordando tal encontro e agradecendo a visita de Henry Kissinger. Junto ao documento está anexada uma fala do Secretário de Estado dos EUA e suas respostas a diversas perguntas, em uma delas ao ser indagado sobre direitos humanos, responde: “*Não é minha obrigação aqui e de público discutir assuntos domésticos internos do Brasil. Porém tive uma oportunidade ontem em minhas conversações de ouvir vários funcionários governamentais brasileiros suas ideias quanto a evolução desse país no campo político e sua percepção do papel dos direitos humanos nesse sentido*”. p. 233. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201975.02.03 Último acesso em: 17/05/2016.

americana sobre direitos humanos, mas até mesmo no plano do relacionamento psicológico”²⁷⁰. Na prática o que se viu já nesse encontro foi uma maneira encontrada pelos os EUA de pressionar os países latino-americanos a continuarem próximos deles.

Em longo informe elaborado por Azeredo e encaminhado a Geisel, é abordada a eleição de James Carter à presidência dos EUA, para o período entre 1977-1981, e quais seriam as principais linhas de atuação de seu governo, Azeredo o definiu como um “*técnico do poder*”, alguém preocupado em aproveitar as oportunidades que lhe beneficiem no poder e não necessariamente em manter certa coerência em suas convicções. Tentando compreender a política externa do que governo que se iniciaria e possivelmente a política de Brzezinski²⁷¹, Azeredo afirma:

*“Assim, enquanto o pensamento Kissingeriano enfatizaria a competição entre as potências, independentemente de suas ideologias ou preferências políticas, a visão Carter/ Brzezinski acentuaria a cooperação sobretudo com países mais próximos filosoficamente dos Estados Unidos”*²⁷².

Segundo Azeredo a vitória de Carter traria uma “reideologização” da política externa dos EUA, o que poderia resultar em contatos mais diretos com os aliados chamados tradicionais pela chancelaria de Carter. Além disso, já estava sendo mais rígido com a questão dos direitos humanos demonstrando, inclusive, uma preocupação ética com essa questão:

*“Embora afirmando respeitar a independência de todas as nações, diz Carter que os Estados Unidos e os seus aliados podem, através do exemplo, de pronunciamentos ou de 'várias formas de persuasão econômica e política' (sic), contribuir para uma melhoria da situação mundial neste terreno”*²⁷³.

Ao tratar das relações bilaterais com o Brasil, destaca-se um trecho de uma entrevista de Carter à revista Playboy antes de sua eleição:

²⁷⁰ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.7934-7941. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁷¹ Em telegrama enviado da embaixada brasileira em Washington para Brasília é traçado um perfil do professor Brzezinski. Ao longo de todo o perfil é feita uma comparação com Kissinger já que ambos são refugiados da IIGM nos EUA, os dois se formaram em Harvard. Destaca-se o fato de que seus alunos descreviam com bons olhos a moral que ele imprimia em suas aulas especialmente em relação as análises políticas e preocupação com os direitos humanos. *Telegrama Embaixada Washington – Brasília*. p.104 – 111. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 21/05/2016.

²⁷² *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.8273-8288. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁷³ Id. Ibidem. p.8279.

*“Quando Kissinger diz...que o Brasil é o tipo de um governo que é o mais compatível com o nosso – bem, isto é o tipo de coisa que nós queremos mudar. O Brasil não é um governo democrático; é uma ditadura militar. Em muitos casos ele é altamente repressivo para com prisioneiros políticos”.*²⁷⁴

Ao citar essa entrevista Azeredo é muito enfático em criticar esse posicionamento impensado do presidente eleito dos EUA. Há um trecho do discurso de posse de James Carter, grifado a mão por Azeredo da Silveira, em telegrama recebido da embaixada dos EUA em Washington, justamente pelo tema tratado. Carter deixa clara a importância da pauta dos direitos humanos em seu mandato, declarou:

*“Já obtivemos um alto nível de liberdade pessoal. E estamos lutando, agora, para ter igualdade de oportunidade. Nosso compromisso com os Direitos Humanos deve ser total – Nossas leis justas – Nossas beleza natural. Preservada. O poderoso não deve perseguir o fraco. A dignidade humana deve ser preservada [...] Não pode haver missão mais nobre nem mais ambiciosa para os Estados Unidos do que assumir, neste dia de um novo início, o compromisso de ajudar a formar um mundo justo e pacífico, que seja verdadeiramente humano.”*²⁷⁵

Em documento elaborado pelo Itamaraty há uma síntese do Segundo Relatório Linowitz, publicação elaborada pela Comissão de relações Estados Unidos – América Latina, este novo relatório busca apresentar as diretrizes da Política Externa dos EUA no mandato do novo presidente James Carter, e assim reúne orientações teóricas de especialistas, aliadas aos desejos práticos do novo mandatário. No documento há um breve resumo de alguns pontos-chaves colocados no primeiro relatório publicado em 1974, onde se sobressai o fato de que o tema dos direitos humanos já estava presente no primeiro relatório, e que apesar de muitas das recomendações não terem sido seguidas pela administração anterior, viu-se a restrição a ajuda econômica ao Chile e Uruguai por suposta violação dos direitos humanos, além das emendas criadas, condicionando os empréstimos e ajuda militar ao respeito aos direitos humanos. O novo relatório publicado em novembro 1976 traz novas recomendações em que duas se destacam. Logo no capítulo introdutório é reforçada a importância do continente latino-americano nos objetivos dos EUA e a necessidade de cooperação,

²⁷⁴Id. Ibidem. p.8286.

²⁷⁵*Discurso de posse de James Carter (traduzido)*. p. 2502-2503. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201974.03.15 Último acesso em: 17/05/2016.

assim reforça-se a importância do respeito mútuo e então é feita a primeira recomendação: “1) A nova administração deverá prontamente comprometer-se a respeitar a soberania de cada nação latino-americana e a não-intervir unilateralmente, de forma aberta ou velada, em seus assuntos internos”²⁷⁶.

No terceiro capítulo justamente sobre “Direitos Humanos” é destacado o fato de que dele decorrem sete recomendações, demonstrando a importância que tal tema tem dentro da opinião pública norte-americana. Destaca-se o fato de que o Brasil foi citado algumas vezes no texto desse relatório, primeiro de uma forma negativa, pois, segundo o relatório, é justamente nos países mais desenvolvidos do continente que ocorrem as maiores violações, e em seguida é exposto o fato de que parte da classe política local buscou trabalhar em favor da diminuição de tais violações. Nota-se, porém, que há uma contradição dentro do próprio relatório, pois ao mesmo tempo que no primeiro capítulo é proposta uma menor intervenção dos EUA nos países do continente, ao mesmo tempo, se coloca como aquele capaz de arbitrar as violações ocorridas ou não. Por fim, no que tange aos direitos humanos são feitas as seguintes recomendações:

- “3. A administração deverá aumentar sua capacidade interna de averiguar ('assess') violações de direitos humanos no hemisfério e no mundo.
4. O governo dos EUA deverão assinar e buscar a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos.
5. O Governo dos EUA deverá apoiar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os organismos não-governamentais e da ONU incumbidos de observar o respeito a esses direitos.
6. Reservando-se determinar se houve ou não graves e sistemáticas violações desses direitos, os EUA deverão levar em conta relatórios das Organizações Governamentais e privadas a esse respeito.
7. O Governo dos EUA não deverá conceder ajuda militar ou vender equipamento militar ou de polícia a países que pratiquem graves e sistemáticas violações a esses direitos.
8. Os EUA não deverão prover assistência econômica bilateral ou multilateral que signifique apoio a regimes que pratiquem graves e sistemáticas violações desses direitos.
9. Os EUA deverão considerar suas Embaixadas como refúgio temporário para pessoas perseguidas em razão do exercício de direitos civis e políticos básicos”²⁷⁷.

²⁷⁶ Segundo Relatório Linowitz. p.3853-3864. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁷⁷ Id. Ibidem. p. 3859.

Tais ações expõem como a administração Carter enxergava os direitos humanos como ferramenta de política externa, mas mais do que isso, como o governo militar brasileiro enxergava essa questão, uma vez que o documento descrito foi produzido pelo Itamaraty em um momento de tentativa de compreensão de quais caminhos seguiria a Política Externa dos EUA e como se posicionar frente a esses ataques. Ao dizer que os EUA devem se apoiar nos organismos governamentais e não governamentais para tratar a questão dos direitos humanos, vê-se que associações como a Anistia Internacional teriam relevância nesse ponto, o que foi demonstrando acima com as diversas denúncias colocadas contra o Brasil nos fóruns internacionais.

Já no início de março de 1977 as diretrizes da Política Externa dos EUA começam tem demonstrações mais claras, durante a “Atlantic Conference” realizada em Atlanta destacaram-se dois temas principais na relação dos EUA com a América Latina: Direitos Humanos e a Questão Nuclear²⁷⁸. Ao tratar dos direitos humanos, fica nítido que os EUA denunciariam e se preocupariam com as violações aos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, mantinham apoio a governos autoritários na América Latina.²⁷⁹ Uma mostra de como a questão dos direitos humanos começou a influenciar as relações entre os dois países se deu também em março de 1977, quando em um informe ao Presidente da República, Azeredo, ao traçar um histórico do acordo militar entre os dois países, destaca o fato de que o *Memorandum* de Entendimento assinado em 1976 ano deixa de estabelecer um vínculo entre a assistência militar vigente em 1977 e o acordo assinado em 1952, em função das denúncias de violação dos direitos humanos e a necessidade da elaboração de relatórios sobre tal questão²⁸⁰. Tal tema segue em pauta em novo informe datado do dia 29 de março de 1977, e no documento é abordado o impedimento a realização de empréstimos bancários a qualquer país que tenha realizado alguma violação grave de direitos humanos. Tal mecanismo de proibição é a já citada Emenda Harkin, e determinava ao representante dos EUA no Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a votar contra qualquer empréstimo, concessão de assistência financeira ou assistência técnica a qualquer país que adote uma atitude consciente de violação dos direitos humanos. Fica clara a intenção dos EUA de pressionar e promover a doutrina dos direitos humanos em diversas esferas e na comunidade internacional. Entretanto, vale dizer que tal emenda só foi colocada em prática uma única vez contra o Chile, apesar de terem existido inúmeras outras

²⁷⁸ Como foi citado anteriormente o Brasil assinou um Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA, tal acordo não foi bem visto pela diplomacia estadunidense que passou a utilizar diversos artifícios para demonstrar sua insatisfação com o que se deu e principalmente, sua insatisfação com ter sido deixado de fora das discussões e controle da produção energética nuclear no Brasil.

²⁷⁹ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.9280-9284. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁸⁰ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.9466-9469. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

possibilidades de utilização da mesma²⁸¹.

Carter reforçou a nova política externa dos EUA em palestra realizada na Universidade de Notre Dame no dia 23 de maio de 1977, pontuando a importância da sua atuação na defesa dos direitos humanos e não-proliferação nuclear. Ao longo do documento aparece por diversas vezes a expressão: “direitos humanos”, destacando o fato de que os EUA já não enxergam os regimes marxistas comunistas como uma ameaça a sua segurança. A retórica dos direitos humanos e sua consequente doutrina é também uma forma de se colocar contra uma possível liderança da URSS no cenário internacional. Seu objetivo era de propor uma política externa mais ativa, de liderança e ofensiva, não mais uma política defensiva como os EUA praticaram até então. Entretanto, isso gerou uma reviravolta importante nas relações bilaterais com o Brasil, uma vez que, de acordo com Azeredo, os Estados Unidos superestimaram sua capacidade de influência junto ao Brasil. O governo brasileiro utiliza esse mesmo documento para pontuar que:

*“A posição brasileira, na área dos direitos humanos, parte da premissa de que nossa política externa tem por base, histórica e doutrinária, o princípio da não-ingerência nos assuntos internos e externos dos demais países. Nos EUA, pelo contrário, toda concepção internacional de hoje é eminentemente intervencionista”.*²⁸²

A chancelaria brasileira criticou abertamente a politização ocorrida em relação a esse tema, que a seu ver naquele momento estava sendo utilizada para atender aos interesses dos EUA, baseando-se em avaliações unilaterais. Além disso, declara fortemente que os EUA já haviam entendido a posição brasileira, mas optaram por outra forma de ação. O Itamaraty fazia questão de destacar também o quanto o vaivém da problemática dos direitos humanos era prejudicial ao Brasil e especialmente à sua economia, pois os EUA não conseguiam manter a coerência nesse tema²⁸³.

Os empréstimos financeiros tornaram-se durante um período uma boa forma encontrada pelos EUA de pressionar os países no que tange aos direitos humanos. Entretanto, em telegrama enviado da embaixada brasileira de Washington há uma preocupação dos diretores do BIRD e BID quanto ao crescente endividamento externo do Brasil. São levantadas hipóteses de financiamento e empréstimos que não ferissem as regras relacionadas aos Direitos Humanos. Um contra-argumento

²⁸¹ *Informação para o Senhor Presidente da República*. p.9742-9749. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁸² *Relatório Relações Brasil – Estados Unidos da América*. p.11413. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁸³ *Relatório Relações Brasil – Estados Unidos da América*. p. 2978. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 16/05/2016.

utilizado é o de que há proteção aos direitos humanos através do financiamento internacional e suas diversas possibilidades, assim, se buscava pressionar tais instituições através da ideia de que o desenvolvimentismo econômico é capaz de ajudar a atender as demandas do direitos humanos²⁸⁴. No dia sete de março de 1977, Azeredo foi convocado à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre o Acordo Nuclear com a RFA, a rejeição brasileira à ajuda militar dos EUA nesse tema e a atual crise entre os dois países, assim como o relatório recebido tratando da questão dos direitos humanos²⁸⁵.

As aproximações com a Alemanha Ocidental trouxeram consequentes reações dos EUA, em documento que trata do assunto. No item “Brasil – EUA: Denúncia dos acordos de cooperação militar” está registrado que “*Ao não ter sido apresentado ao Congresso, até 31 de janeiro de 1978, o relatório correspondente sobre direitos humanos o Brasil desqualificou-se, automaticamente, para o Programa FMS, a ser implementado no próximo exercício fiscal, tanto para as compras a crédito quanto à vista*”. No documento também estão descritas as formas como o governo dos EUA regula e controla os empréstimos e apoios militares, e como isso se dá de acordo com o respeito ou não dos direitos humanos, está anexado o “Aide-Mémoire” apresentado pela embaixada dos EUA em Brasília. Nele se destaca o fato de que o não envio de relatório relativo à questão dos Direitos Humanos o Brasil não estará habilitado para novas vendas à vista do FMS (Foreign Military Sales) para o ano de 1979. É preciso chamar atenção também ao fato que ao se apresentarem dados sobre a troca comercial entre os dois países, nas quais os EUA aparecem com a balança comercial favorável, os “equipamentos militares” têm listados os valores disponíveis a partir de 1975. Entretanto, o fato de o Brasil ter denunciado os acordos militares existentes entre os dois países e a recusa a entregar um relatório sobre direitos humanos fez com que todos os contratos de cooperação militar e venda de equipamentos fossem encerrados, o que poderia gerar pressões político-econômicas nos dois lados²⁸⁶. Há um documento secreto datado de cinco de maio de 1977 que explica bem e de maneira sintética como se deu o desentendimento em torno dos Acordos de Assistência Militar existentes. Em março de 1977 foi feita a denúncia por parte do Brasil, e o documento revela que esse fato não foi uma ação isolada, mas sim resultado de um desenvolvimento na relação entre os dois países desde 1965, quando da operação de intervenção militar na República Dominicana. De acordo com a publicação, o Brasil saiu daquele episódio

²⁸⁴Telegrama – Embaixada brasileira Washington – Brasília. p. 3982-3984. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 16/05/2016.

²⁸⁵Comunicado da Câmara dos Deputados. p. 4103 – 4105. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁸⁶Relações/RFA/Brasil/EUA p.388 – 420. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso: 17/05/2016.

fortalecido e buscou a cada ano consolidar sua independência em relação aos EUA, mas encontrou mini crises pelo caminho, como a introdução de produtos manufaturados brasileiros no mercado estadunidense, a questão do mar territorial, reatamento diplomático com a China Comunista, Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental, estabelecimento de relações diplomáticas com Angola e também a questão dos direitos humanos, todos esses aspectos fizeram com que fosse necessário a assinatura do *Memorandum* de Entendimento no início de 1976, de acordo com o documento:

*“A aplicação do Memorando de Entendimento se estava processando normalmente quando se deu a eleição e a posse de Carter, e, imediatamente em seguida, surgiram pressões contra o Acordo Nuclear com a Alemanha, simultaneamente com desordenada e desestruturada no política, essencialmente intervencionista em relação aos direitos humanos”.*²⁸⁷

Em longa entrevista de Azeredo da Silveira realizada em novembro de 1977²⁸⁸, o Ministro posiciona-se fortemente na defesa de um papel global do Brasil na crise dos anos 1970, onde o país não é uma nação frágil, mas sim uma importante economia que buscava participar dos processos de tomada de decisão internacionais. Além disso, se coloca em favor da produção de energia nuclear sem fins militares, algo que para o Brasil é fundamental em seu processo de desenvolvimento. Finalmente, ao tratar sobre direitos humanos, Azeredo afirma:

*“O Brasil é absolutamente favorável da observância dos Direitos Humanos. Nós vivemos, graças a Deus, neste momento um período de paz. Hoje há a consciência dessa observância dos direitos humanos. Há total liberdade de imprensa²⁸⁹, você sabe, como seria criticada qualquer coisa que representasse algo contra esse princípio. Agora é uma ilusão do país que pretende fazer isso: que direitos humanos imponham uma dependência política, uma dependência inclusive a modelos políticos.”*²⁹⁰

No mesmo documento existem outros dois trechos que ilustram bem como o Brasil via a interferência dos EUA nesse assunto:

²⁸⁷ *Documento Secreto*. p. 10 – 12. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.04.29 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁸⁸ *Entrevista Antônio Azeredo da Silveira*. p. 57-66. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201977.11.25 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁸⁹ Somente em 1979 após a publicação da Lei da Anistia é que fora criado o Conselho Superior de Censura com a missão de abrandar a censura existente, tal órgão foi criado a partir do Decreto nº83.973 e deveria ter como competência rever em grau de recurso as decisões censitórias realizadas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal e da Divisão de Censura e Diversões Públicas. Somente em 1987 é que a censura é completamente extinta no Brasil. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²⁹⁰ Id. *Ibidem*. p.64.

“Um país como o Brasil não pode aceitar que seus problemas nacionais sejam resolvidos por ações de fora. Isso não tem nada a ver com qualquer outra ideia generosa que possa haver no momento. Seria uma artificialidade pensar que um país como o Brasil vai resolver seus problemas nacionais pressionado. Qualquer solução que fosse decorrente de uma pressão externa não seria uma decisão brasileira. Seria uma decisão a curto prazo, falaciosa, sem nenhuma possibilidade de ser mantida”²⁹¹.

E também:

“Nós somos muito amigos dos Estados Unidos nós pretendemos manter essa política de amizade, nós estamos contentes com a visita do Presidente Carter ao Brasil. Mas isso é um verdade que eu acho sobre a qual existe uma consciência nacional: os problemas brasileiros são para ser decididos pelos brasileiros”²⁹².

Deve se notar duas questões relevantes: a habilidade político-diplomática do Itamaraty, uma vez que se propõe essa argumentação em um período temporal muito próximo ao que Azeredo trocava elogios e mantinha uma relação próxima o secretariado de estado dos EUA, demonstrando um claro interesse entre as partes, com constantes idas e vindas, assim como, fica clara a crítica a uma interferência externa dos EUA ao governo brasileiro ao tratar desse assunto e de sua relevância interna. Assim, o Itamaraty reproduz um argumento de soberania nacional carregado durante anos, mas também reproduz a vontade do governo militar de que nenhum outro estado interfira em questões, que na concepção governista vigente, dizia respeito somente ao cenário interno.

Em entrevista concedida à rede CBS dos EUA em março de 1978 e transcrita em documento oficial do Itamaraty, Geisel reforça a amizade e a boa relação diplomática existente entre o Brasil e os EUA há mais de 150 anos. Num segundo momento é colocada a questão dos direitos humanos e perguntado o que o presidente brasileiro pensava da política implementada por Carter. Geisel reconhece a importância do assunto, e retoma o argumento de que direitos humanos vão além da questão política:

“Acontece, entretanto, que quando se fala em direitos humanos limita-se a análise a problemas de natureza política. Eu tenho a convicção de que o problema dos direitos humanos é muitíssimo mais vasto; direitos humanos

²⁹¹Id. Ibidem. p.63.

²⁹²Id. Ibidem. p.65.

*envolvem direitos econômicos e principalmente direitos sociais. Em país pobre, onde a economia não está suficientemente desenvolvida, onde há, conseqüentemente, problemas sociais e onde o povo está sujeito à exploração por ideologias estranhas, não é possível que o quadro político seja idêntico ou semelhante àquele dos países ricos, ou que os parâmetros da vida democrática sejam exatamente iguais. Acho, pois, que os direitos humanos não são apenas políticos, são também de natureza econômico-social e nos preocupam muito”.*²⁹³

Esse trecho da entrevista exemplifica muito bem duas questões centrais na análise proposta. Primeiro o quanto o governo militar estava preocupado em desvincular às críticas as violações dos direitos humanos de uma questão político, levando a discussão para o plano econômico, de modo a suavizar e relativizar o que ocorria em território brasileiro. Em segundo lugar, expõe a articulação entre a alta cúpula do regime e o Itamaraty com um claro afinamento de discursos, pois é possível encontrar o posicionamento contrário a essa política externa dos EUA baseada na promoção dos direitos humanos e conseqüente intervenção e desrespeito à soberania de outras nações - especialmente na América Latina - em outras esferas. Ele se fez presente em diferentes pontos de atuação, como pode-se observar, por exemplo, em um boletim de imprensa formulado pelo Itamaraty. No dia 22 de Setembro de 1978 o Jornal de Brasília tem uma manchete na primeira página com os dizeres: “*Silveira quer acabar com a discriminação*”, a reportagem aborda a conferência que Azeredo faria no dia seguinte²⁹⁴ no Wodroow Wilson International Center For Scholars. Seu objetivo nessa conferência, de acordo com o jornal, é acabar com a política de recriminação especialmente no que tange aos direitos humanos como tema de política externa²⁹⁵. Um novo Boletim de Imprensa publicado dois dias depois traz uma matéria do Correio Braziliense dessa vez abordando sua conferência no Wodroow Wilson International Center For Scholars após sua realização. Nela é trazida a reflexão proposta por Azeredo sobre o fato de que não se pode saber o quanto a política dos Direitos Humanos encampada por James Carter é um expediente de promoção nacional ou de fato é uma tentativa de levar adiante uma vocação do país²⁹⁶.

Telegrama enviado da Embaixada brasileira em Washington em outubro de 1978 traz um

²⁹³ *Entrevista Ernesto Geisel – CBS*, p.592. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁹⁴ Há uma série de reportagens que tratam de temas e eventos que ocorreriam nos dias seguintes à publicação. Muito provavelmente são resultado de um trabalho de assessoria de imprensa do ministério, mas também uma forma de os jornais terem o que o publicar sem ter que se preocupar com o crivo da censura.

²⁹⁵ *Minuta de Telegrama – Boletim de Imprensa.*, p. 342. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201978.05.11 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁹⁶ *Minuta de Telegrama – Boletim de Imprensa.*, p. 569-571. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201978.05.11 Último acesso em: 17/05/2016

relato detalhado e com trechos do discurso do senador Edward Kennedy à Associação de Imprensa Interamericana. São citados diversos assuntos: economia, segurança no continente e também o tema dos Direitos Humanos. Nesse caso fala-se da força que tal questão vem ganhando em todos os países da região. Em seguida são citados três casos especiais: República Dominicana, Brasil e Chile. Ao tratar do Brasil são mencionados fatos como a iminente eleição indireta de João Baptista de Oliveira Figueiredo, que será o próximo presidente militar e que conduzirá o fim do regime militar. Além disso, destaca-se o fato de que a censura à imprensa só se aplica à mídia eletrônica naquele momento, o AI-5 será cassado, habeas corpus restituído e ocorrerá a diminuição nas violações dos direitos humanos. Por fim, vale citar o último parágrafo do documento que aponta mais uma vez a importância que o Brasil tinha para o projeto de Política Externa dos EUA e como era visto o seu papel no cenário internacional, assim como suas perspectivas internas:

“Brazil is crucial to the future of human rights, democracy and development in South America and across the spectrum of non-aligned and developing countries. Its capacity to continue, and hopefully, to speed up, its return to democratic institutions and rule by law, and to address serious social and economic issues, will have regional, indeed global impact”²⁹⁷.

* * *

Ao analisarmos a documentação referente às visitas do presidente dos EUA, James Carter, e também do Secretário de Estado, Cyrus Vance, ao Brasil se pode ter uma ideia do como o Itamaraty se movimentou e se preparou para tais visitas, além da tomada de contato com procedimentos diplomáticos criados para tirar melhor proveito das ocasiões, como foram as comunicações com as chancelarias de Venezuela e Nigéria – dois países na rota de visitas de James Carter – através destes contatos e trocas constantes de informações, o Itamaraty teve acesso a alguns dos pontos críticos da visita de Carter à Venezuela, como por exemplo, a irritação do país vizinho com algumas imposições dos EUA e também o trato de temas como direitos humanos por parte da delegação dos EUA. Isso, de acordo com a documentação, ajudou a chancelaria na preparação à visita de Carter²⁹⁸.

Rosalynn Carter visitou o Brasil em junho de 1977²⁹⁹, e tal ação foi vista como um

²⁹⁷Telegrama – Embaixada brasileira Washington – Brasília. p. 2614-2616. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201974.03.15 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁹⁸Informação para o Senhor Presidente da República. p.12651-12654. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 17/05/2016.

²⁹⁹Índice Geral – Visita de Rosalynn Carter. Neste documento está contida toda a preparação da chancelaria brasileira para a visita da primeira-dama dos EUA. São apontados os principais temas a serem tratados, assim como as diretrizes da PE dos EUA e as razões da visita. p.54 – 68. Disponível em:

importante gesto diplomático por parte dos EUA para demonstrar a importância do Brasil dentro de sua política externa. Assim, no dia seis daquele mês a esposa de James Carter encontrou-se com Azeredo da Silveira, na ocasião disse estar muito contente com a possibilidade de tal visita e faz um preâmbulo, declarando não apenas a vontade de seu marido de conhecer o Brasil e poder conhecer melhor algumas das demandas brasileiras, mas também a necessidade de se buscar novas relações em todo o planeta e que nesse sentido o Brasil detém uma posição importante na América Latina. Rosalynn também declarou ser importante ter o tema dos direitos humanos como algo central nessa nova direção da PE dos EUA, já que, de acordo com a fala da primeira dama, os EUA não iriam mais se alinhar com qualquer ditadura apenas para bloquear o avanço comunismo e, além disso, era preciso transformar recursos destinados à defesa em desenvolvimento. Azeredo respondeu a primeira-dama pontuando que são diversas as relações entre os dois países, portanto, seria óbvio que haveria desacordos, mas que em relação aos direitos humanos o Brasil também está fazendo sua parte. Destacou ainda que isso está sendo referendado pela comunidade internacional já que o Brasil fora eleito membro da Comissão dos Direitos Humanos na ONU. O Chanceler brasileiro também salienta a compreensão por parte da diplomacia brasileira de que essa nova política dos direitos humanos dos EUA é parte de uma estratégia de confrontação à URSS. Na tréplica Rosalynn Carter menciona o fato de que a defesa dos direitos humanos não era dirigida a um único país, mas a todo o mundo³⁰⁰. Nesse encontro é possível notar um posicionamento do Itamaraty em favor, não apenas da preservação da imagem brasileira no cenário internacional, mas buscando legitimar e proteger um projeto de PEB que, como já foi exposto, até aqui ignora qualquer possibilidade de investigação e análise das violações apontadas, sempre protegendo-se com o discurso da soberania nacional e não intervenção.

No dia oito de junho de 1977 Rosalynn Carter se encontrou com o presidente Ernesto Geisel. O documento que registra o encontro faz uma síntese da audiência entre Geisel e Rosalynn Carter, que estiveram acompanhados de Azeredo da Silveira e do embaixador dos EUA no Brasil, John Crimmins. Há um aspecto que de imediato chama muita atenção nos dois documentos que tratam da visita de Rosalynn Carter ao Brasil: trata-se justamente do fato de que na lista de presentes, a esposa de James Carter é citada como “Sra. Carter”, não há qualquer menção ao seu nome. Isso ocorre ao longo dos dois documentos, demonstrando um aspecto sexista e machista não só na redação dos documentos, mas também na maneira de enxergar a participação feminina na construção da política internacional. Não se trata de entrar aqui na querela da luta feminista nos

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.06.01 Último acesso em: 19/05/2016.

³⁰⁰ *Notas sobre a conversa de Rosalynn Carter e Azeredo da Silveira*. p. 4429 – 4438. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 18/05/2016.

anos 1970 e durante o regime militar, por duas razões simples: estaríamos fugindo demasiadamente ao tema e não teríamos tempo e espaço para realizar tal discussão com a qualidade que ela merece. Entretanto, fica o registro da não existência de qualquer cuidado com essa questão no período aqui analisado.

Logo no princípio do encontro o presidente Geisel, Rosalynn fez questão de ressaltar a importância que James Carter dava a Geisel e ao Brasil, pois este era o presidente com quem mais trocava cartas. Além disso, destacou o fato de que a política hemisférica dos EUA está baseada em três aspectos fundamentais: Compromisso com os direitos humanos, respeito pela soberania dos países, e reconhecimento da natureza individual de cada nação, propostas que se colocam contraditórias frente à prática política que Carter estava implementando. Geisel em uma primeira resposta apontou que o Brasil respeita os direitos humanos e é signatário da Carta da ONU. Além disso, trabalha incansavelmente para que o país possa dar a base de sustentação econômica necessária para o desenvolvimento pleno do homem. Entretanto, chama atenção ao fato de que o Brasil, por ainda ter falhas estruturais econômicas e sociais, é um terreno fértil para a propagação de ideais comunistas, por isso é preciso estar atento a todo momento e declarou: “*Embora a índole de seu povo seja basicamente contrária a ideias comunistas devido ao sistema econômico em vigor e a sua formação religiosa, não podemos perder de vista as deficiências básicas de nossa estrutura religiosa*”³⁰¹. Rosalynn Carter afirmou compreender a posição brasileira e parabenizou o presidente por seus esforços nesse sentido e também por pressionar as instituições da Justiça para que julgassem elementos da Polícia e funcionários do governo que intervinham nesse processo. Nesse ponto fica clara a falta de conhecimento da primeira-dama em relação à repressão sistemática que ocorria no Brasil, algo que demonstra a eficiência da diplomacia em preservar a imagem do país internacionalmente e não deixar que determinadas informações circulem com facilidade. Ao final da conferência Geisel fez fortes menções a ação brasileira buscando preservar e atuar de maneira ativa na questão dos direitos humanos, fazendo uma pequena provocação aos EUA que passavam por um momento extremamente turbulento no que tange a conflitos raciais³⁰². Entretanto, reflete pouco

³⁰¹ *Audiência concedida por Geisel à Senhora Carter*. p. 1543 – 1552. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 18/05/2016.

³⁰² Em longo relatório publicado em agosto de 1979 são feitas denúncias de casos de racismo e violações de direitos humanos nos EUA e na África. São detalhadamente apresentados os apoiadores do relatório, os juristas que analisaram a questão, o andamento dos trabalhos, os critérios utilizados e o que fora encontrado ao longo de todo o trabalho de apuração. A ação do relatório se deu através de caravanas percorrendo diversos lugares nos EUA onde ocorreram violações. Ao longo do relatório são listados diversos casos de violações de direitos humanos contra negros nos EUA, demonstrando a recorrência de tais fatos, mas, não invalidando o fato de que caso não tenham citados no relatório que as violações não tenham ocorrido. São listados também presos políticos, diversos casos nominais são citados e a conclusão é de que são recorrentes as violações nas cadeias americanas quando o prisioneiro está recluso por alguma razão política. Chega-se a conclusão que a questão racial é crucial nos EUA no que diz respeito as definições de penas e condenações. Os relatores do processo deixam claro que é assustador encontrar tais violações em um dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo. Em seguida é feito um apelo à ONU para que medidas sejam tomadas. São encontradas também diversas mostras de que o governo dos EUA através da história agiu sistematicamente para o extermínio da população indígena. *Report of international jurists visit with human right petitioners in the United States*. p. 2626 – 2703. Disponível em:

sobre o quanto o preconceito no Brasil não está escancarado, mas instituído sutilmente em todas as esferas sociais. Destaca-se o trecho:

“Continuou lembrando um fato que caracteriza, melhor, talvez do que qualquer outro, o respeito profundo do Brasil e dos brasileiros pelos direitos humanos: a ausência de preconceitos raciais e religiosos. O Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multi-racial convivendo em harmonia. Com uma legislação que data de muitos anos e que pune severamente quaisquer tendências racistas. Um povo livre, enfim, que respeita essas liberdades”³⁰³”

O presidente Ernesto Geisel enviou uma carta a James Carter agradecendo a visita de sua esposa ao país, ao responder sobre os direitos humanos, Geisel diz acreditar que os dois compartilham de opiniões parecidas e que a única diferença é que o Brasil não interfere nas questões referentes a outros países; *“O que o Brasil recusa, e continuará recusando, é a intervenção de outros países em assuntos que consideramos internos, pois temos o dever para com o nosso povo de não lhes criar novas formas de dependência”³⁰⁴*. Em outubro de 1977, durante a Assembleia Geral da ONU, Azeredo da Silveira se encontrou com o Secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, entre diversos temas foi tratada brevemente da visita de James Carter ao Brasil no ano seguinte. Azeredo informa que recebeu muito bem a notícia dada por Vance e reforçou o posicionamento brasileiro quanto a questão dos direitos humanos, onde discordava da política proposta pelos EUA e não poderia aceitar medidas que interferissem nos interesses brasileiros, por fim ficou acertado que os demais detalhes da visita de Carter e os pontos que Geisel gostaria de tratar seriam enviados a Cyrus Vance quando Azeredo da Silveira voltasse a Brasília, uma vez que não teve tempo de tratar do assunto com o presidente brasileiro³⁰⁵.

Como forma de preparação à visita de James Carter³⁰⁶ o Itamaraty elaborou dois documentos com as principais ações da PEB e da Política Externa dos EUA, para que Geisel tivesse acesso às principais informações e problemas da relação entre os dois países no período. Tem

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201974.03.15 Último acesso em: 21/05/2016.

³⁰³Id. Ibidem. p. 1552.

³⁰⁴*Telegrama – Carta de Geisel a Carter*. p.4505-4507. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 18/05/2016.

³⁰⁵*Telegrama Delegação brasileira ONU – Brasília*. p. 57 – 61. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20onu%201977.03.04 Último acesso em: 19/05/2016.

³⁰⁶Nos EUA a visita de Carter ao Brasil foi duramente criticada por alguns setores do Congresso norte-americano. *Telegrama Embaixada de Washington – Brasília*. p. 278. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 19/05/2016.

destaque a questão dos direitos humanos, sua relação direta com o *Memorandum* de Entendimento, a denúncia dos Acordos de Assistência Militar e a necessidade de entrega de relatórios sobre o assunto. Entretanto, fica em relevo o trecho em que está dito que as relações entre os dois países vão muito além dessa questão, como os problemas causados pelo protecionismo dos EUA³⁰⁷. Outro documento preparatório a essa visita é uma proposta de agenda³⁰⁸ para a reunião entre Geisel e Carter do dia vinte e dois de março de 1978, na qual, entre diversos temas econômicos, estão listadas algumas questões políticas. São elas: atitude norte-americana com relação ao Brasil; atitude brasileira com relação aos EUA; Direitos Humanos; Energia Nuclear e Segurança Continental.

Há ainda outro documento com o objetivo de preparar o presidente para o encontro com Carter, trata-se de um “*Roteiro das conversações presidenciais*”, e nele estão alinhadas as orientações gerais da chancelaria brasileira para o encontro entre os dois presidentes. A argumentação segue a linha da necessidade de crescimento econômico para que se garantam os direitos básicos do homem. Assim, são duramente criticadas pelo Brasil quaisquer questões ligadas ao protecionismo econômico, pois, são uma forma de limitação do desenvolvimento e conseqüentemente dos direitos humanos. Em determinado trecho há um forte juízo de valor quando é dito que “*As eventuais violações de direitos humanos de natureza política que ocorrem no Brasil são, nitidamente, ações de caráter individual e o Governo as condena e reprime*”³⁰⁹, após a admissão de tais violações, é feita uma espécie de categorização das mesmas, como se fosse possível fazer qualquer medição nesse sentido. Na sequência, o documento pontua o que se pode chamar de “dois pesos, duas medidas”, pois: “*Tais violações, que ocorrem igualmente em países desenvolvidos, não são interpretadas nesses países, nem podem ser interpretadas em relação ao Brasil, como parte de uma política governamental de violação dos direitos do homem*”³¹⁰. Desse modo, a chancelaria brasileira está cobrando mais coerência dos mecanismos internacionais de vigilância e controle. O Brasil: “*Teme que, dessa forma, a questão dos direitos humanos seja retirada do plano ético, em que deve estar colocada*”³¹¹, reiterando, portanto, sua posição em oposição a formas de ação no campo dos direitos humanos que decorram de interesses de um ou outro Estado. É preciso explicitar também o fato de que a orientação do Itamaraty para o encontro era, que fossem os EUA, o primeiro lado a tocar no assunto “direitos humanos”³¹².

³⁰⁷ *Informação ao Senhor Presidente da República*. p.1710 – 1722. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 18/05/2016.

³⁰⁸ *Proposta de agenda para a reunião do dia 22 de março de 1978*. p. 1969-1974. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=PREG&PagFis=23913&Pesq=> Último acesso em: 18/05/2016.

³⁰⁹ *Roteiro das conversações presidenciais. Texto avançado sobre Direitos Humanos*. p.6092 – 6096. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 18/05/2016.

³¹⁰ Id. Ibidem. p.6094.

³¹¹ Id. Ibidem. p.6096.

³¹² *Roteiro para conversações presidenciais*. p. 309 – 317. Disponível em:

Na reunião entre Geisel e James Carter, estavam presentes também os respectivos chanceleres e conselheiros. Os temas discutidos foram basicamente África e Oriente Médio. Logo no início do documento são apresentados alguns temas debatidos e a preocupação de ambos os lados com o fato de que países como Angola e outros países na África que estavam sob domínio comunista. Foram feitas avaliações apontando a necessidade de uma maior participação ocidental no continente, com auxílio de países europeus. Ao tratar do Oriente Médio os dois presidentes concordaram que os conflitos entre Israel e Palestina, especialmente a intervenção militar israelenses em território palestinos era uma questão de violação de direitos humanos³¹³. Em um resumo/briefing sobre esse primeiro encontro entre Geisel e Carter fica claro que não se falou sobre Direitos Humanos e Acordo Nuclear. Destaca-se: “*Nem uma palavra sobre direitos humanos ou a questão do acordo nuclear*”³¹⁴. Não foi descartada naquele momento a possibilidade de que o assunto fosse tratado no encontro do dia seguinte, e também está descrito no documento a insistência de repórteres com o fato de os dois assuntos não serem tratados e o fato de isso ter ou não esvaziado o encontro. Não há, no arquivo analisado, qualquer menção a essa segunda reunião realizada entre os dois presidentes. No dia 30 de março fora publicado um “*Comunicado Conjunto de Imprensa*”, na declaração fica claro que o tema central do encontro foi a crise no Oriente Médio, mas os direitos humanos são citados rapidamente como um compromisso fundamental dos EUA. Já Geisel reforçou a importância do desenvolvimento econômico para a garantia de tais direitos³¹⁵.

O encontro de Cyrus Vance com Ernesto Geisel ocorreu em 1976 e em longo informe para o presidente da República, Azeredo traz uma série de observações a respeito do secretário de Estado. São colocadas questões centrais que devem ser tratadas na ocasião da visita e, além disso, alguns temas mais complexos como o tópico da CIDH e a questão dos direitos humanos tem tratamento diferenciado. Nesse ponto fica clara a oposição de opiniões na qual os EUA se colocam de maneira contrária ao Brasil, que defende a noção de, “*observância dos referidos direitos é matéria de jurisdição interna de cada Estado, não cabendo a organizações internacionais ou órgãos correlatos impor ou ditar normas de conduta*”.³¹⁶

Alguns meses antes da visita do Secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, ao Brasil em

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 19/05/2016.

³¹³ *Secreto – Exclusivo. Primeira reunião do presidente Ernesto Geisel com o presidente James Carter.* p.1978-1990. Disponível em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=PREG&PagFis=23913&Pesq=> Último acesso em: 18/05/2016.

³¹⁴ *Resumo Briefing.* p.607 – 616. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 19/05/2016.

³¹⁵ *Comunicado Conjunto a Imprensa.* p. 617 – 624. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 19/05/2016.

³¹⁶ *Informação para o presidente da república.* p. 603/630. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201974.04.16 Último acesso em: 19/05/2016.

informe enviado ao presidente Geisel é tratada a questão da visita de funcionários da diplomacia dos EUA ao Brasil, entre eles o embaixador, Allard Lowestein, representante dos EUA na ONU. Entretanto, não houve qualquer comunicação oficial referente a essa visita e a diplomacia dos EUA não soube detalhar com precisão o que o embaixador faria no Brasil, quais seriam os temas das palestras que daria, e quais outros países estariam em sua rota. Lowestein fez parte da Comissão de Direitos Humanos na ONU que denunciou o Brasil. Segundo o documento, um de seus objetivos seria fornecer informações sobre o programa de direitos humanos do governo Carter. Foram feitas algumas ressalvas quanto ao modo que a questão dos direitos humanos seria tratada em suas palestras que proferiria. Por fim, Azeredo propõe que pelo teor dos assuntos a serem tratados, tal visita deveria ser adiada para dali três meses, ou seja, após a visita de Cyrus Vance. Essa seria uma maneira de não desprestigiar a visita do Secretário de Estado³¹⁷.

No dia vinte e dois de novembro de 1977, Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira concederam audiência a Cyrus Vance e ao embaixador dos EUA no Brasil, John Crimmins³¹⁸. Na ocasião, Vance, agradece pela oportunidade e declara a vontade de Carter de visitar o país em março do ano seguinte, para continuar as conversações iniciadas por sua esposa, Rosalynn, e também as ideias discutidas na reunião que ocorria naquele momento. No início do encontro, Vance, trouxe a pauta informações que ele obteve em conversações com a diplomacia argentina em Buenos Aires a respeito do programa nuclear argentino. Geisel declarou apoio ao país vizinho e afirmou estar certo dos fins pacíficos do programa nuclear argentino, mantendo assim coerência em relação à PEB, que tinha por ponto central a cooperação com a América latina. Também foram tratados o aumento do preço do petróleo, e Vance, fez questão de frisar sua atuação junto a membros da OPEP para que o aumento não prejudicasse tanto os países não produtores ou que não fossem autossuficientes. Ao final do encontro o Secretário de Estado agradeceu pela recepção e pela objetividade dos assuntos tratados, ressaltou que em encontro privado com Azeredo da Silveira pode “*discutir, franca e abertamente, a questão dos direitos humanos*”.³¹⁹ Foi publicado em dezembro de 1977 um longo documento tratando em detalhes dos principais temas discutidos entre as duas partes durante a visita

³¹⁷ *Informação para o presidente da república*. p.10796-10801. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 20/05/2016.

³¹⁸ Tal visita já havia sido mencionada e encaminhada em Paris no mês maio de 1977 quando da Conferência de Energia, em telegrama retransmitido para Embaixada brasileira em Washington. p.51 -56. Em junho também de 1977 Azeredo envia uma carta a Cyrus Vance agradecendo pelo encontro ocorrido em Granada durante a Assembleia da OEA e o quanto tal oportunidade foi boa para o alinhamento e entendimento de pontos que estavam começando a se tornar críticos entre as duas chancelarias. Confirma-se mais uma vez a visita de Vance ao Brasil em outubro daquele ano. p.67 - 69. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.01.27 Último acesso em: 20/05/2016.

³¹⁹ *Audiência concedida por Geisel ao Secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance*. p.5544 - 5553. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 20/05/2016.

de Cyrus Vance ao Brasil³²⁰. De início é citado brevemente o tema dos direitos humanos, e observou-se que Patrícia Derian, responsável pelo Escritório de Direitos Humanos da comitiva de Cyrus Vance, não teve nenhum interlocutor no Brasil, demonstrando o fato de que esse tema não despertou nenhum interesse do grupo brasileiro. Além disso, Cyrus Vance, foi à Argentina, onde contou com o apoio do país vizinho em relação a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no continente.

Ao longo do documento fica claro que a opção pela política dos Direitos Humanos significa uma mudança de postura de toda a PE dos EUA, indo de uma posição defensiva, representada pelo anticomunismo vigente até o governo Nixon / Ford, para uma posição ofensiva ilustrada na política de promoção dos Direitos Humanos. A URSS seria, portanto, o principal alvo dessa política, entretanto, tal postura traria reflexos políticos em todo o mundo. O documento também demonstra que há a intenção por parte dos EUA de moderar os conflitos entre os dois países, mas não irá atenuar a questão dos direitos humanos. Para Azeredo a relação bilateral entre os dois países não se esgota nas questões nuclear e de direitos humanos. Destaca-se um parágrafo em que está dito:

*“Se, no entanto, a questão da não proliferação nuclear, por corresponder a um campo específico do conhecimento humano, é passível de discussões limitadas, o mesmo não ocorre com relação à questão dos direitos humanos. Essa, por sua riqueza de possibilidades, por sua indefinição semântica, presta-se amplamente ao manejo político”.*³²¹

Em seguida reafirma a posição brasileira nesse ponto, sempre atuando de maneira não intervencionista, o oposto da ação dos EUA. Dessa forma fica explícito em todo o documento que o Brasil se viu com condições de manter um firme posicionamento em relação a questões chave de sua PEB mesmo frente aos EUA, o que de acordo com Azeredo, gerou alguns conflitos com a administração Carter, especialmente em seu início. A visita de Cyrus Vance também demonstrou ao Itamaraty a preocupação dos EUA com questões nucleares na América Latina, especialmente na Argentina. Assim, o firme posicionamento brasileiro favorável ao país vizinho serviu para demonstrar a coerência da PEB e sua não dependência aos EUA. Além disso, fica claro que existia uma hierarquia de importância dos temas para a administração de James Carter:

“[...] a questão nuclear é a de maior importância substantiva para a

³²⁰ A visita do Secretário Cyrus Vance. p. 133 – 148. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.01.27 Último acesso em: 20/05/2016.

³²¹ Id. Ibidem. p.146.

Administração Carter. Sempre que necessário, os demais temas, inclusive o dos Direitos Humanos, passam ao plano secundário podendo mesmo se transformar em instrumento político para o encaminhamento das questões nucleares”³²².

Azeredo da Silveira enviou a Geisel detalhado relato de seu encontro particular com Cyrus Vance. No princípio do encontro foram tratadas questões relativas a energia nuclear, e o tema central foi a relação com a Argentina. Somente durante o almoço foi tratada brevemente a questão dos direitos humanos. Azeredo descreve as conversas dele com Cyrus Vance nas quais o Secretário de Estado mais uma vez explica as razões dos EUA e da administração Carter estarem atuando dessa forma na política externa em relação ao tema dos direitos humanos. Azeredo afirma que entende a atuação dos EUA, mas não pode dizer que concordava com os objetivos e com a avaliação que a administração Carter fazia da atuação brasileira e declara: “*O Brasil deseja e pratica uma política de respeito aos direitos humanos*” e que a partir daí nenhum governo pode dizer a outro como fazer isso. Além disso, insinuou que a política dos EUA de condenação às violações dos direitos humanos era muito mais dura com determinados aliados e menos com outros, o que podia por desmoralizar a própria ação dos EUA. Também afirmou que não poderia seguir comentando o assunto, já que não via por onde seguir. Seguiu-se mais ou menos a mesma linha e a mesma lógica do que se viu no encontro entre Vance e Geisel³²³. Entretanto, um fato curioso fez com que a diplomacia brasileira tomasse contato com outras opiniões da diplomacia dos EUA: o Secretário de Estado, Cyrus Vance, esqueceu no local onde ocorreu o encontro com Geisel, um documento contendo todos os pontos que deveriam ser tratados na reunião e algumas linhas de atuação, e destacou-se o fato de estar lá o tema dos direitos humanos e esse não ter sido tratado no encontro com o presidente da República. Além disso, viu-se uma série de informações a respeito da relação dos EUA com a Argentina no que tange a energia nuclear, percebeu-se que já havia um acordo entre as duas partes e que isso seria utilizado pelos EUA para pressionar o Brasil. Observou-se, portanto, que Cyrus Vance esqueceu deliberadamente de falar dos direitos humanos e omitiu outras informações relacionadas ao país vizinho³²⁴.

Uma carta escrita de próprio punho por Azeredo da Silveira a João Baptista Figueiredo com comentários datilografados e anexados são tratados diversos temas caros à PEB, especialmente sua

³²² *A visita do Secretário de Estado Cyrus Vance ao Brasil*. p. 368 – 370. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 20/05/2016.

³²³ *Encontro Azeredo da Silveira e Cyrus Vance*. p. 11893 – 11901. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 20/05/2016.

³²⁴ *Informação ao Presidente da República – Visita Cyrus Vance*. p. 11707 – 11710. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 20/05/2016.

conduta em relação à questão da energia nuclear³²⁵. Em determinado momento é citado o fato de que no plano ideológico o embate se dava entre Comunismo e o que era chamado de “Ideias Ocidentais”, onde todo o conflito é consubstanciado na temática dos Direitos Humanos, e em seguida surgem considerações sobre as diferentes abordagens relativas à temática dos Direitos Humanos no chamado Ocidente. Destaca-se a diferença de ênfase dada entre os países europeus e os EUA. Surge, nesse momento, um elemento novo a essa questão, e que até então não havia sido citado, que é a colocação dos direitos humanos como busca de uma nova moral laica, no momento em que fraquejam as convicções religiosas que serviam nos EUA, até então, de base ética da sociedade. Esse novo componente ajuda a explicar a insistência de James Carter com a política dos direitos humanos dentro da diplomacia dos EUA e o como isso é colocado em frente a comunidade internacional. O documento segue pontuando e descrevendo a atuação do Itamaraty nos diversos foros internacionais e nas questões centrais no cenário global, sendo apresentados dados econômicos sobre o Brasil e como a PEB influenciou nisso. Também há um grande apanhado sobre o que é o Brasil no cenário internacional, preparando o próximo governo. Há outra menção a questão dos direitos humanos quando são tratadas algumas críticas que o país recebeu por sua abordagem na temática de energia nuclear. Entretanto, Azeredo destaca o fato de que, naquele período, o país ganhou agilidade e habilidade nos foros internacionais o que lhe ajudou a lidar com as denúncias relativas aos direitos humanos e livrou o país de ter sua imagem sitiada internacionalmente como África do Sul, Israel e Taiwan. Nesse sentido, pode-se dizer que a diplomacia brasileira serviu muito bem para garantir uma boa imagem do país no cenário internacional, buscando dessa maneira consolidar sua política desenvolvimentista através de um pragmatismo responsável, entretanto, sem se preocupar com o que ocorria internamente.

³²⁵Carta Azeredo da Silveira – João Baptista Figueiredo. p.36-73. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201978.08.30 Último acesso em: 20/05/2016.

4. Azeredo da Silveira, o arquivo, a identidade e a autonomia

É preciso passar em detalhes, de que maneira as interferências apresentadas no capítulo anterior, através da documentação e a questão dos direitos humanos, influenciaram e interferiram no posicionamento brasileiro no cenário internacional e, mais do que isso, qual foi o resultado de tais fatos na proposta de PEB apresentada e levada adiante por Azeredo da Silveira e Ernesto Geisel entre 1974 – 1979. De que forma isso influenciou na construção e manutenção da identidade e imagem do país nos fóruns internacionais. Para tal é preciso retomar alguns conceitos teóricos a esse respeito.

O posicionamento do Itamaraty face às diversas denúncias de violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil, assim como, em relação a política externa do presidente dos EUA, James Carter, foi a de combater e tentar barrar toda e qualquer denúncia ou dossiê contra o país. Isso se deu através de gestões diplomáticas eficientes nos fóruns e organizações internacionais (ONU e OEA), a forte condenação de qualquer tentativa de intervenção na soberania nacional dos estados, tentativas de pressão política sobre o tema, ou ainda, a condenação de medidas financeiras – impedimento de empréstimos dos bancos de desenvolvimento BID e BIRD - contra países que não divulgassem relatórios anuais sobre as condições e respeito aos direitos humanos. De acordo com o que propõe Maria Regina Soares de Lima³²⁶, tal conduta fez com que o Brasil se afastasse do modelo inglês de definição da política externa dos países médios ou em desenvolvimento, ou seja, o Brasil abriu mão de uma relação especial com a potência hegemônica - no caso os EUA - não sendo mais tão interdependente economicamente, uma vez que eram várias as questões e desacordos de ordem econômica e comercial³²⁷, assim como denunciou os Acordos de cooperação militar assinados em 1952 e que após 1977 seriam revogados³²⁸, e passou a dedicar mais tempo e atenção aos vizinhos latino-americanos³²⁹.

Pode-se dizer, portanto, que a maneira de atuação da diplomacia brasileira frente à questão dos direitos humanos e à manutenção de sua identidade e autonomia no cenário internacional manteve-se coerente com a proposta de “pragmatismo responsável” - marca da gestão de Azeredo da Silveira - buscando a diversificação de parceiros diplomáticos, econômicos e políticos. Assim, o modelo francês ganhou força por privilegiar a autonomia política, econômica e diplomática, e, dessa

³²⁶ LIMA, Maria Regina Soares de. (2012). *As aspirações do Brasil na Política Exterior*. Mimeo.

³²⁷ *Informação ao Senhor Presidente da República*. p.7934 – 7941. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 25/05/2016.

³²⁸ *Brasil – EUA: Denúncia dos acordos de cooperação militar*. p. 386 – 395. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201976.00.00 Último acesso em: 25/05/2016.

³²⁹ *Informação para o Senhor Ministro de Estado*. p.1128. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.03.00/2> Último acesso em: 25/05/2016.

forma, através da política dos direitos humanos e do posicionamento brasileiro em questões chave, como por exemplo, o caso de Israel³³⁰, foi facilitada e ampliada a diversificação de parceiros diplomáticos e econômicos, atendendo a dois interesses, o desenvolvimentismo econômico³³¹, tão caro à cúpula do regime militar, e a manutenção da imagem do país no contexto internacional, algo extremamente importante para o Itamaraty dentro de sua tradição diplomática. Além disso, o modelo francês proposto por Maria Regina Soares de Lima destaca-se pelo forte interesse em relações regionais prósperas e pacíficas, o que foi reforçado pelo maior interesse e ação do Brasil em relação a seus vizinhos, tanto na questão dos direitos humanos, por exemplo, a atuação brasileira junto ao Chile e sua defesa em determinados momentos nas cortes internacionais³³², assim como a relação mais próxima à Argentina nos casos das construções das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, e também uma atuação mais ativa em proposições diplomáticas no que dizia respeito aos direitos humanos³³³. Esse posicionamento automaticamente serviu de questionamento à orientação tradicional de alinhamento estreito com os EUA, mostrando ao regime militar que era possível e necessário outro caminho diplomático e econômico. O mais interessante de notar neste ponto é que o “pragmatismo responsável” de Azeredo da Silveira, reforçou o que é proposto por David Nascimento Barbosa em *Habitus Diplomático*³³⁴, de uma adaptação ao momento político do país, o Itamaraty não só estava adaptado ao que o regime pretendia, como em momento algum propôs qualquer reflexão interna, autocrítica ou problematização das denúncias de violações dos direitos humanos recebidas e também de outras medidas repressivas que estariam ocorrendo. Depreende-se dessa análise a noção de que o Itamaraty não só sabia o que se passava nos porões do regime³³⁵ e se

³³⁰ *Informação ao Senhor Presidente da República*. p. 6074-6076. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 25/05/2016.

³³¹ *Roteiro para as conversações do presidente Ernesto Geisel, por ocasião de sua visita à República Federal da Alemanha*. p.6056 – 6088. Disponível em:

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 25/05/2016.

³³² *Informação ao Senhor Presidente da República*. p. 1899 – 1905. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 25/05/2016.

³³³ *Informação ao Senhor Presidente da República.. Memorandum argentino sobre a dualidade de jurisdição da ONU e OEA em matéria de Direitos Humanos. No documento está descrita a dualidade aponta pela diplomacia argentina onde OEA e ONU tratariam de forma diferente a temática dos direitos humanos, o que o governo vizinho pretende é que se crie uma espécie de hierarquia entre as organizações, passando primeiro pela OEA e depois pela ONU, entretanto, Azeredo aponta um erro político nesse ponto, pois os representantes na OEA são eleitos individualmente e detem mais autonomia em suas ações, enquanto que na ONU se tratam de representantes de governo, o que facilita uma negociação entre governos e mais margem de manobra. Além disso, o foro mundial reduz a influência dos EUA. Também no foro mundial, qualquer condenação acaba ficando mais diluída entre outras questões globais. Por fim, a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi ampliada em 1965. Para Azeredo a proposta argentina superestima a possibilidade de contro da CIDH por parte dos estados na região, dessa forma aconselha o presidente a não apoiar a ideia argentina*. p. 9767 – 9769. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.03.26 Último acesso em: 25/05/2016.

³³⁴ BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010.

³³⁵ Em documento disponibilizado pela Comissão Nacional da Verdade é possível verificar que o Itamaraty tinha total conhecimento das atividades realizadas pelos militares no Cone sul. Disponível em: https://issuu.com/cnv_brasil/docs/telegrama_visita_de_adidos_militare. Último acesso em: 25/05/2016.

adaptou a esse novo momento, como foi conivente e cúmplice de todo o contexto interno político-repressivo brasileiro ao agir em defesa do regime nos fóruns internacionais, algo explicitado nos documentos aqui lidos e analisados. Por último, nem mesmo essa atuação brasileira frente a questão dos direitos humanos nos permite pensar que a PEB aproximou-se do modelo alemão de aprofundamento regional, pois, apesar da solidariedade aos vizinhos latino-americanos, como vimos em alguns casos, o Brasil, não atuou de maneira direta nos fóruns regionais em busca de uma reinserção no cenário internacional, seja por condutas anteriores ou por qualquer outra ação autoritária prévia na sua política externa.

Como já foi visto, Letícia Pinheiro³³⁶, segue a mesma linha de raciocínio onde a diferença de atuação está em momentos de maior ou menor proximidade e alinhamento à potência hegemônica, entretanto, adiciona algumas nuances à segmentação da atuação da PEB durante o regime militar. Viu-se que o Itamaraty durante o período de exceção foi de um momento de maior alinhamento aos EUA, partindo, na conceituação proposta por Pinheiro, de um Americanismo Ideológico (1964-1967), passando pelo Americanismo Pragmático (1967-1974) - paradigmas que colocam os EUA em posição central na política externa, onde a aproximação com Washington garantiria maior acesso aos recursos de poder, porém, maior dependência - até, finalmente em 1974, chegar ao Globalismo Hobbesiano, ou seja, maior ênfase ao processo de diversificação das relações exteriores do Brasil visando à maximização de poder e do prestígio internacional do país, sustentando um sistema internacional sem uma grande autoridade, um estado de todos contra todos. Segundo a autora, o Brasil teria passado por um momento de Globalismo Grotiano nos anos pré-golpe, entre 1961-1964, quando estava vigente a PEI, e o paradigma de que mesmo considerando-se a anarquia do sistema, se pressupunha ainda sua normatividade. Nesse contexto, os Estados não buscam apenas seus ganhos relativos, mas também absolutos, ou seja, não se submetem apenas às regras de prudência e de conveniência, como também à moralidade e à lei. A dimensão globalista hobbesiana da diplomacia brasileira a partir de 1974 garantiu ao Brasil um engajamento não automático aos EUA, além de maior autonomia no cenário internacional em um período crítico da Guerra Fria, dando ao país uma distância qualificada no debate e na negociação dos temas mais relevantes. Tal autonomia também se deu a partir de uma maior participação internacional nos foros de debates e espaços de tomadas de decisão. Algo que se viu claramente na questão dos direitos humanos com a eleição do Brasil para a Comissão de Direitos Humanos na ONU³³⁷ e também a reeleição de Dunshee Abranches na OEA³³⁸. O mesmo se repetiu no convite feito para a realização de uma

³³⁶ PINHEIRO, Letícia. (2000). Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol. 22, nº 2, julho-dezembro, pp. 305-335.

³³⁷ *Eleições do Brasil para Comissão de Direitos Humanos*. p. 172. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20be%201977.04.29 Último acesso em: 25/05/2016.

³³⁸ *Eleições CIDH*. p.766 – 795. Disponível em:

conferência do Embaixador brasileiro em Nova Iorque para tratar justamente da visão brasileira dos direitos humanos³³⁹.

Nota-se então que a diplomacia brasileira viveu entre 1974 e 1979 uma mescla de duas formas semelhantes de se fazer política externa, o “Modelo Francês” e o “Globalismo Hobbesiano”, modelos que muitas vezes se confundem e se complementam. Entretanto, é possível adicionar uma nova nuance a esses modelos tendo como ponto de partida a questão dos direitos humanos e o como o tema foi posto em disputa durante a gestão de Azeredo da Silveira e Ernesto Geisel. É possível considerar que esse período tenha a alcunha de “Globalismo Dependente”, pois, durante o período e sob a chave de análise da influência dos direitos humanos na atuação diplomática brasileira, nota-se que boa parte das ações e gestões realizadas nos fóruns regionais e globais, deu-se em função da ação direta da administração de James Carter na questão dos direitos humanos, ou seja, o Itamaraty buscou preservar a imagem e identidade do Brasil e de sua diplomacia no cenário internacional, em função de denúncias e pressões político-econômicas exercidas por organizações não governamentais, mas principalmente pelo governo dos EUA. Assim, há uma preocupação e dependência imagética e retórica do Itamaraty ao que os EUA definiam como política externa, e a partir daí uma atuação e defesa global por parte da chancelaria brasileira. O Brasil buscava, então, se defender nos espaços regionais e globais para se fazer política externa, justamente para garantir seu não alinhamento automático e sua autonomia política e econômica frente aos EUA. A identidade internacional brasileira se via atrelada ao que os EUA pensavam e faziam em relação as violações de direitos humanos no Brasil e na América Latina de uma maneira geral, e por outro lado tal identidade internacional do Brasil se construía através da utilização dos fóruns globais e regionais como o espaço para sua ação política e de defesa.

* * *

Ao trabalhar a vida e carreira de um diplomata brasileiro durante o regime militar e ao analisar seu arquivo pessoal com o objetivo de compreender sua atuação como chanceler e verificar o grau de autonomia do Itamaraty durante o regime autoritário, é preciso ter em mente que o arquivo se trata de uma escolha pessoal, onde foram reunidas ali documentos e ações que o sujeito julgou relevantes e que deveriam, portanto, estar guardadas para a posteridade como um recorte e

http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.01.16 Último acesso em: 25/05/2016.

³³⁹ *Telegrama Embaixada em Washington. Política – Estados Unidos e Brasil. Trata-se de uma consulta a Azeredo sobre uma possível conferência do embaixador J.B. Pinheiro sobre Direitos Humanos. Na conferência o embaixador brasileiro apresentaria o ponto de vista brasileiro sobre a questão dos direitos humanos.* p. 4666. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20d%201974.04.23 Último acesso em: 25/05/2016.

um registro de determinado momento histórico dentro daquela instituição. Trata-se de um ato político calculado e que tem um objetivo bastante claro de lembrar aquilo que se quer lembrar e não lembrar ou omitir aquilo que não se quer ou não se pode lembrar

David do Nascimento Batista³⁴⁰ no livro *Habitus Diplomático: Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar*, a partir de uma abordagem sociológica expõe de que maneira o Itamaraty que, sempre foi visto como capaz de manter uma posição equidistante das intervenções estatais mudou seu comportamento a partir da ascensão dos militares ao poder em 1964. Para tal toma como base o sociólogo, Pierre Bourdieu, e o conceito de *habitus*³⁴¹, através do qual os diplomatas seriam agentes específicos dentro de um campo singular participando de um jogo excepcional. Sua hipótese é, portanto, de que os diplomatas do Itamaraty teriam integrado o sistema repressivo não por coação, mas por adaptação, estando dispostos e dedicados ao seu campo. O *habitus* dependerá da disposição e capacidade do agente de atuar e se envolver em um determinado campo ou estrutura. É preciso então que haja um processo de conversão do indivíduo a agente desse campo e estrutura.

O Estado não era para a diplomacia durante o regime militar uma esfera amorfa, tratava-se de muito mais que isso, algo com o que eles deveriam se preocupar e buscar conservar. Com o golpe em 1964, estes se viram frente a uma escolha necessária e logo se identificou de que lado estava o poder real. David Nascimento aponta que o diplomata compreende que existem certos mecanismos de controle chamados de “molas flexíveis” que servem para evitar grandes rupturas. Assim, se valoriza a ação, neutralidade e eficácia do Estado, e a partir disso é possível compreender como o Itamaraty adere ao *status quo* independente do governo. O Itamaraty não precisou ser constrangido pela linha-dura do regime para aderir ao status quo autoritário nos anos de 1968 e 1969, quando a repressão do regime alcançou níveis nunca antes vistos, dado que sua opção pelo autoritarismo se deu bem antes da queda de João Goulart³⁴². Por fim e com base nos documentos, o autor então chega a conclusão de que por omissão ou ação o Itamaraty foi parte de um esquema que por quase três décadas foi marcado pela violência e ilegalidade. Nas palavras dele: “*Os diplomatas atuam por práticas específicas, cujo poder de adaptação facilita a adequação do campo a qualquer contexto, seja ditatorial, seja democrático, dada uma propensão, por habitus, ao que podemos chamar de adaptação por razões estruturais*”³⁴³.

É possível perceber assim, que há de um lado, certa autonomia garantida graças a tradição do Ministério e a uma cultura interna ou *Habitus*, enquanto que de outro, algumas barreiras e

³⁴⁰ BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

³⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

³⁴² BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 248.

³⁴³ Id. *Ibidem*. p. 277.

limitações são colocadas, pois, o governo militar via a necessidade de controlar de alguma forma a ação dos diplomatas, muitas vezes escolhendo quais seriam aqueles que poderiam seguir carreira dentro do Itamaraty³⁴⁴, além de tratar de maneira próxima os passos que seriam dados na PEB, especialmente na parte econômica, pois, esta interferia diretamente na busca pelo progresso e industrialização, objetivos muito caros aos militares. Assim, a noção de autonomia que o regime militar deu ao Itamaraty durante o período analisado se distânciava daquilo que Norberto Bobbio e Nicola Matteucci³⁴⁵ expõem, pois esta, conta com elementos de descentralização administrativa (interior à administração), autoadministração (cargos confiados a pessoas eleitas por seus pares) e democracia.

A partir disso, é possível dizer que há claramente uma construção coletiva do que é e de como se consolidou o Itamaraty durante a sua formação enquanto instituição e também durante um dos períodos de regime autoritário dentro do estado brasileiro, e a mentalidade da instituição se comprova estar preparada à necessidade de adaptação de acordo com o governo vigente. Entretanto, se deve refletir sobre o que há de interferência e decisão pessoal na composição do todo desse processo, especialmente tendo como ponto de partida para essa problematização, um arquivo pessoal. Ao longo de toda a documentação lida e também das fontes secundárias analisadas, Azeredo mostrou ser um sujeito que não só aderiu ao “novo momento” pós-1964, mas também se mostrou alguém que concordava com o que o regime estava propondo. Alguns exemplos já foram citados: a maneira que Azeredo se referiu a pessoas de esquerda³⁴⁶, seu alinhamento com opiniões do presidente³⁴⁷, até mesmo a maneira como ele “diplomaticamente” se incomodou com o método utilizado por Geisel para conhecer sua carreira e prática diplomática³⁴⁸. Além disso, a documentação analisada traz mostras da ligação próxima do Itamaraty com o Serviço Nacional de Informações, algo que já foi apontado acima com alguns relatórios de acompanhamento de exilados. Entretanto, há um curioso documento do SNI que traz informações sobre um grupo de estudantes que estaria organizando uma viagem de estudos à República Popular da China, com a ajuda de uma agência de viagens no Rio de Janeiro. O documento de 11 de novembro de 1974 conclui:

“A realização de excursões como a que está sendo planejada para universitários e jovens recém-formados é um processo típico da doutrinação e infiltração comunista na juventude, utilizado amplamente

³⁴⁴ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

³⁴⁵ BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de política A-J*. Madrid, Siglo XXI Editores, S.A. 1982. p. 132.

³⁴⁶ SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.46.

³⁴⁷ Id. Ibidem. p. 69.

³⁴⁸ Id. Ibidem. p.87

*pelos países comunistas, inclusive por CUBA, mediante o recebimento das “Brigadas de Trabalhadores Voluntários”.*³⁴⁹

É interessante observar nesse documento a linguagem utilizada pelo regime para se referir a seus inimigos ideológicos e suas estratégias de coerção. Além disso, ressalta-se a anotação feita a caneta por Azeredo da Silveira na primeira página dizendo que tal documento foi levado ao Presidente da República, Ernesto Geisel. Também ficou clara na documentação, a pouca preocupação de Azeredo da Silveira com questões políticas internas, tratando das ações violentas do regime. Apesar de a maior parte das mortes e desaparecimentos ocorridos durante o regime militar terem acontecido até 1974, no dia 12 de agosto de 1975, foi assinado exame necroscópico do Tenente da Polícia Militar de São Paulo, José Ferreira de Almeida, constando que este havia falecido por enforcamento na cela onde estava detido. Entretanto, depoimentos de companheiros de cela e de profissão, que também foram torturados, comprovam que o Tenente morreu vítima de tortura³⁵⁰. Algo que também se passou no conhecido caso de Vladimir Herzog³⁵¹, pois no dia 07 de novembro do mesmo ano, o jornalista fora submetido a uma sessão de duas horas de tortura na sede do DOPS em São Paulo, sessão essa a qual não resistiu e faleceu. Entretanto, a versão oficial das Forças Armadas publicada fora de que ele havia se enforcado com o próprio cinto em sua cela, mas depoimentos e fotos comprovam que tal versão não é verdadeira³⁵². O caso foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos no dia 16 de abril de 2016, pois o Brasil não cumpriu as recomendações de punição aos responsáveis e reparação adequada as violações de direitos humanos ocorridas no caso.

Também se viu a conivência de toda a máquina estatal do regime militar em relação aos desaparecidos políticos. Mais uma vez a maior incidência de casos desse tipo ocorreu até 1974, porém, existem casos que comprovam a existência de tais violações durante a gestão de Geisel e de Azeredo da Silveira. José Montenegro de Lima, líder do PCB, foi preso em sua casa na Bela Vista, na cidade de São Paulo no mês de setembro de 1975, e a detenção foi feita por quatro policiais e teve como testemunhas seus vizinhos e conhecidos, sua prisão foi negada à época pelo DOI-CODI-II Exército e pelo DOPS. Entretanto, o preso Genivaldo Matias da Silva afirmou tê-lo visto na

³⁴⁹*Serviço Nacional de Informações – Chefia de Gabinete*. p.13 – 15. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=Acervo_AAS&pasta=AAS%20mre%20ag%201974.03.25 Último acesso em: 28/05/2016.

³⁵⁰*Brasil Nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª Edição, 1985. p.257.

³⁵¹Em maio de 2016 a CIDH apresentou à Corte Interamericana de Direitos Humanos o caso de Vladimir Herzog, a respeito do Brasil. Dá-se nesse caso ao Estado do Brasil, a responsabilidade pela prisão, tortura e morte do jornalista dentro de uma dependência do exército no dia 25 de outubro de 1975. Assim: “A Comissão estabeleceu que o jornalista Vladimir Herzog foi *emprisionado, torturado e morto por agentes do Estado enquanto em custódia em uma dependência do Exército. A CIDH indicou que esses atos ocorreram em um marco de graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, e de maneira particular dentro de um padrão sistemático de ações repressivas contra o Partido Comunista do Brasil (PCB), onde dezenas de militantes foram presos e torturados; e pelo menos 12 jornalistas foram detidos por sua militância ou suspeita de militância no PCB. A CIDH determinou que o Brasil é responsável pelas violações dos direitos à liberdade, integridade e vida do jornalista*”. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2016/061.asp>. Último acesso em: 02/06/2016.

³⁵²Id. *Ibidem*. p.258.

prisão do DOI-CODI-II Exército, e a família tentou reabrir o processo, mas não teve sucesso³⁵³. Outro caso já tratado aqui é o de Ana Rosa Kucinski Silva e seu marido, Wilson Silva, ambos desaparecidos no dia 22 de abril de 1974. Esse caso é o único que se vê a participação e intervenção do MRE, com interpelações junto ao Ministério da Justiça para que se tentasse solucionar o caso, porém, não foi dada qualquer solução, e em 1985 ano de publicação do projeto *Brasil Nunca Mais*, Ana Rosa Kucinski e seu marido ainda eram dados como desaparecidos pelo regime.³⁵⁴ Também é o único dos casos de desaparecimento que aparece no arquivo de Azeredo da Silveira, no qual fica clara a movimentação do MRE e do Ministério da Justiça em torno desse caso devido ao fato de que Bernardo Kucinski, irmão de Ana, é um respeitável jornalista da rede inglesa BBC e também pela intervenção feita pelo ex-Chanceler de Israel Sr. Aba Eban junto ao MRE. É preciso mencionar também que entre abril de 1972 e janeiro de 1975, foram realizadas três campanhas pelas forças armadas para sufocar a “Guerrilha do Araguaia”. O processo foi longo resultando também em mortes para os militares, ao todo cerca de sessenta militantes políticos de esquerda foram mortos. O projeto *Brasil Nunca Mais* elaborou uma lista de todos os desaparecimentos políticos do regime militar, somente nos anos de 1974 e 1975, na Guerrilha do Araguaia, desapareceram vinte e uma pessoas, além disso, outras vinte e duas pessoas desaparecem nesses dois anos de gestão Geisel – Azeredo³⁵⁵. É difícil supor que a alta cúpula do regime militar não sabia de tais crimes e violações dos direitos humanos.

Lucas Figueiredo em *Lugar nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*, destaca a construção de um aparato tecnológico e institucional para a manutenção, preservação e ampliação dos arquivos das forças armadas, especialmente da Cenimar³⁵⁶, órgão responsável por investigar, principalmente, estudantes universitários, enxergando-os muitas vezes como inimigo interno e buscando conhecer assim, suas formas de atuação. Cabe destaque ao crescente número de informantes, papéis e informações, e a quantidade de documentos crescia exponencialmente. Ficou clara a preocupação da marinha em ampliar sua capacidade de investigação e armazenamento de informações, e por essa razão passou a ser utilizado o sistema de microfimes, o que fez com que muitos no Cenimar se dedicassem a esta área de atuação e informação. “*Não é a violência que acaba com os agentes da subversão, é a inteligência*”, tal provérbio aparecia diversas vezes nos documentos sigilosos apresentados na obra³⁵⁷. Existia um protocolo a ser seguido, de maneira a preservar não só os documentos originais, mas também o modo como aquele processo de documentação estava sendo realizado. Assim, todos os envolvidos

³⁵³Id. Ibidem. p.266.

³⁵⁴Id. Ibidem. p.267.

³⁵⁵Id. Ibidem. p.291.

³⁵⁶Cenimar – Centro de Informações da Marinha.

³⁵⁷FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015. p. 25.

sabiam que naquele processo se estavam produzindo provas contra os chamados “inimigos internos”, mas também contra os próprios agentes do regime. O primeiro rolo de microfilme fora dedicado inteiramente a Carlos Marighela, com detalhes de sua biografia e da ocasião de sua morte. Os demais primeiros dezesseis rolos de microfilmes feitos pelo Cenimar foram utilizados para reproduzir documentos que atestavam a morte, sequestro, tortura e assassinato de diversas pessoas, principalmente membros de grupos armados de esquerda. Tais documentos atestam crimes cometidos pelo Estado e são uma prova de tais irregularidades estão ali informações de vinte e três desaparecidos, dados que são a confissão de morte dessas pessoas³⁵⁸. O autor demonstra de forma persuasiva como as forças armadas publicavam uma versão oficial falsa sendo que no momento da publicação, ou ainda, quando familiares e organizações internacionais pediam informações, a Marinha através do Cenimar já sabia da morte de tais pessoas, em um procedimento bastante semelhante ao descrito acima. Também estão reunidos nessa primeira leva de microfilmes documentos que comprovam mortes ocorridas durante as campanhas contra a “Guerrilha do Araguaia”³⁵⁹, reforçando os dados apresentados pela movimento *Brasil Nunca Mais*. Vale frisar que tais documentos produzidos pelas forças armadas servem até hoje de provas contra os militares:

*“‘Prova’ e ‘Juízo’ : duas palavras que as Forças Armadas certamente não temiam em 1972, um dos anos mais agudos da ditadura civil-militar, mas que ficariam registradas para sempre nos microfilmes do Cenimar como uma espada sobre a cabeça de centenas de agentes da repressão e de seus chefes, e dos chefes de seus chefes, e dos chefes dos chefes de seus chefes... Afinal, como alertava um documento do Cinemar miniaturizado nessa primeira leva, a cúpula do Ministério da Marinha estava a par de tudo. Havia inclusive recebido um exemplar do microfilme '0000001' como amostra do que poderia 'vir a ser feito' no futuro. Mais tarde, Brasília receberia uma cópia de segurança de todo o arquivo miniaturizado”.*³⁶⁰

Nota-se, dessa forma, que a cúpula do governo militar sabia em detalhes e em primeira-mão do que se passava nos porões da ditadura. Azeredo da Silveira, caso quisesse, teria informações suficientes para tratar ou passar, a respeito dos casos de violações de direitos humanos que o Brasil fora denunciado. Não o fez, pois sabia os problemas políticos e ideológicos que estavam ligados a essa questão, mas também por conivência, por saber que estaria se colocando contra toda a hierarquia militar e também colocando sua carreira em risco. No dia 21 de março de 1974, pouco menos de uma semana após a posse de Azeredo da Silveira no MRE, o encarregado da Divisão de Registro do

³⁵⁸Id. Ibidem p.32.

³⁵⁹Id. Ibidem. p.35

³⁶⁰Id. Ibidem. p.37. Grifo nosso.

Cenimar, capitão Renato Velloso Netto dos Reis, enviou um balanço dos trabalhos do órgão à cúpula da Marinha, destacando o fato de ter transmitido o método de trabalho empregado na Marinha às outras Forças Armadas e a Polícia Federal. O registro em microfilmes apenas cresceu e tornou ainda maior o acervo de violações de direitos humanos cometidas pelo regime e registrada de maneira quase indestrutível. O Cenimar, a Marinha e o Regime Militar como um todo sabiam o que estavam fazendo, mas seguiam maravilhados com a capacidade de condensar tanta informação em tão pouco espaço. Apesar do extermínio de todos os grupos armados de esquerda e do enfraquecimento da oposição ao regime, os registros do Cenimar faziam questão de reforçar o perigo existente no “inimigo interno”, dando mais força ao discurso de não abaixar a guarda e seguir perseguindo e destruindo o adversário político. *“Para justificar a sua existência, o Cenimar – assim como os serviços secretos do Exército e da Aeronáutica e o SNI – não queria admitir o óbvio: naquele ano de 1974 eram nulas as chances de tomada de poder à força pela esquerda”*³⁶¹. Como vimos no capítulo anterior, o Itamaraty e Azeredo da Silveira tiveram acesso a diversos documentos do SNI tratando especialmente da atuação de exilados políticos em outros países. O SNI fora o principal destino da documentação produzida e reproduzida pelo Cenimar. Lucas Figueiredo chama atenção para o fato de existir uma constante interligação entre os diferentes arquivos secretos, como demonstrado no caso de estar anexado a um relatório uma carta enviada pela Embaixada dos Estados Unidos em 1972 à Polícia Federal brasileira alertando sobre a possibilidade de cartas-bomba³⁶². Esse exemplo é um bom caso para tratar do como existiu uma relação próxima e direta entre os arquivos e os ministérios, nos fazendo crer que existem diversos documentos e dados que não estão presentes no Arquivo Pessoal de Azeredo da Silveira, não pelo resultado da destruição de tais documentos, mas por uma escolha na construção da narrativa do arquivo. Contudo, talvez a maior demonstração de concordância com os caminhos que o regime tomava, foi justamente a maneira como a PEB foi conduzida durante a gestão de Azeredo, especialmente em questões políticas, como foi o caso dos direitos humanos e os diversos ataques sofridos, com uma única preocupação por parte do Itamaraty, defender-se das acusações sem qualquer perda de capital político, mesmo frente às diversas violações descritas e listadas aqui.

O arquivo como um todo e as seções aqui lidas e analisadas constituem um trajeto e expõem como Antônio Azeredo da Silveira atuou frente ao MRE, preenchem o auge de sua carreira como diplomata e compõe um retrato de sua profissão e da instituição Itamaraty durante o regime militar, demonstram as interferências militares e a convivência diplomática ao que se pretendia durante o regime militar, entretanto, vai além ao não apresentar muito do que se passou no período, ao não realizar uma autocrítica dos crimes e violações ocorridos, em não constar um mea-culpa do

³⁶¹Id. Ibidem. p.42.

³⁶²Id. Ibidem. p.45.

que se passou. Assim, o arquivo testemunha a passagem de Azeredo da Silveira pelo MRE, também ao não lembrar de muitos dos fatos ocorridos, ao tentar ocultar, ao omitir, uma vez que, como vimos, essa foi a tarefa que o MRE encampou em muitas oportunidades entre 1974 e 1979, especialmente no que tange aos direitos humanos, viu-se uma prática diplomática que buscava proteger, esconder e se fazer esquecer de crimes cometidos pelo regime, além da tentativa de preservação da imagem internacional do Brasil.

Como vimos através da obra de Lucas Figueiredo³⁶³, do projeto *Brasil Nunca Mais*³⁶⁴, da quadrilogia de Elio Gaspari³⁶⁵ e também através da CNV³⁶⁶, são diversos os documentos existentes que comprovam a prática de crimes cometidos pelo regime militar, tal documentação foi sistematicamente reproduzida e armazenada, mantendo viva a memória dos autores desses crimes e de suas vítimas. Entretanto, apesar de ainda existirem, os documentos mais elucidativos quanto à participação de militares nos crimes de violação aos direitos humanos não são hoje de livre acesso. Ao longo da análise dos documentos aqui lidos e, sabendo da existência de outros documentos que comprovam as violações de direitos humanos as quais o Brasil era acusado nos foros internacionais, percebe-se que nenhuma prova concreta dos crimes citados foi anexada ao Arquivo Pessoal de Azeredo da Silveira, nenhum dos documentos que poderiam incriminar algum militar estão disponíveis no arquivo, mesmo já tendo sido comprovado que a alta cúpula do regime e especialmente os Ministros da Justiça, Relações Internacionais e os chefes das Forças Armadas tinham acesso aos documentos capazes de condenar membros do regime. Vê-se então um trajeto de ocultação e não propagação de um passado que não se quer lembrar. O que se viu na transição para a democracia foi justamente a continuação disso, um trabalho de ocultação do que se passou. Tanto Tancredo Neves quanto José Sarney declaram que não buscariam punir ou investigar o passado durante o regime militar, entretanto, em 1989 ano das primeiras eleições diretas pós-regime militar, onde Collor e Lula eram uma ameaça aos arquivos das Forças Armadas, viu-se um grande esforço por parte do exército para inventariar, selecionar, esconder e destruir determinados documentos que serviriam de prova para as violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. Com esse objetivo foi feita de forma inédita uma enorme quantidade de remessas de documentos classificados e secretos do SNI para o Estado-Maior das Forças Armadas nos anos de 1989 e 1990³⁶⁷.

³⁶³FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015

³⁶⁴*Brasil Nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª Edição, 1985.

³⁶⁵Entre 2002 e 2004 foram publicados quatro livros do autor tratando de todo o regime militar. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. E GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Em seguida GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. E por fim, GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁶⁶*Comissão Nacional da Verdade* - <http://www.cnv.gov.br/>

³⁶⁷FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras,

Durante o governo de Itamar Franco, em 1993, o então Ministro da Justiça, Maurício Correa, atendendo as demandas da comissão de familiares dos desaparecidos durante o regime militar, pediu explicações às Forças Armadas sobre o ocorrido. Cada uma das forças armadas divulgou relatórios explicando e ocultando uma série de informações sobre o paradeiro de cada uma das vítimas apontadas como desaparecidas ou mortas. O caso da Marinha e do Cenimar é marcante, pois, existiam microfilmes das fichas de cada um dos “inimigos do estado” e ainda em 1993 a Marinha ocultava e omitia informações sobre o paradeiro de pessoas que ela própria, há mais de vinte anos, sabia que já estavam mortas. Ocorreu, no mesmo período, uma ação conjunta das três forças em afirmar que boa parte dos documentos referentes ao período do regime militar haviam sido destruídos por questões de segurança. Para Lucas Figueiredo, a destruição de tais documentos fora algo feito fora das regras e determinações das próprias forças armadas, algo estabelecido por diferentes decretos ao longo das décadas. Assim, seja por que motivo e em qual período tenha sido as forças armadas deveriam responder por destruição e ocultação de provas de crimes, algo que nunca ocorreu³⁶⁸. Somente em 2007 o Exército finalmente reconheceu e assumiu que informações haviam sido sonegadas e omitidas desde o regime militar, e também, no período de redemocratização. Reconheceu-se que diversos documentos não foram destruídos e continuavam nos arquivos do exército. Nos anos seguintes o cerco ao exército e à tentativa de ocultação de provas e crimes foi se fechando e o Brasil passou a sofrer com a pressão e condenações de órgãos internacionais. A Organização dos Estados Americanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos cobrava do governo brasileiro uma posição mais dura ao exigir das Forças Armadas explicações sobre os mortos e desaparecidos durante o regime militar. Em outubro de 2010:

“Um ano e meio após a criação do GTT, e sem que nada de novo tivesse ocorrido no front da abertura dos arquivos militares de da localização dos restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, o Brasil sofreu mais um revés no campo internacional. Após tramitar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso da Guerrilha do Araguaia subiu para a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, baseada na Costa Rica, onde novamente o Brasil se viu reprovado por não abrir os arquivos secretos da ditadura. Em uma decisão rara e de repercussão internacional, a corte concluiu que o Estado brasileiro violava a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual era signatário. Entre os motivos para a condenação, a corte alegava que os familiares dos desaparecidos do Araguaia estavam sendo privados do 'direito a buscar e a receber informação, bem como do direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido'.

2015. p. 55.

³⁶⁸ Id. Ibidem. p.73.

*Em votação unânime, a corte determinou que o Estado brasileiro continuasse a promover esforços no sentido de buscar e de abrir não só os arquivos secretos das campanhas militares do Araguaia, mas todos os acervos da repressão ainda existentes”.*³⁶⁹

Tal condenação³⁷⁰ não surtiu nenhum efeito direto na atuação das Forças Armadas que com o apoio do então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, publicou um novo relatório afirmando que não houve qualquer irregularidade na maneira como a documentação oficial das Forças Armadas fora destruída entre 1964 – 1990. De toda forma, essa ação da CIDH da OEA³⁷¹ expõe como a diplomacia brasileira, nesse caso, não teve a intenção de realizar qualquer interrupção no andamento das investigações e julgamentos a respeito das violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar. Entretanto, a resposta do governo brasileiro a essa condenação se deu de maneiras distintas e apontou ao mesmo tempo avanços em determinadas ações, mas também falta de empenho e vontade política em outros casos. Foram realizadas, por parte do governo brasileiro, através do Grupo de Trabalho Araguaia GTA - após a condenação na CIDH tal grupo substituiu o antigo Grupo de Trabalho Tocantins GTT - diversas expedições na região onde ocorreu o extermínio físico da Guerrilha do Araguaia e no local onde os guerrilheiros teriam sido mortos e enterrados. Como resultado foram encontrados restos mortais de duas pessoas e viu-se uma maior integração e participação social, buscando respeitar mais a noção de Direito à Memória. Entre os dois grupos de trabalho existem importantes diferenças, pois antes não se reconhecia a existência da guerrilha e passou-se então, não só a integração das vítimas de perseguição, como alguma forma de

³⁶⁹Id. Ibidem. p.94.

³⁷⁰Um dos pontos principais das medidas de Reparação e Cessação propostas pela CIDH da OEA nesta condenação sofrida pelo Brasil em 2010 foi: “[...]a primeira e essencial medida de reparação neste caso consiste em levar a cabo uma investigação completa e efetiva para determinar a responsabilidade intelectual e material dos autores dos desaparecimentos forçados e da execução, assim como dar também acesso à verdade do ocorrido no caso. Tendo presente a violação de direitos que constitui o emprego de leis de anistia e leis de sigilo que obstam o acesso à verdade e à justiça, é necessário que tal investigação e sanção sejam levadas a cabo com a garantia de que a Lei de Anistia e as Leis de Sigilo não sigam representando um obstáculo para a persecução de graves violações de direitos humanos nem para chegar à verdade”. *Sentença do caso “Gomes Lund e outros vs. Brasil”, 24 nov. 2010., da Corte Interamericana de Direitos Humanos.* p.74. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/demandas.asp> . Último acesso em: 02/06/2016.

³⁷¹Na conclusão do processo está descrito: “[...] a Comissão Interamericana conclui que a República Federativa do Brasil é responsável pela violação dos direitos à personalidade jurídica, vida, integridade pessoal e liberdade pessoal (artigos 3, 4, 5 e 7), em conexão com o artigo 1.1, todos da Convenção Americana, com respeito às 70 vítimas desaparecidas; a violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial (artigos 8.1 e 25), em relação com os artigos 1.1 e 2, todos da Convenção, em detrimento das vítimas desaparecidas e seus familiares, assim como da pessoa executada e seus familiares, em virtude da aplicação da lei de anistia à investigação sobre os fatos; a violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial (artigos 8.1 e 25), em relação com o artigo 1.1, todos da Convenção, em detrimento das vítimas desaparecidas e seus familiares, assim como da pessoa executada e seus familiares, em virtude da ineficácia das ações judiciais não penais interpostas no marco do presente caso; a violação do direito à liberdade de pensamento e expressão (artigo 13), em relação com o artigo 1.1, ambos da Convenção, em prejuízo dos familiares das vítimas desaparecidas e da pessoa executada, em razão da falta de acesso à informação sobre o ocorrido; e a violação do direito à integridade pessoal (artigo 5), em conexão com o artigo 1.1, ambos da Convenção, em detrimento dos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada, pela violação e sofrimento gerados pela impunidade dos responsáveis, assim como pela falta de acesso à justiça, à verdade e à informação”. *Sentença do caso “Gomes Lund e outros vs. Brasil”, 24 nov. 2010., da Corte Interamericana de Direitos Humanos.* p.76. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/demandas.asp> . Último acesso em: 02/06/2016.

reparação. Fica clara uma maior participação do estado nessa busca por esclarecimentos³⁷². A criação da Comissão Nacional da Verdade foi uma grande conquista realizada em grande parte graças à essa condenação na OEA, assim como a Lei de Acesso a Informação, porém, existe um grande vácuo de informações sobre a Guerrilha do Araguaia e outros momentos do regime militar que não tiveram seus principais documentos disponibilizados, algo que o Estado brasileiro ainda deve se preocupar e buscar responder³⁷³. Também se deixou a desejar quanto a criação de um curso de Direitos Humanos obrigatório e permanente à todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas, assim como a reabertura da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, além do oferecimento de medidas de tratamento médico psicológico.³⁷⁴ De toda forma o Brasil reconheceu a condenação e a publicou no Diário Oficial da União no dia 15 de junho de 2011.

Vale dizer que é marcante o fato de que o Brasil não pode se achar no direito de cumprir uma sentença condenatória pela metade, ou seja, escolhendo o que cumprir e o que não cumprir. E é justamente nesse ponto que a ação do governo brasileiro se coloca de maneira mais grave, parte da condenação realizada na CIDH determinava que o Brasil eliminasse todos os obstáculos jurídicos que impedissem o acesso à informação, à verdade e à justiça, por exemplo, a Lei de Anistia de 1979, pois somente assim se poderá condenar os indivíduos que violaram os direitos humanos durante o regime militar. Porém, em decisão de 29 de abril de 2010 o Supremo Tribunal Federal °153, foi mantido o entendimento de que a Lei de Anistia e seu caráter amplo, geral e irrestrito estava integralmente amparada na Constituição Federal de 1988, ou seja, a Lei de Anistia continua vigente, impedindo não só a apuração dos crimes cometidos, como a punição e responsabilização daqueles que o cometeram. Dessa maneira, pode-se afirmar que com essa decisão do STF não há o reconhecimento de uma Corte Interamericana pelo Sistema Judiciário brasileiro³⁷⁵. Desde a publicação da condenação na CIDH, uma série de manifestações populares tem ocorrido através de organizações distintas buscam pressionar o governo federal no tocante ao cumprimento da decisão relativa a esse caso e a necessidade de revisão da Lei de Anistia. Alguns exemplos de tal mobilização são a campanha CUMpra-SE³⁷⁶, assim como outros setores da sociedade civil organizada: *Associação Brasileira de Organizações não Governamentais* – ABONG, OAB, Associação de Juízes para a Democracia – AJD, Comissão de Familiares de Mortos e

³⁷²FLORIANO, Fabio Balestro. *Júlia Gomes Lund e Outros vs. Brasil: Um análise do cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em face dos princípios internacionais da transição democrática*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012. p.85-86.

³⁷³Id. Ibidem. p. 89.

³⁷⁴Id. Ibidem. p. 95.

³⁷⁵MOURA, Luiza Diamantino & TORRES, Edgard Marcelo Rocha. *Verdade, Memória e Justiça no caso “Gomes Lund e Outros”*: Uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF. Revista de Direito Brasileira. v.7, n.4. 2014. p.173-198. Disponível em: <http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/177/130> Último acesso: 07/06/2016.

³⁷⁶Disponível em: <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/campanha-cumpra-se/> Último acesso em: 07/06/2016.

Desaparecidos Políticos e também a *Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo*.³⁷⁷ É necessário, portanto, que se mantenha o esforço para o cumprimento total da sentença à qual o país foi condenado, de maneira que se possa consolidar a frágil e recente democracia brasileira, evitando que novas violações venham a ocorrer.

Em dezesseis de maio de 2012 foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade que seguia insistindo no fato de que as Forças Armadas não estavam colaborando e precisavam ter acesso aos documentos e arquivos que, por ventura, ainda não estivessem disponibilizados no Arquivo Nacional. Entretanto, o novo Ministro da Defesa, Celso Amorim, tampouco se importava com o acesso as informações e não pressionava os líderes militares. Os militares no Brasil se aferram a três princípios básicos: legalismo, que acompanhou todo o regime, a crença de que regulamentos estabelecidos devem ser seguidos e por fim, uma obsessão por documentos e procedimentos. Tudo isso fez com que os documentos não fossem destruídos, mas sim que estejam sendo ocultados³⁷⁸. Hoje existem milhares de documentos sobre o regime militar disponíveis para consulta entre eles os que foram lidos na presente investigação, entretanto, os treze arquivos mais importantes: o das dez sedes do Doi/Codi e os arquivos do Cenimar, CIE e Cisa não estão abertos. E outros como o de Azeredo da Silveira, que poderiam conter dados e cópias de documentos que comprovem tais crimes, contam apenas, como no caso analisado, com documentos que expõem a convivência civil e diplomática com o regime militar e a sapiência das violações cometidas.

Dentro desse contexto conturbado onde se pode dizer que se vive uma tensão entre a presença e a ausência, onde a presença do presente faz com que lembremos do passado desaparecido, mas também a presença desse passado desaparecido o faz ressurgir no presente. Em um momento em que é preciso lutar contra o esquecimento, lutar contra a mentira, sem dessa forma, agir de maneira dogmática em relação à verdade, fica clara então a estratégia das Forças Armadas. Como vimos foram destruídas algumas provas físicas dos crimes cometidos pelo regime militar, entretanto, não todas. Assim, o que se vê desde o princípio da queda do regime até os dias de hoje, é uma tentativa de destruição da história desse período, trazendo consequências a nossa sociedade contemporânea. “*O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria se apagar*”³⁷⁹. É dada ao historiador, em diferentes situações, a tarefa de narrar o inenarrável, mantendo viva a história dos sem-nome, sua narrativa afirma a existência do inesquecível, sua ação é:

³⁷⁷ BENEDETTI, Andrea Regina de Moraes & FRIEDRICH, Tatyana Schiela. *As fontes de Direito e o cumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil: O caso Gomes Lund*. Revista Unifamma. v.14, n.1. 2015. Disponível em: <http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RevUNIFAMMA/article/view/151/96> Último acesso em: 07/06/2016.

³⁷⁸ FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015. p. 129.

³⁷⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009. 2ª Edição. p.47.

“[...] altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa com a exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro”.³⁸⁰

É sob essa perspectiva que se deve olhar para o Arquivo pessoal de Azeredo da Silveira, como um conjunto de documentos que proporciona uma análise do período, mas que também propõe uma lembrança do passado, que pode e deve ser analisada, sendo também criticada, indicando as motivações, ações e consequências de tal lembrança.

Assim, é possível ir além do que os autores listados até aqui propõe. A documentação analisada expôs que o processo de tomada de decisão dentro do Itamaraty vai além do “*Habitus diplomático*”, muitas escolhas e decisões foram tomadas a partir da proposta de PEB bastante pragmática e desenvolvimentista onde se buscava preservar a imagem e identidade brasileiras, mas também, e principalmente no caso dos direitos humanos, em função do como os sujeitos responsáveis pelas decisões tinham em sua formação e trajetória pessoais aproximações muito fortes com a ideologia do regime. O Brasil sofreu pressões políticas externas de diversos tipos e em diferentes fóruns. A organização *Anistia Internacional* e o governo dos EUA foram os críticos mais ativos da política de proteção aos direitos humanos do Brasil, entretanto, a gestão de James Carter não foi coerente ao atacar o Brasil, pois como vimos ao mesmo tempo em que condenava o Brasil por diversas violações, muitas outras ocorriam em seu território. Além disso, o principal argumento utilizado pelo governo brasileiro na época para se defender foi denunciar a tentativa de interferência ao território nacional, desrespeitando a soberania nacional, vê-se então uma lógica diplomática por trás das ações práticas que não foi respeitada pelo governo dos EUA no período. Por outro lado, a diplomacia manteve a coerência no discurso nos fóruns internacionais praticamente todo o tempo³⁸¹, entretanto, sua hipocrisia se deu no plano interno onde para defender a imagem do país no contexto internacional, ignorou-se o que ocorria nos porões do regime e não se pensou no quanto uma questão está relacionada a outra e principalmente à política interna.

A trajetória de Antônio Azeredo da Silveira durante o período em que ele ocupou o mais alto cargo do Itamaraty é apenas uma parte de sua vida. No presente estudo foi possível compreender

³⁸⁰Id. Ibidem. p.47.

³⁸¹Uma exceção ao princípio da não-intervenção se deu em 1965 quando da invasão da República Dominicana pelos EUA, o Brasil através de sua PEB de alinhamento automático ao país norte-americano enviou soldados e participou ativamente da ação. Entretanto, viu-se coerência no discurso da PEB e sua prática.

por quais razões, para além do *habitus diplomático*, e do constrangimento interno ao regime, o Itamaraty atuou de maneira forte e firme contra qualquer possibilidade de acusação de violação dos direitos humanos, agindo a partir de uma conjunção de fatores: alinhamento ideológico de seus líderes com o governo militar, manutenção na coerência do discurso na política externa e tentativa de preservação da imagem e da identidade do Brasil em um contexto desenvolvimentista e pragmático. O arquivo pessoal de Antônio Azeredo da Silveira se colocou como peça fundamental na análise e tem demonstrado que aquela noção inicial de um Itamaraty neutro, distante de uma política de governo e voltada para uma política de estado, de um Ministério insulado não se aplica por completo. Já foi demonstrado aqui de diferentes maneiras como o MRE sofreu diversas influências durante o período. Vale destacar que os documentos trazem importantes informações sobre a tomada de determinadas decisões e suas consequências diversas, indicando caminhos da PEB e da relação entre Itamaraty e militares. O que os documentos analisados demonstram é que o Itamaraty já era e foi durante toda a gestão de Azeredo da Silveira o responsável pelo controle da PEB como apontaram Jeffrey Cason e Timothy Power³⁸², entretanto, interferências se fazem presentes como demonstrado no capítulo anterior em diferentes níveis, desde a influência presente em certo “inconsciente coletivo” diplomático, passando por decisões individuais dos diplomatas até chegar às decisões mais arbitrárias do regime quanto ao modo de preservação do passado. Dessa maneira fica explícito que a definição de autonomia apresentada por Roger Scruton³⁸³ que indica como instituição autônoma aquela: capaz de preparar seus próprios estatutos e regras, quando não está sob o controle direto de um corpo político superior e quando possui seus próprios interesses e proposições – se aplica ainda que não totalmente, pois o Itamaraty sempre teve autonomia para criar suas próprias regras e modo de conduta, entretanto devido às interferências diretas e indiretas encontradas, especialmente em torno da temática dos direitos humanos é possível afirmar que o regime militar teve influência atuante nas decisões tomadas pelo MRE durante a gestão da Azeredo da Silveira. Alguns dos documentos que apontam tais interferências, especialmente aqueles em que fica clara a ação do chanceler brasileiro - seja na sua redação ou nos comentários - ajudam a construir e a compreender alguns aspectos de sua vida como sua opinião sobre determinados temas e sujeitos, mas principalmente a trajetória do diplomata dentro do Itamaraty e dentro da administração de Geisel, pois como já se viu, ficou claro seu conhecimento a respeito das violações ocorridas. Azeredo da Silveira e o Itamaraty cumpriram muito bem o papel de preservação e manutenção da imagem do Brasil e da PEB durante sua gestão. Trata-se do *habitus diplomático*, uma forma de se fazer diplomacia que marca o Brasil e os formuladores da política externa do país.

³⁸² CASON, Jeffrey W. and POWER, Timothy. *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*. *International Political Science Review*, vol. 30, nº2, 2009. p.117-140.

³⁸³ SCRUTON, Roger. *A dictionary of political thought*. London, The MacMillan Press LTD. 1982, p.33.

5. Conclusões

A primeira parte do trabalho apontou para alguns elementos fundamentais relacionados à consolidação do Itamaraty enquanto principal formulador da PEB não só durante o regime militar, mas tendo em mente a solidificação do Estado brasileiro. Após a delimitação exata do que a presente pesquisa tratou, na tentativa de compreender até que ponto o Itamaraty de fato se tratava de um espaço neutro e insulado mesmo em um governo autoritário, um primeiro aspecto tratado foi a definição conceitual de autonomia política do Ministério das Relações Exteriores, mais uma vez, é preciso frisar que não se trata de definir qual era o grau de autonomia do Brasil enquanto nação no cenário político internacional, mas sim a autonomia política do Itamaraty dentro do regime militar. Desse modo, as definições apresentadas por Scruton e Miller ajudam a compreender o MRE como uma instituição capaz de criar seus estatutos e regras, que está sujeita a hierarquia existente dentro da república, mas não responde diretamente a uma política de governo e sim a uma política de estado, e que por fim, possui seus próprios objetivos internos. Da mesma forma seus membros respondem diretamente a hierarquia interna da instituição, mas possuem liberdade nas definições e decisões a serem tomadas. Ao longo da análise do documentos se observou que mesmo através de diversos mecanismos para manter certa distância ideológica dos militares, é possível perceber, especialmente durante o que se chamou de “Pragmatismo responsável”, diversas ações diplomáticas ligadas diretamente aos anseios do regime autoritário, como por exemplo, o desenvolvimentismo econômico a todo custo e a proteção da imagem brasileira no cenário exterior.

Ainda em uma primeira etapa de trabalho a análise se direcionou para o estudo e compreensão da construção da Identidade nacional brasileira e o seu comportamento no cenário internacional. Deve-se destacar o fato de que o Itamaraty sempre foi o formulador da PEB desde a consolidação das fronteiras nacionais com a histórica atuação de Barão de Rio Branco, e no contexto do golpe militar e posteriormente do regime militar, San Tiago Dantas, Vasco Leitão da Cunha e Azeredo da Silveira como os principais nomes a frente do Ministério sendo os responsáveis pelas tomadas de decisão. Durante todo o regime militar, se manteve a coerência entre o discurso anunciado pela diplomacia brasileira e a prática da PEB, especialmente em questões como o acordo nuclear assinado com a RFA, as mudanças de posicionamento do Brasil em relação ao colonialismo na África e sua ligação com a busca por novas oportunidades econômicas e comerciais, destaca-se o fato de que o posicionamento brasileiro sempre buscou respeitar o princípio de não intervenção. Algo marcante foi o caso de Angola, onde o movimento independentista contava com o apoio militar de Cuba – inimigo ideológico do Brasil – mas mesmo assim, em função das oportunidades de mercado, o Brasil manteve sua postura favorável à independência do país africano. Nesse momento também foram tratadas as transformações pelas quais a PEB desde 1961 com a PEI e

durante o regime militar com diferentes modelos e as diferentes formas de relacionamento com os EUA. Hora mais próxima e dependente, hora mais distante e autônoma. Um dos pontos de partida foi o que Maria Regina Soares de Lima propõe com o modelo inglês - relação especial com os EUA, mais dependência - e modelo francês – maior distância, autonomia e busca por outros parceiros – esse foi o modelo que fundamentou o Pragmatismo Responsável. Outra base foi o que propõe Letícia Pinheiro com os diferentes Americanismos (ideológico ou pragmático) x Globalismos (hobbesiano x grotiano). A PEB durante o regime militar viveu o americanismo ideológico entre 1964-1967, o americanismo pragmático entre 1967-1974 e o globalismo hobbesiano de 1974 até o fim do regime de exceção. A partir da análise feita da atuação da diplomacia brasileira em função das acusações e violações dos direitos humanos, pode-se concluir que entre 1974-1979, tendo como recorte o modo como os direitos humanos foram tratados pela PEB é possível afirmar que o Brasil experimentou uma nova nuance desses modelos teóricos apresentados, passou-se pelo “Globalismo Dependente”, boa parte das ações e gestões realizadas nos fóruns regionais e globais, deu-se em função da ação direta da administração de James Carter na questão dos direitos humanos, ou seja, o Itamaraty buscou preservar a imagem e identidade do Brasil e de sua diplomacia no cenário internacional, em função de denúncias e pressões político-econômicas exercidas por organizações não governamentais, mas principalmente pelo governo dos EUA. Viveu-se uma dependência imagética e retórica a partir do que os EUA definiam como instrumento de política externa, mas recorria-se aos espaços globais e regionais para a realização de sua defesa diplomática e enquanto Estado.

Outro ponto de fundamental importância tratado ainda neste primeiro trecho do trabalho foi a definição conceitual de identidade e identidade internacional. Esse ponto foi fundamental para que fosse possível compreender algumas decisões tomadas, mas principalmente o como as ações realizadas na política externa tinham influência direta no cenário interno e da mesma maneira eram influenciadas por questões políticas internas. A política externa age como a expressão do ponto de vista desse país, ajudando a explicar a inserção do mesmo no cenário internacional, assim, o Ministério das Relações Exteriores é seu maior formulador e difusor, pois é ele quem detém a autoridade e memória da ação diplomática brasileira, dando coerência a essa prática política. No caso brasileiro alguns fatores foram chave para a delimitação e consolidação da identidade brasileira foram eles: localização geográfica na América do Sul, escala continental, sua relação com os vizinhos na América do Sul, a questão da língua como aspecto unificador, independência em 1822 e desenvolvimentismo. Além disso, durante o regime militar a coerência entre discurso e prática política ajudou a consolidar a identidade internacional brasileira, da mesma maneira que paradoxalmente não deixou de ser uma expressão das contradições internas do regime, uma vez que a PEB foi utilizada como instrumentos pelos diplomatas e militares para a manutenção da imagem e

identidade brasileira, assim não houve qualquer reflexão ou autocrítica quanto às violações de direitos humanos que ocorreram dentro do Brasil durante o período estudado.

Finalizando essa primeira etapa de trabalho, foi feita uma descrição minuciosa das principais idas e vindas ideológicas da PEB durante o regime militar, suas razões políticas e econômicas, assim como seus principais pontos de inflexão e relevância. Cabe a ressalva para a importância do “Pragmatismo Responsável” da gestão Azeredo da Silveira e Ernesto Geisel na construção da PEB durante todo o regime militar, e para que as mudanças de direção e sentido ocorressem no período. Observou-se que a Política Externa e a Identidade Internacional se caracterizam como aspectos fundamentais de um governo, carregam com si todo o histórico de relações preexistentes, assim como suas consequências diretas, fazendo com que qualquer alteração tenha um custo político e diplomático bastante alto. O desenvolvimento econômico e solidificação do Brasil como potência média foram os grandes objetivos da PEB no período.

Na etapa seguinte da pesquisa aqui proposta, realizou-se uma breve construção da trajetória de vida e profissional de Azeredo da Silveira, com a apresentação de dados sobre sua família, sua formação intelectual e profissional até a sua chegada no Itamaraty e sua trajetória interna, ocupando diversos cargos ao redor do mundo com diferentes graus de relevância, muitas vezes voltado para o trato de relações comerciais e econômicas. Nessa breve análise de seu percurso profissional já fica claro o seu alinhamento ideológico com o regime militar, posição expressada em diferentes situações. Mesmo assim, ao analisar e descrever os principais feitos de sua carreira enquanto Ministro das Relações Exteriores, foi possível constatar que boa parte das interferências detectadas no trabalho do Itamaraty não se deram na ordem hierárquica de governo, mas no trato de determinados temas dentro da PEB, assim como por iniciativa própria de muitos diplomatas para que se preserve-se a imagem de neutralidade da casa.

Ainda na segunda etapa do trabalho, a pesquisa se debruçou atentamente ao Arquivo Pessoal de Azeredo da Silveira. Se fez necessário apresentar o arquivo, suas particularidades e o modo como os documentos estão organizados, para que dessa forma o leitor entenda o porque de determinadas decisões e escolhas terem sido tomadas no decorrer da investigação. A análise então se debruçou principalmente sobre a sessão de *Manuscritos*, pois é nesta parte do arquivo que estão reunidos milhares de documentos perpassando toda a carreira de Azeredo. A partir da leitura das pastas criou-se uma hierarquia na relevância dos documentos para assim ordenar a leitura e análise dos mesmos, entretanto, devido ao grande número de páginas e também pela dificuldade em encontrar e ordenar de maneira coerente as interferências, observou-se a necessidade de uma leitura melhor recortada, inclusive para que se pudesse mapear melhor possíveis interferências, assim, através da utilização da busca por palavras-chave dentro do arquivo, foi feita a escolha pela busca, leitura e análise do tema “direitos humanos”. A partir desse recorte foram encontrados temas

centrais que foram analisados em detalhes para a compreensão das interferências no trabalho diplomático, os temas em destaque são: Brasil na ONU e a Comissão de Direitos Humanos; Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) na Organização dos Estados Americanos (OEA); Relação bilateral entre Brasil x EUA; Visita do Presidente dos EUA James Carter, ao Brasil; Visita do Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, ao Brasil; A questão dos Direitos Humanos e os países vizinhos ao Brasil e Presos políticos.

O presente trabalho identificou que em todos esses casos, a atuação diplomática brasileira seguiu a linha de ação de não oferecer diálogo às instituições internacionais que denunciavam o Brasil, como foi o caso da Anistia Internacional, assim como a busca por saídas político-diplomáticas nos fóruns e na comunidade internacional para que tais denúncias fossem bloqueadas, ou que sua repercussão não tivesse qualquer consequência à imagem e identidade do país. Além disso, usou-se constantemente o argumento da soberania nacional e não interferência no território de estados-nação especialmente contra os avanços político-ideológicos que a administração James Carter colocou contra as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil. De modo geral observou-se a necessidade de aprovação do Presidente da República Ernesto Geisel em boa parte das medidas que Azeredo da Silveira buscou implementar na PEB, são diversos os documentos que atestam um pedido de autorização ou concordância por parte do presidente para que alguma ideia fosse levada adiante. Outra estratégia utilizada recorrentemente pelo governo brasileiro foi o argumento de que a garantia do desenvolvimento econômico e social era fundamental para que assim fossem assegurados os direitos humanos no país. Tal estratégia foi útil nos fóruns globais e regionais onde se tentou condenar economicamente os países que violavam as resoluções internacionais de proteção aos direitos humanos. Por fim, foi possível observar outro elemento importante a partir da leitura dos documentos, ficou constatado que além de todos os aspectos já citados para a atuação diplomática brasileira em relação aos direitos humanos, havia dentro do Itamaraty e especialmente no caso de Azeredo da Silveira, um alinhamento ideológico e de atitudes com o regime militar, algo que extrapolava a noção de *Habitus diplomático* que foi tomada por este trabalho como um bom ponto de partida para a compreensão das ações do MRE no período. Observou-se através das expressões utilizadas, do modo como determinados documentos foram redigidos, a relação com o então Presidente da República, que a alta cúpula do Itamaraty não apenas se adaptou ao regime, mas concordava e reproduzia ideias e comportamentos.

Em sua última etapa o trabalho observou interferências diretas e indiretas na atuação diplomática do período, através do modo como o Brasil se colocou pragmaticamente frente aos desafios econômicos e políticos durante a gestão Geisel/Azeredo. Tal ponto se mostra evidente não apenas pelas atitudes do Itamaraty frente aos problemas enfrentados com os direitos humanos, mas principalmente pela ausência de documentos no arquivo que expõem o conhecimento do Itamaraty

das violações ocorridas e também pela falta de uma reflexão, autocrítica e *mea-culpa* pelo papel desempenhado pelo MRE durante o período analisado. No momento em que a pasta sabia das violações ocorridas, se fez a opção por uma PEB desenvolvimentista e, no que tange aos direitos humanos, voltava à preservação da identidade e imagem brasileira no cenário internacional. Como se constatou, a pauta dos direitos humanos foi utilizada em favor do desenvolvimentismo econômico proposto por Azeredo e Geisel, a todo o momento possível, foi cinicamente utilizado o argumento de que quanto maior o desenvolvimento econômico social, mais próximo de garantir o respeito aos direitos humanos o país estaria. Assim, é necessário reforçar a importância da luta pela memória, do regime militar, da diplomacia e das pessoas que sofreram com os abusos e violências perpetradas pelo autoritarismo. É fundamental o esforço de lembrar daqueles que foram derrotados, preservar a memória desses que se opuseram ao regime e sofreram com sua violência, somente assim será dado um passo importante para possíveis tentativas de condenação ou perdão dos responsáveis direta e indiretamente pelos abusos cometidos.

6. Referências

Fontes

Arquivo Pessoal – Antônio Azeredo da Silveira. CPDOC/FGV.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Ant%C3%B4nio+Azeredo+da+Silveira&TipoUD=2&MacroTipoUD=0&nItens=30>

“*Gomes Lund e outros vs. Brasil*”, 24 nov. 2010., da Corte Interamericana de Direitos Humanos. p.74. Disponível em: : <http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/demandas.asp> .

Brasil Nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª Edição,1985.

Coleção Caros amigos. *A ditadura militar no Brasil*. Caros amigos Editora.

Comissão Nacional da Verdade (CNV). <http://www.cnv.gov.br/>

CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC/Vasco Leitão da Cunha; Aspásia Camargo, Zairo Cheibub, Luciana Nóbrega, edição de texto Dora Rocha, pesquisa e notas Alexandra de Mello e Silva, Leticia Pinheiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2015.

SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VISENTINNI, Paulo Fagundes. *A política externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média, 1964 -1985*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

Livros, artigos e teses

ADLER, EMANUEL. *Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics*. European Journal of International Relations. September, 1997. vol. 3. n°3.pp.319-363.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5*. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.), *'Tempo Negro, temperatura sufocante': Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008.

ARINOS, filho, Afonso. *Diplomacia independente – um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ARINOS, Afonso e CAMARGO, Aspásia. *O intelectual e o político – encontros com Afonso*

Arinos. Rio de Janeiro: Dom Quixote, 1983.

BARRETO, Fernando Paulo de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil*, v.2: 1964-1985. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BENEDETTI, Andrea Regina de Moraes & FRIEDRICH, Tatyana Schiela. *As fontes de Direito e o cumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil: O caso Gomes Lund*. Revista Unifamma. v.14, n.1. 2015.

BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de política A-J*. Madrid, Siglo XXI Editores, S.A. 1982.

BOVERO, Michelangelo. *Identità, Individuali e Collettive*. Recherche Politique Due – Identità, interessi e scelte collettive. Milano: II Saggiatori, 1983. p. 31-57. APUD: LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. 4.ed. rev.ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CASON, Jeffrey W. and POWER, Timothy. *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*. International Political Science Review, vol. 30, n°2, 2009.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978.

DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FERNANDES, Julio Mangini. *A repressão aos exilados brasileiros no exterior: a ação do CIEX na Argentina (1974-1976)*. Cuiabá: UFMT, 2006. Monografia de final de curso (Graduação em História).

FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1^A ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FILHO, Pio Penna. *O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*. Rev. Bras. Polít. Int. 52(2), 2009. p.43-62.

FLORIANO, Fabio Balestro. *Júlia Gomes Lund e Outros vs. Brasil: Uma análise do cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em face dos princípios internacionais da transição democrática*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009. 2^a Edição. p.47.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

GREEN, James & JONES Abigail, *Reinventando a história: Lincoln Gordon e as múltiplas versões de 1964*. Rev. Bras. Hist. vol. 29. n° 57. Junho 2009.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2004.

LAMOUNIER, Bolivar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LOPES, Dawisson Belém. *A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa*. Revista brasileira de política internacional, vol. 54, n°1, 2011. p 67-86

LIMA, Rodolfo Camargo de. *Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um Perfil*. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP. São Paulo, 2015.

MARIZ, Vasco (coord.) *Antônio Houaiss: uma vida homenagem de amigos e admiradores em comemoração aos seus 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOURA, Luiza Diamantino & TORRES, Edgard Marcelo Rocha. *Verdade, Memória e Justiça no caso “Gomes Lund e Outros”*: Uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF. Revista de Direito Brasileira. v.7, n.4. 2014. p.173-198.

MILIANO, Carlos & PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira: os desafios da sua caracterização como política pública*. Contexto Internacional, vol. 35, n°1, janeiro/junho, pp.11-41.

MILLER, David (org.). *Enciclopedia del pensamiento político*. Madrid, Alianza Editorial, 1987.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINHEIRO, Letícia. *Foreign policy decision-making under the Geisel Government, the president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. *Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea*. Contexto Internacional, vol. 22, 2010, n° 2, julho-dezembro, pp. 305-335.

PINTO, António Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SCRUTON, Roger. *A dictionary of political thought*. London, The MacMillan Press LTD. 1982, 33.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. University Microfilms International. Vanderbilt University. Ph.D., 1986.

_____. *As aspirações do Brasil na Política Exterior*. Mimeo. 2012.

TECGLÉN, Eduardo Haro. *Dicionário político*. Barcelona, Editorial Planeta. 1997.

VELOSO, A. Fernando, VILLELA, André; GIAMBIAGGI. *Determinantes do 'Milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Rev. Bras. Econ.vol.62 no.2. Rio de Janeiro Apr./June 2008.